

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**GESTÃO COMPARTILHADA DOS TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL:  
FÓRUM DELTA DO JACUÍ (RS)**

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY (ORIENTADORA)

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GESTÃO COMPARTILHADA DOS TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL:  
FÓRUM DELTA DO JACUÍ (RS)**

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirce Maria Antunes Suertegaray

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cátia Antonia da Silva (PPGG/UERJ)

Prof. Dr. Dilermando Cattaneo da Silveira (UFFS)

Prof. Dr. Roberto Verdum (POSGEA/UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Geografia como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, JULHO DE 2013.

Paula, Cristiano Quaresma de

Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS). / Cristiano Quaresma de Paula. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.

[129 f.] il.

Dissertação (Mestrado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR,2013.

Orientadora: Dirce Maria Antunes Suertegaray

1.Sociedades Tradicionais.2.Conhecimento Tradicional.3.Diálogos de Saberes.4.Território.I. Título.

*Aos pescadores e às pescadoras do Fórum Delta do Jacuí.*

## **AGRADECIMENTOS**

A cada agradecimento corro o risco de esquecer momentos de ajuda, palavras de incentivo, olhares de confiança e abraços que me fortaleceram ao longo do mestrado. Por isso, começo agradecendo a todas as pessoas as quais, não são mencionadas nesse texto, de alguma forma contribuíram com esse trabalho.

Para o mestrado foi necessário sair de casa e me afastar “geograficamente” de pessoas que sempre fizeram parte da minha vida. Então, começo agradecendo todo apoio e presença da minha família. Meus pais Suedi Simini de Paula e Jacqueline Quaresma de Paula que se mantiveram presentes apesar da distância. Também agradeço a minha irmã Sophia Quaresma de Paula que cedo aprendeu a ficar distante do “mano” e, por isso, aproveitar cada momento em que estivemos juntos.

Em nome da Stefani Quaresma San Martins agradeço o carinho das minhas primas e primos, por meio da Luciana Monte Quaresma agradeço as minhas tias e tios que sempre reconheceram meu esforço e me incentivaram. Como família vai além dos laços sanguíneos não poderia deixar de agradecer a Dora Ávila, Wolnei Ávila e à Francine Ávila que sempre foram tão presentes e apoiadores.

Aos amigos e às amigas eu expesso a minha gratidão. Agradeço a Raquel Duarte, Cibele Dias, Natália Viana, Marília Lopes, Tânia da Luz, Rita Germano, Raquel Dumith, Renan Juliano e Andrei Rosca por me mostrarem mais uma vez que não é necessário estar perto para estar junto. Aos que estavam perto Fernanda Araújo, Bernardo Marzani, Vinícius Azambuja e Maria Eva Soares agradeço por todo apoio e dedicação. E aos novos amigos Helena Bonetto, Éder Rodrigues, Ana Luísa Bonetto e Nola Gamalho agradeço pelo acolhimento e confio na continuidade da nossa amizade.

Não poderia deixar de reconhecer o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP que me ofereceu a oportunidade de ter uma experiência profissional relacionada à minha temática de pesquisa. Em especial agradeço a Judit Herrera, Pedro Saldanha, Daniela Tolfo, Beatriz Pereira e João Marcelo dos Santos.

Expesso minha gratidão também aos pescadores e às pescadoras do Fórum Delta do Jacuí, os quais são centrais nesse trabalho. Sou grato a todos pela acolhida carinhosa e pelo respeito. Em especial vou citar os companheiros da Coordenação Executiva o Paulo Denilto, Gilmar Coelho, João Tomás, Noemi Brum, Luís Ramos, Silvia Oliveira, Celso Kops e Leonardo Dias.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS por todos os espaços que favoreceram meu amadurecimento acadêmico e a qualificação dessa pesquisa. Em nome da Alynny Kist agradeço ao suporte administrativo e através dos Professores Roberto Verdum e Álvaro Heidrich demonstro meu reconhecimento ao corpo docente.

Também sou grato ao Grupo de Estudos Geografia e Ambiente – NEGA pelas contribuições recebidas, as quais se expressam nesse trabalho e na minha forma de fazer e saber geografia. Fico muito orgulhoso de fazer parte dessa história. Agradeço o coleguismo e amizade de todos Nega-Ativos, especialmente do Pedro Frantz, Mateus Oliveira, Claudia Pires, Cleder Fontana, Daniele Machado, Pablo Ferreira, Elisa Delfino e Igor Vecchia.

Por fim, para ser especial, agradeço a minha orientadora Dirce Suertegaray. Para além da orientação sou grato pelas histórias e sonhos compartilhados e pelo afeto, que lhe é característico na forma de tratar os demais. Associo-me a um grande grupo de orientados, amigos e admiradores!

Também agradeço ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que me concedeu a Bolsa de Mestrado.

## **RESUMO**

O Fórum Delta do Jacuí foi criado na busca por respostas efetivas à crise ambiental vigente na pesca artesanal em sua área de abrangência. Observamos que impactos ambientais causados pela pesca predatória e por outras atividades econômicas têm causado a desterritorialização e o concomitante estabelecimento de novos territórios e territorialidades dos pescadores artesanais. Assim, se estabelece um contexto de conflitos e disputas territoriais que influenciam o conteúdo dos conhecimentos tradicionais, que passam a ser entendidos como territoriais. Na assembleia geral do Fórum, ocorre o diálogo de tais conhecimentos com os conhecimentos técnicos e científicos, os quais podem ser compreendidos a partir dos mundos da vida. Esse processo analítico identifica consensos, dissensos e rupturas entre os participantes que dialogam sobre a gestão ambiental e a gestão compartilhada da pesca artesanal. Consideramos que a partir desse diálogo tem se estabelecido um território da ação do referido Fórum, que é substantivado pelos arranjos territoriais que o compõem, bem como corresponde a uma iniciativa de gestão compartilhada territorial da pesca artesanal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade Tradicional. Conhecimento Tradicional. Diálogos de Saberes. Território. Ambiente.

## **ABSTRACT**

The “Delta do Jacuí” Forum was created in the search for effective responses to the environmental crisis prevailing in artisanal fisheries in their coverage area. We observed that environmental impacts caused by fishing and other economic activities have caused the dispossession and the concomitant establishment of new territories and territoriality of fishermen. Thus, it establishes a context of conflict and territorial disputes that influence the content of traditional knowledge, which are then understood as territorial. At the Forum’s general meeting, occurs the dialogue of such knowledge with the technical and scientific knowledge, which can be understood from the worlds of life. This analytical process identifies consensus, dissent and ruptures among participants that dialogue about environmental management and shared management of artisanal fisheries. We consider that from this dialogue has established a territory of action of this forum, which is the noun territorial by arrangements that compose it, as well as corresponds to an initiative of shared management of territorial fishing.

**KEYWORDS:** Traditional Society. Traditional Knowledge. Dialogues of Knowledge. Territory. Environment.



## **LISTA DE SIGLAS**

APA-EDJ – APA Estadual Delta do Jacuí (RS)

ASPG – Associação de Pescadores de Guaíba

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

COOPEIXE – Cooperativa de Pescadores da Colônia Z5 Lita.

EMATER ASCAR - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (RS)

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental (RS)

FZB – Fundação Zoobotânica (RS)

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

P-EDJ – Parque Estadual Delta do Jacuí (RS)

PUC RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAP – Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente (RS)

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Mapeamento Comunitário em Charqueadas.....	61
<b>Figura 2-</b> Mapeamento Comunitário em Sapucaia do Sul.....	62
<b>Figura 3-</b> Mapeamento Comunitário na Praia de Paquetá – Canoas .....	62
<b>Figura 4-</b> Mapeamento Comunitário na Praia do Lami - Porto Alegre .....	63
<b>Figura 5-</b> Mapeamento Comunitário na Praia da Varzinha - Viamão.....	63
<b>Figura 6-</b> Banco de Dados (Identificação dos Trechos) .....	64
<b>Figura 7-</b> Banco de Dados (Eixos, Temas e Mundos da Vida) .....	65
<b>Figura 8-</b> Reunião da Coordenação Executiva do Fórum Delta do Jacuí (Agostos 2012 – CAMP) .....	86
<b>Figura 9-</b> Reunião da Assembleia Geral do Fórum Delta do Jacuí (Novembro de 2012 – Colônia Z5).....	87

### LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Subtemas 2 que integram o Subtema 1: Instrução Normativa. ....	66
<b>Gráfico 2 -</b> Instituições e Entidades representadas no Fórum Delta do Jacuí de julho de 2011 a dezembro de 2012.....	89
<b>Gráfico 3-</b> Mundos da Vida no Tema Gestão Ambiental.....	95
<b>Gráfico 4-</b> Mundos da Vida no Tema Gestão Compartilhada .....	101
<b>Gráfico 5-</b> Mundo da Vida (Entidades de Pescadores).....	108
<b>Gráfico 6-</b> Mundos da Vida (Instituições Estaduais).....	109
<b>Gráfico 7-</b> Mundos da Vida (Instituições Federais) .....	110

### LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1-</b> Arranjos Territoriais na Área de Abrangência do Fórum Delta do Jacuí.....	69
<b>Mapa 2 -</b> Abrangência do Fórum Delta do Jacuí.....	84
<b>Mapa 3-</b> Número de Pescadores por Município integrante do Fórum Delta do Jacuí - 2012 .	85

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1-</b> Análise de Conteúdo e Teoria do Agir Comunicativo.....	59
<b>Quadro 2-</b> Instituições e Entidades representadas no Fórum Delta do Jacuí de julho de 2011 a dezembro de 2012.....	88
<b>Quadro 3 -</b> Legislação para a Pesca Artesanal na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí.....	97

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1:</b> Mundos da Vida dos Subtemas da Gestão Ambiental.....	66
<b>Tabela 2:</b> Mundos da Vida dos Subtemas da Gestão Compartilhada da Pesca.....	66
<b>Tabela 3-</b> Percentual de Referências aos Mundos da Vida por Reunião do Fórum .....	106

## SUMÁRIO

<b>1. Considerações Iniciais</b> .....	14
1.1 Objetivos.....	16
1.1.1 Objetivo Geral .....	16
1.1.2 Objetivos Específicos .....	17
<b>2. Saberes Inscritos e Conhecimentos Escritos</b> .....	18
2.1 Sobre Saberes e Fazeres.....	18
2.2 Os Saberes Inscritos nas Sociedades Tradicionais .....	21
2.2.1 Saberes e Conhecimentos Tradicionais .....	21
2.2.2 Comunidades Tradicionais Pesqueiras .....	26
2.3 Os Conhecimentos Escritos na Geografia .....	32
2.3.1 O Território da Natureza.....	34
2.3.2 A Natureza do Território .....	37
2.4 Racionalidade Ambiental e Diálogos de Saberes .....	44
2.4.1 Possibilidades da Teoria do Agir Comunicativo .....	49
<b>3. Método</b> .....	53
3.1 Complexidade e Pesquisa Participativa.....	53
3.2 Grupos Focais .....	55
3.3 Análise Dialógica de Conteúdo .....	57
3.4 Desenho da Pesquisa.....	60
3.4.1 Mapeamentos Comunitários nas Comunidades Pesqueiras.....	60
3.4.2 Diálogos de Saberes na Assembleia Geral do Fórum Delta do Jacuí.....	64
<b>4. Impactos Ambientais e Disputas Territoriais</b> .....	68
4.1 Território do Rio Jacuí.....	69
4.2 Desterritorialização do Rio dos Sinos.....	71
4.3 Territorialidades e Territórios do Lago Guaíba .....	73
4.3.1 Territorialidades do Delta do Jacuí.....	73

4.3.2 Território Norte do Lago Guaíba .....	75
4.3.3 Territorialidades Sul do Lago Guaíba.....	76
4.3.4 Desterritorialização nas Unidades de Conservação .....	78
4.4 Territorialização no Norte da Laguna dos Patos.....	78
4.5 Articulações Territoriais .....	80
<b>5. Diálogos de Saberes no Fórum Delta do Jacuí.....</b>	<b>83</b>
5.1 O Fórum Delta do Jacuí.....	83
5.2 Participação e Rupturas na Assembleia Geral .....	88
5.3 Os Mundos da Vida nas Principais Pautas da Assembleia Geral .....	94
5.3.1 Gestão Ambiental .....	94
5.3.2 Gestão Compartilhada da Pesca.....	101
5.4 O Agir Comunicativo nos Diálogos de Saberes na Assembleia Geral .....	106
5.4.1 Pescadores Artesanais.....	107
5.4.2 Instituições Estaduais.....	109
5.4.3 Instituições Federais .....	110
<b>6. Gestão Compartilhada Territorial da Pesca Artesanal .....</b>	<b>112</b>
6.1 Territórios e Territorialidades das Comunidades Tradicionais de Pescadores .	112
6.2 Conhecimentos e Saberes Tradicionais Territoriais .....	114
6.3 Diálogos de Saberes Territoriais.....	116
6.4 Possibilidades e Impasses na Gestão Compartilhada Territorial .....	118
<b>7. Considerações Finais .....</b>	<b>121</b>
<b>8. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>124</b>

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

---

Os pescadores do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos estão organizados no sistema de gestão compartilhada da pesca – Fórum Delta do Jacuí. Esse espaço tem discutido as principais problemáticas relacionadas com a pesca da região e identificado que danos ambientais causados pela atividade pesqueira predatória - e por outras atividades econômicas - têm levado os pescadores ao abandono de áreas de pesca que eram tradicionalmente exploradas.

No Fórum Delta do Jacuí, a pesca predatória é apresentada como geradora de impacto ambiental direto na pesca artesanal e a maior expressão se refere aos pescadores que compõem o Fórum da Lagoa dos Patos, que atuam na área com apetrechos de pesca predatória. Em contraponto, esses pescadores possuem uma instrução normativa, que estabelece um licenciamento ambiental próprio, o qual impede os pescadores de outras regiões de pescarem no Estuário da Lagoa dos Patos.

Esta situação se agrava durante a piracema, pois a referida instrução estabelece que o período de defeso no território de abrangência do Fórum da Lagoa dos Patos é de 1º de junho a 30 de setembro. Este está discordante com o período de defeso da Região Sul e Sudeste do Brasil, a que estão submetidos os pescadores do Fórum Delta do Jacuí, de 1º de novembro a 31 de janeiro. Sendo assim, a partir do mês de junho ocorrem casos de pescadores do Estuário da Lagoa dos Patos atuando na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí.

Entre as localidades integrantes do Fórum Delta do Jacuí também existem alegações de conflitos devido às pescarias predatórias. Tais conflitos se referem aos danos resultantes do uso de apetrechos de pesca irregulares na captura de espécies de elevado interesse econômico. A quantidade de redes utilizadas por pescadores de determinadas localidades também é um assunto gerador de oposições. Contudo, os pescadores indicam que em determinadas áreas, onde tradicionalmente estão acostumados a pescar, essas redes não causam significativo impacto ambiental.

Quanto à pesca predatória, ao mesmo tempo em que os pescadores indicam as ineficiências da fiscalização, principalmente nos períodos de piracema, existe um consenso de que a legislação deve ser revisada e atualizada segundo as características ambientais da região. Além disso, ressaltam que a sustentabilidade na pesca artesanal depende muito do controle de outras atividades que causam impactos ambientais indiretamente sobre a pesca artesanal. Entre estes, destacam-se a poluição, mineração, agricultura e indústria.

A poluição gera impactos ambientais e está associada à urbanização da Região Metropolitana de Porto Alegre. Os efluentes domésticos lançados *in natura* nos corpos d'água comprometem a pureza da água e, conseqüentemente, a qualidade do pescado. Esse impacto tem levado os pescadores a abandonarem áreas de pesca tradicionais, bem como, à prática de suas atividades em áreas mais longínquas dos centros urbanos.

Já os resíduos sólidos causam impactos, principalmente, sobre os apetrechos de pesca, o que dificulta os procedimentos das pescarias. Em função disso, os pescadores buscam áreas de pesca onde ocorram menos resíduos. Uma iniciativa original dos pescadores locais, relatada no Fórum Delta do Jacuí, é o Projeto Pescando Lixo, onde os pescadores aproveitam o período da piracema para recolher material reciclável no Lago Guaíba.

A mineração frequentemente é relatada no Fórum Delta do Jacuí como causadora de impactos na pesca. Os pescadores destacam que a retirada de areia em áreas reconhecidas como de reprodução dos peixes, suga os alevinos, o que compromete as safras futuras. Além do impacto sobre a reprodução dos peixes, apontam que as Areeiras não respeitam as áreas tradicionais de pesca e, costumeiramente, causam danos às redes dos pescadores artesanais.

A agricultura também é relatada nas reuniões do Fórum como geradora de impacto ambiental na pesca. As bombas de sucção, utilizadas para a irrigação, quando posicionadas nas áreas de desova e/ou maturação dos peixes, sem a tela de proteção, suga os alevinos. Além disso, os agrotóxicos utilizados nas lavouras são carregados para os corpos d'água onde habitam as espécies pesqueiras.

A atividade industrial é indicada como causadora de impactos ambientais tanto pelas bombas de sucção de água, quanto pelo lançamento de efluentes industriais sem tratamento nos corpos d'água. Esses efluentes, muitas vezes originários das indústrias adjacentes aos rios que deságuam no Lago Guaíba, têm causado a extinção da atividade pesqueira em determinadas localidades.

Os impactos ambientais relacionados diretamente ou indiretamente com a pesca na região de abrangência do Fórum Delta do Jacuí, geralmente, ocorrem devido à ineficiência da fiscalização ambiental. Em conseqüência disso, os pescadores artesanais têm abandonado áreas de pesca, as quais estavam habituados e percorrido distâncias maiores em busca de pescarias melhores.

Com base na abordagem territorial, buscamos compreender se essas áreas de pesca constituem territórios e territorialidades. E, a partir daí, analisar se esses pescadores estão em um processo contínuo de territorialização e desterritorialização. As observações no Fórum Delta do Jacuí indicam que o conhecimento sobre os territórios pesqueiros compõem os

saberes tradicionais desses atores e que os mesmos têm orientado as estratégias para gestão ambiental e compartilhada da pesca artesanal.

Esta proposta de pesquisa está pautada no paradigma da complexidade. A dialógica se manifesta nos diálogos de saberes estabelecidos entre os membros das comunidades de pescadores e representantes das demais entidades que participam do Fórum. Com base na teoria do agir comunicativo, buscamos compreender os mundos da vida em que estão baseados esses saberes tradicionais e técnicos sobre os territórios pesqueiros. Nesse contexto as estratégias de poder se expressam nas formações discursivas e na formação de consensos, dissensos e rupturas.

É importante destacar que o trabalho de campo dessa pesquisa se insere na proposta de pesquisa-ação do projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros realizado pelo Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP e financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, promovido entre junho de 2011 e dezembro de 2012. Destacamos que o pesquisador, sendo coordenador do citado projeto, teve acesso às oficinas nas comunidades pesqueiras e às reuniões do Fórum (da coordenação executiva e da assembleia geral). Isso proporcionou que a dissertação contemple a teoria e a *práxis* que são necessárias na construção de uma racionalidade ambiental.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Identificar arranjos territoriais na pesca na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí, destacando os impactos ambientais e disputas territoriais que promovem a desterritorialização e como se dão os novos processos de territorialização dos pescadores artesanais. Compreender a influência dessa dinâmica territorial sobre os conhecimentos tradicionais dos pescadores, para analisá-los em diálogo com os conhecimentos técnicos e científicos dos demais participantes do referido Fórum, concluindo se esse processo promove a gestão compartilhada territorial da pesca.



### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Identificar arranjos territoriais na pesca na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí;
- b) Apontar atividades econômicas que causam impactos ambientais sobre os recursos pesqueiros e causam a desterritorialização dos pescadores;
- c) Compreender as disputas territoriais entre pescadores como geradoras de processos de desterritorialização;
- d) Entender como se dão os novos processos de territorialização dos pescadores artesanais;
- e) Compreender a influência dessa dinâmica territorial sobre os conhecimentos tradicionais dos pescadores,
- f) Propor um processo analítico para os diálogos de saberes no âmbito dos espaços de gestão compartilhada territorial da pesca;
- g) Analisar os diálogos entre conhecimentos tradicionais territoriais e saberes técnicos científicos na assembleia geral do Fórum Delta do Jacuí;
- h) Acompanhar o processo de constituição de um espaço de gestão compartilhada territorial da pesca artesanal.

Ressaltamos que, diante da complexidade da proposta de pesquisa, consideramos necessário abordar a teoria por meio da resignificação dos conceitos presentes na bibliográfica. Assim, promovemos o diálogo entre estes conceitos e os conhecimentos empíricos decorrentes do trabalho de campo e do acúmulo do pesquisador sobre o tema. Logo, apresentamos reflexões teóricas e conceituais que contribuem com abordagens da geografia sobre as sociedades tradicionais.

## **2. SABERES INSCRITOS E CONHECIMENTOS ESCRITOS**

---

*O único mito puro é a ideia de uma ciência purificada de qualquer mito.*  
(SERRES *apud* LATOUR, 1994, p. 93).

### **2.1 Sobre Saberes e Fazeres**

Há sempre saberes implícitos nos fazeres, então, como destaca Porto-Gonçalves (2010), quem não sabe não faz nada; contudo, a ciência moderna privilegiou o dizer em detrimento do fazer. Por conseguinte, destitui de qualquer saber o indivíduo ou grupo que possui a faculdade do fazer, mas não a do dizer. Porém ressaltamos que, como representação de mundo, todo dizer constrói, inventa e controla mundos. No mundo científico moderno, a propriedade do saber define quem tem a prerrogativa do conhecimento, e quem é subalterno a ele.

Milton Santos (2006) entende que as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Estas últimas são concebidas como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (p.16). Entretanto, a distinção entre técnicas antigas e modernas se baseia na intensidade de conhecimento científico e informação empregados na sua concepção. Ainda, compreende a técnica como a principal forma de relação entre sociedade e natureza. Sugerimos, então, que o emprego de saberes/fazeres e de conhecimentos/técnicas compõem distintas interações no ambiente.

A noção de moderno-colonialidade favorece a compreensão de como se configurou a ciência moderna e de como esta elegeu o conhecimento científico como o único, verdadeiro e racional. Conforme Mazzetto (2006, p. 9) a moderno-colonialidade tem origem na expansão colonial portuguesa e espanhola, posteriormente, integrou a disseminação da ciência moderna e do capitalismo industrial, chegando ao momento atual da globalização.

Diante do exposto, o paradigma científico moderno, desde a sua origem, atende às premissas de um projeto de sociedade pautado na racionalidade instrumentalizada e capitalista para a apropriação industrial da natureza para a mercadorização do mundo. Portanto, tem tempo (época da expansão colonial e do mercantilismo) e espaço (a Europa conquistadora) bem definidos, os quais foram naturalizados como universais. Este conhecimento universal, eurocêntrico e unidirecional, encobre outras matrizes de racionalidades (não ocidentais, não capitalistas), constituídas a partir dos diferentes lugares, as quais podem ser universalizadas e dialogar (MAZZETTO-SILVA, 2006, p. 8).

A noção de racionalidade e de conhecimento científico pressupôs que esse último, purificado, revelava as verdadeiras leis da natureza e, por isso, se constituía num conhecimento superior. Na busca pela razão (verdade) evitou-se qualquer desvio (erro) e, assim, “o falso é aquilo que dá valor ao verdadeiro” (LATOURE, 1994, p. 92). Consoante tachou de inferiores as outras formas de saber e os outros apelos à racionalidade, como o saber prático agrícola, medicinal ou artesanal. Assim, legitimou a expansão pelo mundo dessa razão técnica-científica, autorizada a dominar a natureza, inclusive, às outras culturas e aos outros povos que, também, eram associadas à natureza (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 218).

Duarte *apud* Mazzetto (2006, p.11) destaca que desse mito da superioridade da ciência e da tecnologia e de suas correspondentes práticas sociais advém o epistemicídio, ou seja, a negação das epistemes que não se integram ao paradigma hegemônico da ciência moderna. Acrescenta que o epistemicídio serve de fundamento para a imposição de alguns homens sobre outros, uma vez que admitir a sabedoria alheia é, também, reconhecer que “cada ser humano é portador dessa igualdade radical de todo ser vivo, dos homens das mais diversas culturas e essa diferença requer igualdade política”.

No período atual da moderno-colonialidade são negados, além dos saberes nativos, selvagens e orientais, todos os que não se submetem à racionalidade hegemônica. Desta forma, privilegiou-se a instituição do conhecimento sobre, ou seja, o qual viabiliza a dominação; e se negou o “saber com”, aquele elaborado conjuntamente e materialmente por meio do tato, do contato, dos sabores, etc. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 52). Acrescentamos que a diferença desta forma de saber se expressa, também, na relação desassociada estabelecida entre sociedade/cultura e natureza (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007). Então, todo o saber ancestral acumulado por sociedades tradicionais foram sistematicamente desqualificados pelas ciências e tiveram suas práticas estigmatizadas como arcaicas, rústicas, ou atrasadas (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 52).

No entanto, a crise ambiental vigente expõe as consequências da racionalidade moderna, bem como os limites do conhecimento científico instituído. Por isso, a academia tem sido sugestionada a repensar e respeitar, considerando os saberes provenientes de outras matrizes de racionalidade (que não separam sociedade/cultura da natureza), assim como instituições de pesquisa de ponta têm paulatinamente demonstrado interesse sobre os conhecimentos dos “peritos” das sociedades tradicionais (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 221). Mazzetto-Silva e Porto-Gonçalves (2007) acrescentam que:

Quem já entrou numa floresta, num rio, num cerrado, ou na caatinga, ou no mar, seja com um caboclo, com um índio, com um camponês, ou com um pescador sabe que há um enorme acervo de conhecimentos produzidos por essas outras matrizes epistêmicas o que, até aqui, temos nos recusado a aceitar como tal, embora, não tenhamos deixado de nos apropriar desses saberes que estão subjacentes à maior parte da culinária e da medicina disponível para a humanidade (p. S/N).

Atualmente se reconhece que esses “peritos”, embora grande parte nunca tenha ingressado na escola formal, detêm conhecimentos acerca de assuntos de seus interesses e, atualmente, disputam direitos, inclusive, sobre a propriedade intelectual. Logo, ficam indefinidos não só os limites entre as ciências, mas, também, dos diferentes modos de conhecer, já não sendo possível traçar com tanta certeza a fronteira entre quem sabe e quem não sabe (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 221). Enquanto atores cognoscentes, que conhecem porque o conhecimento está inscrito nas suas vidas, esses “peritos tradicionais” têm se destacado por ampliar a qualidade do conhecimento sobre o ambiente em que vivem e pela qualidade da eficácia das suas práticas.

Entendemos que as medidas que propõem se diferenciam das convencionais, pois são compostas a partir da mediação dos atores diretamente implicados com o mundo vivido (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007). Acerca dessas mediações Mazetto-Silva e Porto-Gonçalves complementam:

Não instrumentalizaram e mercadorizaram, totalmente, as relações com o ambiente. São portadores de modos de vida e sistemas cognitivos que, mesmo parcialmente subordinados à racionalidade moderna, foram capazes de se reinventar de modo próprio, nos oferecendo outras perspectivas epistêmicas (Mazzetto Silva, 2005b). São modos produtivos e de vida, em geral, nequentrópicos, que dependem e se baseiam na produtividade primária líquida dos ecossistemas, tendo, por isso, se mantido no tempo e no espaço, materializando o que poderíamos chamar de modelos locais sustentáveis (S/N).

Esses atores, em reação a moderno-colonialidade que se instalou em seus territórios e impôs padrões cognitivos, põem em pauta questões e relações forjadas em situações assimétricas de poder. Como destaca Santos (2006, p. 8), no campo e nas cidades, o aprendizado e a crítica da racionalidade hegemônica se fazem através do uso da técnica e da experiência da escassez:

O fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla de escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas

alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites (p.211).

Porto-Gonçalves (2002) destaca que os paradigmas são instituídos por atores situados em sociedade, tempo e espaço, logo, a crise paradigmática é, também, a crise da sociedade e dos sujeitos que a instituíram. Então para ultrapassar os limites do conhecimento teremos de romper com a epistemologia moderna (LATOURET, 1994). Assim, é possível construir novos sentidos a partir justamente da elaboração das contra-razões que, na análise geográfica, revelam-se nas reações dos atores sociais no campo e da cidade (SANTOS, 2006, p. 208).

Portanto, a emergência de novos paradigmas é acompanhada pela visibilidade de atores não modernos (LATOURET, 1994) que reivindicam um lugar no mundo. Esses não se anulam, mas resistem às diretrizes da moderno-colonialidade e se reinventam continuamente na diferença. Nesse processo, mais do que a resistência observamos a R-Existência, uma vez que a resposta à ação alheia se dá com base em algo que preexiste. Assim, a partir da existência que se R-existe: “Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 51).

Quando esses atores sociais se inserem na geração do conhecimento científico, as ciências passam a integrar e expor os saberes tradicionais e superamos, em parte, a colonialidade do saber e do poder. Então avançamos para constituir um conhecimento ambiental que reafirma o ser no tempo e o reconhecer na história, estabelece novas identidades e territórios de vida reconhecendo o poder do saber e a vontade de poder como um querer saber (LEFF, 2009, p. 18).

## **2.2 Os Saberes Inscritos nas Sociedades Tradicionais**

### **2.2.1 Saberes e Conhecimentos Tradicionais**

Partimos do pressuposto de que existem saberes elaborados por grupos sociais, que ainda não foram/são aceitos nos processos de geração do conhecimento sob a perspectiva científica. Isso implicou na constituição de conhecimentos científicos desconectados da realidade, os quais contemporaneamente são criticados ao se reconhecer que outros saberes são mais eficazes, sobretudo na discussão sobre a crise ambiental em curso.

Para evitar equívocos utilizaremos o termo *saberes* quando discorreremos acerca de elaborações sobre fazeres, modos de viver e visões de mundo de determinados grupos sociais e o termo *conhecimentos* quando abordamos esses saberes no contexto da geração do

conhecimento científico; considerando que passou por mutilações do método, da linguagem formal, etc. Em outras perspectivas, o reconhecimento e a incorporação de *conhecimentos* e *epistemes* desses grupos pela academia, embora contribua com a visibilidade do grupo, não expressa a complexidade dos *saberes* que são continuamente transformados por meio das relações do grupo entre si, com os demais e com a natureza. Assim, mesmo evitando abordagens simplificadoras destes *conhecimentos*, compreendemos que é inalcançável a totalidade dos *saberes*, considerando o contexto em que são tramados pelos atores sociais.

Observamos, então, que grupos sociais são detentores de saberes e que estes podem ser, ou não, integrados ao conhecimento científico. Mas a quais grupos estamos nos referindo? Não aludimos a um grupo social genérico, mas aos que têm sido abordados por diversas áreas do conhecimento, como *populações nativas*, *tribais*, *indígenas*, *tradicionais*, etc. Todavia, cabe apontarmos sobre as contradições conceituais e linguísticas relacionadas com esses termos como apresenta Diegues (1999, p. 18):

Assim, o termo “*indigenous*”, em inglês, usado em muitos documentos oficiais (UINC, Banco Mundial), não quer dizer necessariamente “indígenas”, no sentido étnico e tribal. O conceito inicialmente utilizado pelo Banco Mundial (*Bank’s Tribal Peoples Policy Statement*, 1982) para povos nativos – *tribal peoples* foi baseado principalmente nas condições de vida dos povos indígenas amazônicos da América Latina e, como observou Dyson em documento do Banco Mundial (1982), não se adaptava a outras regiões do mundo. Uma nova definição surgiu com a Diretiva Operacional 4.20 de 1991, com características mais amplas, substituindo o termo “*povos tribais*” por “*povos nativos*” (*indigenous*).

Na bibliografia constatamos inúmeras designações para esses grupos, as quais geralmente são compostas pela compreensão da organização social (sociedade, população, povo, comunidade, etc.) acompanhada pelo o que lhe é característico, com forte referência aos conhecimentos que detém (nativo, tribal, tradicional, da floresta, do mar, etc.). Sob um horizonte amplo, essas abordagens se referem àqueles povos que demonstram, em vários graus, características como ligação intensa com os territórios ancestrais; autoidentificação e identificação pelos demais grupos; linguagem própria, muitas vezes não a nacional; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência (DIEGUES, 1999, p. 17).

Foster *apud* Diegues (1999) designa esses grupos como *sociedades parciais*, uma vez que tendo características próprias convivem em uma sociedade mais ampla – capitalista - na qual a cidade tem papel fundamental. Tal abordagem enfatiza influência da cidade nos hábitos de consumo, na reprodução social e cultural, e na dependência econômica e política. Da

cidade também provêm as “inovações” que contribuem com as transformações dessas sociedades (p.18). Esse enfoque, utilizado originalmente para mencionar as sociedades camponesas, parece contribuir, como ponto de partida, com abordagens, que vislumbrem a relação entre as partes e o todo e favoreçam considerar outros matizes das relações sociais, além da estritamente cultural, a qual é frequentemente eleita nos estudos sobre essas sociedades.

A relação diferenciada com a natureza também integra os argumentos que diferenciam esses grupos sociais dos demais. Diegues (1999) faz referência a Dasmann, que distingue dois tipos de sociedade, a que estabelece uma relação de simbiose com a natureza e faz uso dos recursos ambientais de forma que favorece a perenidade dos mesmos, *os povos dos ecossistemas*, e as sociedades que estão ligadas a uma economia global, de alto consumo e poder de transformação da natureza, *os povos da biosfera*. Entretanto o próprio autor reconhece essas classificações como simplificadoras e sinaliza para a dificuldade de estabelecer um limite entre elas (p.18).

Salientamos que esses estudos que fazem referência à relação entre sociedade e natureza geralmente compõem conceitos a partir de noções ecológicas (ecossistema, biosfera, população, etc.) que são transpostos para o campo das humanidades. Estes conceitos quando não ressignificados são empobrecidos teoricamente e pouco contribuem para o entendimento sobre essas sociedades. Na abordagem de Dasmann *apud* Diegues (1999), a relação com a natureza aponta para a existência de sociedades com modos de viver mais atrelados ao local em oposição a outras associadas ao global. Milton Santos (2006), no entanto, entende que os eventos são solidários:

Na era da globalização mais do que antes, os eventos são, pois, globalmente solidários, pela sua origem primeira, seu motor último. Para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares. Nestes, eventos simples são amalgamados, formando situações. Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual (p.107).

Entre os desafios da crise ambiental planetária em curso ressaltamos o de compreender as consequências da mesma sobre as sociedades que estabelecem suas relações localmente, bem como o reconhecimento dos fazeres de tais sociedades como estratégias para diminuir os seus efeitos.

Os trabalhos que seguem uma perspectiva marxista dispõem que as *culturas tradicionais* estão associadas a modos de produção pré-capitalistas. Estes são próprios das sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria e onde a dependência do mercado existe, mas não é total. Diegues (1999) complementa:

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos (p.18).

Nesse enfoque, *culturas tradicionais* são as que se reproduzem a partir da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1984, 1999) e se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista, onde a força de trabalho e a natureza são mercadorias. Isso implica em concepções e representações diferentes de natureza e de recursos ambientais. Godelier *apud* Diegues (1999, p. 19) ressalta que essas duas sociedades se distinguem pela racionalidade e pela intencionalidade que detém e que estão expressas nas suas instituições, ou seja, nos sistemas de regras sociais no uso dos recursos ambientais.

As abordagens pautadas no materialismo histórico e dialético são, frequentemente, adotadas nas reflexões sobre *culturas tradicionais*. Entretanto, cabe problematizarmos sobre as implicações da abordagem histórica. Santos (SANTOS, 2006) propõe o entendimento do tempo das simultaneidades:

Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos (p.104).

Ao propormos a abordagem temporal sincrônica - *das simultaneidades* - e não a diacrônica - histórico habitual - propomos que o uso do tempo, no espaço, não é idêntico para todos os homens. Assim, o espaço reúne todos os homens, com suas múltiplas alternativas de uso do espaço, que estão estritamente relacionadas com possibilidades de uso do tempo (SANTOS, 2006). A constituição de um horizonte que considera a multiplicidade de usos do espaço e do tempo parece contribuir com outra leitura das sociedades tradicionais.

Consideramos significativo frisar que a questão da *tradicionalidade* dessas sociedades é permeada por contradições, que se apresentam com grande intensidade nas Unidades de Conservação - UCs. “Algumas vezes, se processam levantamentos de *população tradicional*,



numa visão naturalista, de modo a permitir a expulsão daquelas que não correspondam traço por traço à definição de tradicionalidade”. Ainda são estabelecidas regras rígidas, que ignoram a dinâmica de *uso tradicional* dos recursos ambientais da área, associadas a um sistema de vigilância repressivo sob qualquer afastamento do modelo de *tradicionalidade* preestabelecido (DIEGUES, 1999, p. 23).

Como o conceito de *tradicional* já integra inúmeras políticas públicas que tem acarretado em certos benefícios às sociedades em questão, não iremos refutá-lo, mas buscaremos ressignificá-lo, favorecendo enfoques mais complexos e, por conseguinte, menos simplificadores.

Entendemos que as concepções de *tradicional* estão estritamente relacionadas com os fazeres e se expressam nos saberes da sociedade que faz. Se os fazeres caracterizam as *sociedades tradicionais*, sugerimos que os saberes sugerem os atores sociais que compõem essa sociedade. Compreendemos que o *tradicional* não é natural, ou seja, não é um produto da natureza, mas é (re)construído de forma dinâmica, por meio das relações sociais e da interação com meio. Muitas vezes muda o meio, mas as tradições acompanham os atores sociais e são reinventadas sob novas condições. Destacamos que as análises que estabelecem a proporção entre o *tradicional* e o tempo histórico linear, a nosso ver, é um equívoco, pois sustenta uma hierarquia sobre “o que” ou “quem” é mais *tradicional*. Diante disso, com base no vínculo com o espaço, consideramos que o *tradicional* não é apreensível no tempo histórico diacrônico, mas no tempo das simultaneidades. Ainda, na contemporaneidade, percebemos a evidência de *culturas tradicionais*, as quais muitos julgavam desaparecidas, em contextos em que determinadas sociedades lutam por políticas públicas. Ousamos inferir que, frequentemente, a invenção não é tão importante quanto o processo de reinvenção, adaptação e transformação. O *tradicional*, que não nega as contradições, expressa a síntese, os consensos e as rupturas das sociedades que se distinguem a partir dos seus fazeres e saberes, os quais pressupõem uma relação dinâmica com o tempo e com o espaço.

Diante do exposto, a compreensão dos grupos em questão foi tramada, sob uma visão ampla, como *sociedades tradicionais*<sup>1</sup>. Salientamos que o uso do termo *Sociedades* pretende afirmar que estes grupos são formados por atores sociais que se distinguem da sociedade capitalista, embora se relacionem com ela; e frisar a pluralidade do conceito ampliando a leitura para outros grupos que não integram as referenciadas *populações tradicionais*. Quanto à relação diferenciada estabelecida por essas sociedades com a natureza, entendemos que

---

<sup>1</sup> Nossa compreensão de sociedade tradicional não está vinculada a mesma construção teórica de determinados autores da sociologia como Norbert Elias em “Sociedade dos Indivíduos”.

estas são multiescalares (local/global) e multidimensionais (culturais, sociais, econômicas e políticas). Por fim, o emprego do termo *tradicionais* pressupõe que este é apropriado quando abordado a partir da complexidade intrínseca aos fazeres e saberes que o compõem, que concebe o tempo como simultaneidades, em uma abordagem que evite simplificações ou reduções da realidade.

### 2.2.2 Comunidades Tradicionais Pesqueiras

Uma vez tramado o nosso entendimento de sociedade tradicional, buscaremos problematizá-lo a respeito da sociedade tradicional de pescadores. Assim, partiremos do nosso entendimento de quem seriam os *pescadores artesanais*. Na sequência, nos deteremos à organização social, partindo de uma visão ampla de *sociedade tradicional pesqueira* a distinguindo da noção de *comunidades tradicionais de pescadores*, contudo sem separar essas compreensões. Logo, buscaremos compreender as *comunidades tradicionais de pescadores* de forma associada, dentro da *sociedade tradicional pesqueira*, mas evitando reduções que encubram as suas particularidades. Finalmente, à luz dos regimes de apropriação dos recursos pesqueiros buscaremos operacionalizar a articulação entre essas duas compreensões, que sob uma visão complexa são ao mesmo tempo complementares e antagônicas.

Diegues (2004, p. 135) compreende os *pescadores artesanais* como trabalhadores da pequena produção mercantil, que tem na atividade pesqueira sua principal fonte de renda, podendo também estarem vinculados à agricultura. Estes atuam nos ambientes lacustres, costeiros e marinhos, com reduzido emprego de tecnologia em comparação à pesca industrial, caracterizando uma atividade de pequena escala. A posse dos instrumentos de trabalho definem o papel desse pescador na organização produtiva (p.135).

Essa construção teórica é amplamente utilizada nos trabalhos sobre pesca artesanal, entretanto, observamos equívocos na sua compreensão, os quais problematizaremos a partir de três pontos: sendo os pescadores trabalhadores da pequena produção mercantil e, por vezes, vinculados à agricultura são compreendidos como trabalhadores rurais; a ênfase no emprego de tecnologia serve, muitas vezes, para descaracterizar os pescadores artesanais; e as consequências da constiuição de uma visão do pescador a partir da organização produtiva.

Supondo que o modo de viver urbano está relacionado com a cidade e que, geralmente, as atividades extrativistas antecederam a cidade, os pescadores originalmente estavam vinculados aos modos de viver rural (LEFEBVRE, 2002). A urbanização impacta, inclusive, os pescadores que habitam áreas rurais, devido o aumento da demanda por produtos da pesca para abastecer as cidades, o que implica na transformação dos pescadores de

subsistência em pescadores comerciais. Ainda a aproximação entre as localidades pesqueiras e as cidades, em decorrência da construção de vias de acesso terrestre e pela ampliação do tecido urbano, reduz a diferença entre essas localidades e as periferias urbanas, o que influencia os modos de viver dos pescadores artesanais e, inclusive, seus padrões de consumo. Finalmente temos que destacar os processos de exclusão social que ocorrem nas cidades, no caso daquelas que detêm potencial para a pesca, como geradores de pescadores urbanos, os quais diferente dos que estavam situados no rural, desde o princípio se integram na pesca sob uma condição de marginalidade social, muitas vezes, por não estarem inseridos em outra atividade em decorrência da falta de escolaridade.

Diante dos expostos, observamos que a pesca artesanal é uma atividade cada vez mais urbana, integrando pescadores que habitam o rural, mas que produzem para atender as demandas da cidade; os pescadores que habitavam o rural, mas que o crescimento das cidades os inseriu no urbano; e os que habitam os centros urbanos, inclusive os que migraram para a cidade, e percebem a pesca como uma possibilidade profissional. Destacamos que essas não são categorias fechadas, mas algumas situações observadas na contemporaneidade que não suprimem outras possibilidades de relação entre o rural e o urbano, como é o caso de pescadores que ainda vivem em áreas mais isoladas e têm na pesca uma atividade de subsistência – estando mais desvinculados do urbano.

A questão do patamar tecnológico empregado na pesca artesanal é permeada por polêmicas. A tecnologia, assim, distingue o pescador artesão, o que desenvolve a pesca artesanal, e o pescador operário, que está inserido na pesca industrial. Santos (2006) compreende que o objeto técnico é cada vez mais artificial, o que lhe garante uma perfeição superior à da natureza. Entretanto, na captura, as pescarias ainda dependem da dinâmica da natureza, logo o aparato tecnológico favorece exclusivamente o aumento do esforço de pesca, ou seja potencializa a capacidade dos instrumentos de captura. Já os pescadores artesanais acessam as tecnologias de uma forma mais estável, embora progressivamente integrem nas suas atividades elementos tecnológicos. É cada vez mais raro um pescador que tece suas redes, entretanto é comum os pescadores artesanais fazerem a manutenção destas, o que na pesca industrial seria o papel de outro operário. O aprendizado no uso das tecnologias também ocorre por meio da oralidade, os pescadores artesanais trocam experiências e gradualmente o grupo adere a determinado elemento técnico.

Por exemplo, na pesca noturna do camarão-rosa no Estuário da Laguna dos Patos há o emprego de iluminação. Inicialmente utilizavam lampeões a querosene, depois a gás, que passaram a ser substituídos por baterias ou geradores e lâmpadas incandescentes e, atualmente,

lâmpadas de LED. Essas transformações acarretaram na redução de gastos e facilitou, moderadamente, o trabalho do pescador. Mas podemos inferir, como tem sido feito, que se extinguiu o modo tradicional de pescar? Entendemos que não, pois os saberes que definem quando, onde e como pescar se matém, mesmo que os fazeres integrem novos elementos técnicos.

A tecnologia também vem sendo adotada pelos pescadores artesanais com o objetivo de proporcionar maior segurança na navegação. Destacamos que, no passado, os saberes dos pescadores artesanais garantiam navegações seguras, mas as mudanças que ocorreram em determinados ambientes não são colocadas em questão. Os barramentos, dragagens, extrações de minérios, aterros, etc. alteraram a morfologia de fundo dos corpos d'água, o que reduziu as referências dos pescadores para a navegação. Nesse caso, as mudanças no ambiente não são concomitantes com a reformulação do saber tradicional (ao contrário das mudanças naturais às quais ocorrem nos ritmos que o pescador está habituado). Para um leigo, o uso de aparelho GPS por um pescador artesanal pode não lhe parecer característico, entretanto enquanto a sociedade geral considera somente a variável “abundância de oferta de tecnologias” escamoteia outras questões que responsabilizariam outros atores sociais, como os impactos ambientais causados por outras atividades econômicas.

Destacamos que nas áreas exclusivas para a pesca artesanal existem uma série de regamentos que restringem as tecnologias que podem ser adotadas. Estes objetivam distinguir a pesca artesanal da pesca industrial limitando o esforço de pesca para não comprometer a perenidade dos recursos pesqueiros e não acarretar no fim da pesca artesanal.

Quanto à posse dos meios de produção e o papel do pescador artesanal na estrutura produtiva, destacamos a impossibilidade de compreendermos a totalidade de relações estabelecidas, entretanto achamos cabível expor nossa crítica a interpretações equivocadas. A questão da posse dos equipamentos de trabalho é complexa, uma vez que a pesca comercial acaba inserindo outros atores (armadores, atravessadores, intermediários, etc.), os quais muitas vezes financiam tais instrumentos com o objetivo manter o pescador dependente do seu auxílio para alcançarem os seus interesses comerciais. Em relação à posição na estrutura produtiva observamos o estreitamento no conceito de *pescador artesanal* o qual fica limitado ao indivíduo que atua na atividade de captura, desconsiderando todo o processo de manutenção dos apetrechos de pesca, beneficiamento do pescado e comercialização. Essa concepção é excludente e incide negativamente nas políticas públicas trabalhistas, no que se refere ao oferecimento de seguro-defeso às mulheres, à concessão de licença de pesca

profissional aos pescadores aposentados por idade e a negação à benefícios sociais aos pescadores que exercem outra atividade remunerada.

Como já frisamos, a noção de sociedades tradicionais está vinculada aos saberes e fazeres dos atores sociais que a compõem. No caso da *sociedade tradicional pesqueira*, nos baseamos nas construções de Diegues (2004) e de Berkes *et al.* (2006) as quais, com base em referenciais teóricos e metodológicos distintos, convergem para a compreensão de que na pesca os saberes tradicionais são elaborados a partir da experiência, com uma determinada intencionalidade, e que são transmitidos ao longo de gerações.

A elaboração, o acúmulo e a dinâmica transformadora dos saberes tradicionais, na pesca, implicam em processos que ocorrem por meio da adaptação (BERKES, MAHON, *et al.*, 2006, p. 55) e da relação entre os indivíduos, sociedades, entre si, e com o ambiente (lacustre, fluvial e marinho). Assim, expressam práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer (DIEGUES, 2004, p. 196). Entendemos que essas práticas se diferenciam das demais quanto ao conteúdo subjetivo inerente ao processo de autoidentificação dos indivíduos, do grupo e da relação de simbiose que estabelecem com a natureza.

Essa relação mais harmônica com a natureza, por vezes, implica no entendimento preconceituoso de que as sociedades tradicionais são destituídas de intencionalidades quando estabelecem relações ambientais. Contudo o próprio entendimento de saber tradicional presuppõe o objetivo de uso de determinado recurso ambiental (BERKES, MAHON, *et al.*, 2006, p. 55). Esta dimensão objetiva, nas sociedades extrativistas, propicia a reprodução do modo tradicional de viver (DIEGUES, 2004, p. 196). Assim, entendemos que o saber tradicional, no âmbito da pesca, é concebido como as estratégias de uso dos recursos ambientais, em um regime de apropriação que garantam os modos de viver das sociedades tradicionais e, por isso, a perenidade dos mesmos.

Os *saberes tradicionais* da *sociedade tradicional pesqueira* se substantificam em um conjunto de conceitos e imagens, produzidos e usados pelos pescadores artesanais, que são transmitidos oralmente (DIEGUES, 2004, p. 196). Logo compreendemos que é repassado através de gerações por transmissão cultural ficando mais evidente quando há continuidade de uso de recursos em um determinado ambiente (BERKES, MAHON, *et al.*, 2006, p. 55). É um saber composto através da interação entre gerações que falam e gerações que ouvem e ressignificam o que ouviram, a partir da dinâmica ambiental. Por mais que, geralmente, não seja um saber escrito, está inscrito nos modos de viver e nas práticas tradicionais, podendo muitas vezes resultar em instituições informais que influenciam a dinâmica social.

Salientamos que, no caso da pesca artesanal, esses saberes estão estritamente relacionados com a dinâmica da natureza e com as particularidades dos grupos, nos quais são tramados. Logo, a *sociedade tradicional pesqueira* é composta por inúmeros grupos de pescadores, os quais integram saberes e fazeres próprios. Entendemos esses grupos como *comunidades tradicionais de pescadores* e supomos que estas existem e co-existem no local, estabelecem relações, por vezes conflitantes, sendo que frequentemente utilizam as mesmas áreas de pesca sem conflito.

Diegues distingue algumas características das *comunidades tradicionais pesqueiras*: intensas relações simbólicas com a terra e o mar; ligação com o território em que o grupo se reproduz socialmente; relevância das atividades de subsistência; acumulação reduzida de capital; papel da unidade familiar e das relações sociais de parentesco; tecnologias artesanais e menos impactantes; fraco poder político e dependência política e econômica das cidades; saberes, símbolos e mitos da pesca transmitidos oralmente, modos de viver expressos na identidade social e cultural; pela visão de mundo e linguagem distinta da urbano-industrial (DIEGUES, 2004, p. 197).

Como já elencamos, as *comunidades tradicionais de pescadores* garantem a sua reprodução social por meio do manejo ou gerenciamento pesqueiro que, para a apropriação social dos ambientes aquáticos, podem ser entendidos como um conjunto de práticas culturais, de intervenção na natureza, na manipulação de componentes orgânicos e inorgânicos. Nesse processo, enquanto grupo social, eles podem, racionalmente ou não, regulamentar o acesso aos recursos, controlando artes de pesca, ou impedindo a entrada de pescadores de outras áreas (*ibidem*, p. 203-204).

Prost (2007, p. 146) frisa que os modos de viver dessas *comunidades tradicionais* não devem ser considerados como fenômenos cristalizados no tempo, pois integram traços de modernidade. Essas mudanças e permanências se dão no processo de apropriação social do mar que, nesse contexto, não é somente um espaço físico, mas, também, o resultado de práticas culturais, onde os grupos de pescadores artesanais se reproduzem material e simbolicamente (DIEGUES, 2004, p. 205).

Como destacam Berkes *et al.* (2006, p. 245), a bibliografia disponível contém inúmeros estudos de caso comprovando que as *comunidades tradicionais pesqueiras* são capazes de criar suas próprias regras de apropriação e uso dos recursos de que dependem. Acreditamos que se forem efetivamente empoderadas, essas comunidades podem, em princípio, criar novas instituições que levam em conta os códigos de conduta que elas próprias definiram no passado.

Sendo o recurso pesqueiro definido como um recurso comum, é difícil restringir o acesso - princípio da exclusividade - e o uso individual reduz a disponibilidade total – princípio da subtrabilidade. Ainda é possível reconhecer quatro regimes de propriedade para o seu manejo: livre acesso, propriedade comum, propriedade privada e propriedade estatal (MCGRATH, CASTRO, *et al.*, 1996).

Na pesca artesanal, existem muitos exemplos que apontam medidas de *manejo comunitário* que proporcionam a reprodução social dos pescadores artesanais sem depredar o ambiente. Entretanto, o que se observa é que na medida em que o Estado centralizou a gestão do recurso pesqueiro, houve o gradativo afastamento das comunidades de pescadores dos momentos de tomada de decisão (CORDELL, 2001). No Brasil, a gestão da pesca centralizada no Estado foi responsável pelo colapso das principais espécies que eram tradicionalmente capturadas por pescadores artesanais. Em reação à falta de competência do Estado de gerir a pesca (CARDOSO, 2001) têm surgido iniciativas de *manejo comunitário*, sendo algumas delas reconhecidas pelo próprio Estado em espaços de *gestão compartilhada*.

Berkes *et al.* (2006, p. 279) definem *gestão compartilhada* da pesca como a parceria na qual o governo, a comunidade e os usuários locais do recurso (pescadores), os agentes externos (organizações não governamentais, acadêmicas e instituições de pesquisa) e outros atores relacionados com a pesca e os recursos costeiros (proprietários de embarcações, comerciantes de peixes, bancos que concedem empréstimos, estabelecimentos turísticos, etc.) compartilham a responsabilidade e a autoridade por tomar decisões sobre a gestão da pescaria.

Os sistemas de *gestão compartilhada* implicam em relações institucionais multiescalares que possuam diferentes níveis de tomada de decisão, o que proporcionam meios de lidar efetivamente com os aspectos complexos e adaptativos característicos de tais sistemas. Essas relações têm capacidade de acelerar os processos de aprendizagem e comunicação, tendo em vista que aumentam a capacidade dos envolvidos suportarem, de adaptarem-se e de aprenderem com as mudanças. Esses arranjos participativos, no Brasil, tem proporcionado a manutenção de sociedades tradicionais (KALIKOSKI, SEIXAS e ALMUDI, 2009, p. 151). Entretanto, entendemos que o sucesso da gestão compartilhada depende do êxito da gestão comunitária, uma vez que existem diversos níveis de *gestão compartilhada* e quanto menor o papel comunidades, maior será o do Estado.

Evidenciamos a nossa opção pelo uso dos conceitos de *sociedade e comunidade tradicional pesqueira*, a partir dos regimes de apropriação dos recursos pesqueiros, compreendendo que nos espaços de gestão compartilhada, onde os pescadores dialogam com instituições governamentais e com outros atores sociais, prevalece a noção de *sociedade*

*tradicional pesqueira*, uma vez que as comunidades se imbricam para alcançar seus fins frente a esses outros atores. Já no diálogo comunitário, que se refere aos saberes e fazeres intrínsecos a comunidades, ou intercomunitário, sobre o manejo de áreas com recursos comuns, compreendemos que prevalece a noção de *comunidade tradicional pesqueira*. Essa distinção nos parece necessária a fim de delinear o nosso horizonte de análise, evitando equiparações.

Observamos, então, implicações escalares na utilização dessas noções de *sociedade e comunidade tradicionais*. No local, quando prevalecem as relações comunitárias e intercomunitárias, sugerimos abordagens de *comunidade tradicional*. Regionalmente, quando o diálogo integra representantes de outros setores da sociedade sugerimos o argumento da *sociedade tradicional*, contudo, em discussões mais amplas como a crise ambiental planetária, em que se busca estabelecer um contraponto à sociedade capitalista, sugerimos a compreensão plural de *sociedades tradicionais* uma vez que o contexto deve integrar pescadores, indígenas, remanescentes de quilombolas, extrativistas, pequenos agricultores, etc.

Diante do exposto, concebemos os *pescadores artesanais* sob um olhar contemporâneo, reconhecendo o dinamismo intrínseco aos seus saberes e fazeres. Acreditamos que estes integram nossa compreensão de *sociedades tradicionais*, sendo que a *sociedade tradicional pesqueira* é composta por diversas *comunidades tradicionais de pescadores*. Ressaltamos que a relação entre sociedade e comunidades tradicionais de pescadores expõe a complexidade inerente à relação entre as partes e o todo. Assim, no contexto em que outros atores sociais dialogam com a *sociedade tradicional de pescadores*, esta integra os consensos, dissensos e rupturas concebidos a partir do diálogo nas/entre *comunidades tradicionais de pescadores*.

### **2.3 Os Conhecimentos Escritos na Geografia**

A modernidade implicou na disjunção, separação e compartimentação do conhecimento científico. Consequentemente houve a divisão entre ciências humanas, sociais e naturais. Logo, a compreensão fragmentada da realidade, a qual caracteriza a modernidade, pretendia a purificação do conhecimento, por meio da separação total dos humanos e não-humanos. Latour (1994) ressalta que, sob esta visão, os modernos foram tomados como invencíveis, logo poderiam introduzir objetos naturais no corpo social, o qual teria a solidez das coisas da natureza (p.43).

Em oposição, concepções críticas ao pensamento científico moderno ressaltam que:



A materialização da separação ser humano-natureza aparece na distância entre ciências sociais/humanas e ciências naturais. A pretendida separação entre as duas, essa ilusão moderna é, na verdade, uma empresa impossível de se levar a frente já que “todo o saber, mesmo o mais físico, submete-se a uma determinação sociológica” (Morin, 2005: 23) e todo fenômeno social está inevitavelmente inscrito numa realidade biofísica (Mazzetto Silva, 2006). A moderno-colonialidade produziu, nos últimos 300 anos, cientistas sociais e naturais, em geral, incapazes de dar conta da complexidade implicada na relação sociedade-natureza (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007, p. S/N)

Essas críticas ao conhecimento científico moderno estão presentes nos espaços que debatem sobre a epistemologia da ciência. Mais recentemente estão sendo problematizadas na geografia, a qual tem sido levada a pensar sobre suas construções.

Suertegaray (2003) destaca que a Geografia se diferencia e se contrapõe as demais áreas do conhecimento, pois sempre pretendeu abordar a relação que os homens estabelecem com o seu entorno natural:

A Geografia como área de conhecimento sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural). Neste sentido ela se diferenciou e se contrapôs as demais ciências, que por força de seus objetos e das classificações, foram individualizadas em Ciências Naturais e Sociais. Este paradoxo acompanha a Geografia, ainda que hoje possa ser seu privilégio (pp.45-46).

Pelo caminho que assumiu, a Geografia foi impedida de uma construção unitária ou de ocupar um lugar preciso entre as ciências. Para Suertegaray (2003) isso parece que “dificultou, para a Geografia, a construção de um método, pois, propunha-se a unidade natureza-sociedade, num contexto científico onde as dimensões disjuntas perseguiram métodos diferentes” (p.46). Entretanto, a autora complementa que, na atualidade, a perspectiva da conjuntividade passa a compor os alicerces no âmbito das demais ciências.

A possibilidade de adotarmos recortes conceituais do espaço geográfico, em vez de implicar na separação destes, parece que favorece a união do discurso da geografia. Compreendemos que cada um deles enfatiza “uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico”, onde as dimensões econômicas e culturais configurariam a paisagem, a dimensão política implicaria no território, as dimensões da existência objetiva e subjetiva caracterizariam o lugar e a dimensão da transfiguração da natureza configuraria o ambiente.

No entanto, nenhum desses conceitos prescinde das determinações expressas em uns e em outros (SUERTEGARAY, 2003, p. 50).

No presente trabalho, buscaremos evidenciar as dimensões, ou os recortes, ambientais e territoriais no espaço geográfico. Assim, relacionaremos a transfiguração da natureza, bem como a relações de poder que ocorrem no espaço geográfico.

Latour (1994) argumenta que em vez de polarizar de um lado sociedade e de outra natureza, deve-se compreender como se produzem sociedades- naturezas, de coletivos, ou naturezas-culturas (um híbrido). Santos (2006) corrobora:

Não temos necessidade de amarrar nossas teorizações a duas formas puras: de um lado, o objeto e de outro, o sujeito-sociedade, já que “natureza e sociedade não são mais os termos explicativos, mas, ao contrário, requerem uma explicação conjunta (Latour, 1989, p.108)” (p.65).

Na nossa abordagem geográfica, compreenderemos também o híbrido como possibilidade de conceber a continuidade “do território da natureza à natureza do território” (SUERTEGARAY, 2002, p. 160). Assim, Suertegaray (2002) destaca o híbrido como forma de interpretar os fenômenos ambientais:

Em outras palavras, vivemos um momento da história no qual a natureza, e sua degradação, é apropriada como forma, cada vez mais ampliada, de produção/acumulação. Agora, essa acelerada apropriação, que permite, de qualquer sorte, uma discussão filosófica sobre a possibilidade de morte do planeta, gera uma necessidade de pensar o conhecer, pois, hoje, é amplamente difundido que os pressupostos de construção dessa configuração do mundo exigem novas reflexões. Dessas novas reflexões surge a ideia de Híbrido, conceito que constitui a expressão do resgate da unicidade. Todos os fenômenos ambientais, sejam formas ou processos, são hoje identificados como híbridos (p.161).

E, assim, compreenderemos a relação entre território e ambiente (transfiguração da natureza) como híbrida:

Assim, se o território da natureza, na origem, foi natural, a natureza do território, na origem, foi híbrida, e é desse amálgama que resultam novas formas, novos processos a serem desvendados (*Ibidem*).

### **2.3.1 O Território da Natureza**

Na modernidade, a natureza foi compreendida, seja pela cultura, política ou economia, como externa ao humano. Logo a “leitura de nossa base filosófica- científica se inscreve na

necessidade atual de decifrar um mundo extremamente complexo, onde sob muitos aspectos a natureza não é natural” (SUERTEGARAY, 2009A, p. 20).

No campo teórico, como destaca Porto-Gonçalves (1989), o conceito de natureza não é natural. Este é uma construção social que, na Geografia, adquiriu diferentes significados em decorrência dos diversos métodos associados, bem como às escolas de pensamento geográfico, que integraram diversificadas epistemologias.

Milton Santos (2006) compreende que a natureza é socialmente construída. Aponta que a natureza artificializada é uma característica da contemporaneidade, no sistema técnico-científico-informacional. Destaca que inclusive a valorização da natureza pelos movimentos ecológicos à desnaturaliza e a inclui nos sistemas de objetos. Contudo, os objetos cujos funcionamentos são similares aos da natureza, são compreendidos como abstratos, logo inferiores aos objetos concretos, cujos, mais artificiais, tem perfeição superior do que a natureza. Assim, propõe que, por meio da técnica, o homem se impõe à natureza.

Para este autor, a relação entre sociedade e natureza, estabelecida pela técnica, marcaria três momentos: o meio natural, o meio técnico, e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). Somos levados a compreender que a sociedade se relaciona de diversas formas com a natureza e que tal relação transforma a natureza que, deixando de ser natural, passa a ser cada vez mais artificial.

A intensificação do uso da natureza, por meio da vinculação da ciência à técnica, promove sua subordinação, “num duplo sentido, de um lado a subordinação que degrada e aniquila de outro a subordinação que recria e reinventa a natureza”. Nos dois casos, o híbrido se manifesta como objeto densamente tecnificado, concordante com o contexto produtivo e cultural da sociedade contemporânea (SUERTEGARAY, 2002, p. 162).

Suertegaray (2009A) busca em Maffessoli o termo *transfiguração*, ou seja, a passagem de uma figura para outra, para expressar a sua compreensão de natureza. Assim, compreende que a natureza possuída pelo homem transfigura-se e adquire outra dimensão. A autora afirma que esse termo já está presente na obra *L’homme et la Terre* de Reclus para designar a dominação da natureza pelo homem (p.20).

Compreender a natureza a partir da sua transfiguração pela sociedade implica em considerar o poder inerente aos processos de apropriação da natureza de forma associada ao movimento de elaboração de sentidos dados à mesma:

A construção do conceito de natureza tem, portanto, uma dimensão que se expressa pelo poder. Há um tempo o poder de separá-la e dividi-la para

melhor dela se apropriar. Na atualidade, o poder de uni-la e subordiná-la na constituição de novas formas/objetos. Este poder não é absoluto, dirão alguns. Sim, não é absoluto, mas o que desejo expressar é o sentido dado à natureza em nossa sociedade/cultura, trata-se de algo a ser subjugado, transfigurado. Este processo resulta em questões de ordem ambiental, embora não somente. (Suertegaray, 2009, p. 21)

Pautamos nossa compreensão geográfica de natureza na ideia de que a mesma, sendo transfigurada, passa a ser outra – socializada, instrumentalizada, tecnificada ou cibernética -. Assim, a ótica ambiental da geografia se distingue da ecológica, pois inclui o homem não como ser naturalizado, mas como um ser social que ao mesmo tempo é produtor e produto de tensões ambientais (SUERTEGARAY, 2001).

O poder está explícito nessas relações ambientais de transfiguração da natureza pela sociedade. Logo, está presente nas estratégias de uso e transfiguração da natureza e nas concepções de natureza que orientam essas estratégias. Assim, o campo ambiental, no qual nos inserimos, está pautado nas relações estabelecidas entre sociedade e natureza, sendo que, partimos do entendimento de natureza transfigurada pelo homem e que as relações de poder se expressam nos fazeres e nos saberes ambientais.

Suertegaray (2009) compreende que na leitura ambiental as formas de socialização do uso dos recursos da natureza estão presentes nas marcas deixadas no território pelas técnicas, ou seja, na natureza transfigurada:

Todavia, em muitos casos, não existe nesses estudos uma preocupação em discutir a forma de socialização do uso dos recursos naturais que vêm sendo transformados e modificados temporal e espacialmente. Esta reflexão levamos a pensar que os diferentes tempos (histórico e geológico), com o acelerado desenvolvimento científico, balizado pela intensificação de capital tecnológico são suplantados no momento atual pela sobreposição de vários tempos. Estes, ao se sobreporem, acabam deixando marcas nas paisagens/territórios. Essas marcas na leitura ambiental podem ser decifradas como densificação técnica da natureza, transfiguração da natureza, natureza artificializada, enfim uma natureza socializada (p.23).

Compreendendo as marcas deixadas pelas técnicas, no uso da natureza, configuram a relação entre problemáticas ambientais e conflitos territoriais:

Decifrar e mesmo redimensionar essas marcas exigem o reconhecimento de que muito dos problemas ambientais, como nos ensina Alier (2007), são conflitos ecológicos distributivos ou na expressão geográfica territoriais (SUERTEGARAY, 2009, p. 24).

Quando abordamos a gestão ambiental, observamos a relação intrínseca estabelecida entre as noções de território ambiente. Frequentemente tem se adotado a gestão territorial, por meio de comitês representativos, para buscar soluções às problemáticas ambientais. Contudo, a visão ambiental limitada tem resultado na supervalorização dos conhecimentos técnicos (modernos) nos espaços e momentos de tomada de decisão. Assim, apontamos para a necessidade de ampliar a visão ambiental para efetivar a gestão democrática territorial. Logo, compreendemos que pensar o território e muitas das discussões atuais no contexto ambiental pressupõe conceber que as questões ambientais são antes questões territoriais (SUERTEGARAY, 2009A, p. 23). Assim, acreditamos que se faz necessário abordar a natureza sob o viés do conceito de território.

### 2.3.2 A Natureza do Território

As abordagens territoriais são marcadas pela dimensão política, sendo que houve uma ruptura epistemológica quanto à escala. Com isso, os conceitos de *território* e de *territorialidade* são concebidos de forma multiescalar, dinâmica e, evidenciando outras dimensões. Acreditamos que, assim, torna-se uma abordagem operacional e viável na supracitada discussão sobre o *território* da natureza.

Suertegaray (2001) afirma que na Geografia o território se expressa no âmbito do espaço geográfico e privilegia a dimensão política ou a dominação-apropriação deste. Frisa que conceitualmente o território está associado, então, às relações de poder sobre o espaço e seus recursos. Destaca que as abordagens clássicas incidiam na escala nacional, onde o conceito de *território* era associado à ideia de Estado-Nação. Contudo, contemporaneamente, embora a perspectiva analítica não tenha deixado de privilegiar a ideia de apropriação-domação do espaço, houve a flexibilização conceitual, a fim de tratar as *territorialidades* como expressão da coexistência de grupos em um mesmo espaço físico, inclusive em tempos diferentes.

Em nosso entendimento, a apropriação do espaço significa a *territorialização*, a qual enseja identidades que se inscrevem nos processos, ou seja, nas *territorialidades*. Estas últimas são “dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989)”. Pautamos, então, nossa compreensão na tríade *território-territorialização-territorialidade* (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230).

Raffestin *apud* Saquet (2010, p. 34) afirma que território é a cena do poder e lugar de todas as relações sociais:

O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social. Evidentemente, as relações de poder têm, em Foucault, Magnaghi e em Raffestin, uma concepção bem distinta daquela de Ratzel.

Raffestin (1993, p. 53) enfatiza que o poder é componente das relações sociais e, com base em Foucault, caracteriza a natureza do poder:

1. O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder [também] vem de baixo, mas não na posição binária e global entre dominador e dominados.

Para Haesbert (2007, p. 84), a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a prisão que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado. Para Raffestin (RAFFESTIN, 1993, p. 11):

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Claude Raffestin em “Por uma geografia do poder” (1993) baseia-se na realidade material quando compreende que as relações sociais se materializam no *território* e significam *territorialidades*. A partir de uma concepção multidimensional destaca o poder como prática espacial estratégica em todos os níveis, logo, se afasta da abordagem do poder unidimensional cristalizado no Estado, no capital ou na máquina de guerra. Nesse contexto, a ênfase é dada às particularidades do corpo social.

Nesse contexto, Raffestin emprega à dimensão política quando vê o território de forma relacional, ou seja, como produto de uma dada coletividade (SAQUET, 2010, p. 78). Contudo, se o termo prisão se refere ao controle do espaço, o território não se restringe a um conjunto de relações de poder. Na amplitude da proposta de Raffestin, o território é composto por diversas dimensões (HAESBAERT, 2007, p. 84).

Entendemos a delimitação de territórios como produto do desejo e da necessidade de sobrevivência e representa todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais (RAFFESTIN *op. cit.* SILVA, 2006, p.

55). Dessa forma, falar em território significa fazer uma referência implícita à noção de limite, que exprime a relação que um grupo mantém com uma dada porção do espaço. Logo, delimitar implica isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda manifestar um poder numa área precisa (SILVA, 2006, p. 55).

Porto-Gonçalves (2002) compreende o território como condição de existência material da sociedade. Acrescenta que é necessário recuperar a dimensão material deste conceito, uma vez que na atualidade cada vez mais se dá ênfase a dimensão simbólica, de modo unilateral, como se os símbolos se opusessem ao material (p.230). Assim propõe a tensão criativa entre material e simbólico:

E assim vemos reaparecer a tensão constitutiva (criativa) entre o material e o simbólico, entre a linguagem e certos elementos constantes, que se repetem, da nossa experiência sensorial. O geógrafo brasileiro Milton Santos (Santos, 1996) insiste nessa indivisibilidade entre o material e o simbólico dizendo que o espaço geográfico “é um misto, um híbrido, formado da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.231)

“O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido. Nesse sentido não há significações independentes dos objetos” (SANTOS,1996 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 231).

Acrescentamos que os *territórios* são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas espaciais e temporais, em um campo de forças onde se manifestam relações de poder espacialmente delimitadas (SOUZA, 1995). Logo, o *território* deve ser abordado em sentido amplo, multidimensional e multiescalar, sem restringir/limitar a um espaço uniescalar como o do Estado-Nação, mas tratando o conceito de acordo com os contextos históricos e geográficos em que foi produzido. Logo, o *território* interessa tanto como articulador de conexões ou redes em escala global, quanto como uma área-abrigo e fonte de recursos, em escala local (HAESBAERT, 2007, p. 97).

Haesbaert (2007) anuncia que a dinâmica *territorial* deve ser estudada no processo contínuo de *territorialização* e *desterritorialização* dos atores sociais. Nessas perspectivas, a *territorialização* deve ser compreendida como um “fazer-se, desfazer-se e refazer-se, isto é, em movimento constante” (GUEDES, 2009, p. 33). Nesse processo dinâmico, o *território* é substantivado por *territorialidades* (SAQUET, 2008).

Assim, partimos do pressuposto de que o *território* nem antecede nem é externo à sociedade, mas que é espaço apropriado e instituído pelos grupos sociais que se afirmam por meio dele. Então, há sempre *território* e *territorialidade*, ou seja, processos sociais de *territorialização*. Ainda compreendemos que num mesmo *território* há múltiplas *territorialidades*. Logo, integra relações sociais e de poder, uma vez que se torna abrigo, mesmo em uma sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 46).

A *territorialidade* vista como um componente do poder, não significa apenas um meio para criar e manter a ordem; trata-se de uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual se experimenta o mundo e se atribui significado a ele (*ibidem*, p.90).

Para Raffestin (1993) a *territorialidade humana*, “é um conjunto de relações efetivado pelos homens, como membros de um grupo social e com exterioridade”. Essas relações são mediadas pelas línguas, religiões e tecnologias. As relações humanas são simbólicas e materiais (SAQUET, 2010, p. 79).

Robert Sack também compreende *território* como produto da organização social. Assim, a *territorialidade* corresponde às ações de influência e controle, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, sobre uma determinada área do espaço, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares (SAQUET, 2010, p. 83). Em (Human Territoriality: Its Theory and History, 1986) elaborou uma análise profunda acerca da *territorialidade*, vista como uma estratégia espacial, motivada por uma razão geográfica nas sociedades humanas.

Saquet (2010, p. 84) acrescenta que os limites de um dado *território* podem mudar, conforme as estratégias de controle e delimitação de espaços. Logo, a *territorialidade* não tem caráter estático; essa pode ser ativada ou desativada e é mantida mediante um esforço constante, por vezes, através de uma ação não territorial. A *territorialidade* não exige uma área definida, envolve estratégia de influência e a delimitação só cria território se as fronteiras afetam o comportamento ou controlam o acesso.

Trata-se de uma abordagem flexível, como reconhece Haesbert (2007, p. 87):

Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo. Tal como ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade vinculada às relações de poder, em Sack, é uma estratégia, ou melhor, um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.



Sack (1986) identifica três relações interdependentes que estão contidas na definição de *territorialidade*: classificação por área; deve conter uma forma de comunicação; tentativa de controlar o acesso sobre a área, e ou as coisas de dentro dela, ou restringir a entrada de coisas de fora. Haesbert (2007, p. 21-22) complementa que:

A territorialidade envolve uma forma de classificação por área (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos aqui de territórios-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios – rede ou de lógica reticular. A territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre a direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão”). A territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão no seu interior.

Haesbert (2007, p. 86) ressalta que apesar de Sack centralizar-se na perspectiva política, reconhece também as dimensões: econômica e cultural da territorialidade, intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Robert Sack (1986) define a *territorialidade humana* como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica, a qual se chama *território*. Acrescenta que é necessária uma definição que aponte nas implicações gerais das *territorialidades* para os humanos e que a *territorialidade*, na atualidade, é geralmente um meio de definir relações sociais.

Com base nos autores que citamos, sintetizamos nossa proposta de *abordagem territorial*<sup>2</sup>. Destacamos que se trata de uma abordagem multidimensional, mas que tem na dimensão política ênfase, uma vez que se baseia nas relações e estratégias de apropriação e dominação do espaço. Frisamos a ruptura epistemológica quanto à escala, que em análises clássicas estavam centradas no Estado-Nação, mas que contemporaneamente estão mais relacionadas às relações e estratégias de coexistência dos grupos sociais. Finalmente, consideramos indissociáveis os conceitos de *território-territorialização-territorialidade*.

Entendemos o *território* como produto dos processos de *territorialização* e composto por múltiplas *territorialidades*. Compreendemos a *territorialização* como contínua, dinâmica e, na sua amplitude, integra todo os jogos de relações e estratégias que constituem e

---

<sup>2</sup> A abordagem territorial que apresentamos no Capítulo 4, quando abordamos os arranjos territoriais na pesca artesanal.

desconstituem *territórios*. As *territorialidades* são efetivamente tais relações e estratégias que se apresentam como processos e ensinam o que chamamos de identidades territoriais.

Elaboramos nossa proposta analítica nos conceitos de *territorialidade humana* de Robert Sack e Claude Raffestin, os quais, com métodos distintos, convergem para a o entendimento de que as *territorialidades* são relações e estratégias efetivadas por atores e grupos sociais internamente e com a exterioridade. Assim, implicam em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações através do controle do *território*. Essas relações e estratégias são simbólicas e materiais e implicam no estabelecimento de limites, que só fazem sentido quando reconhecidos no âmbito do grupo social e pela exterioridade.

Tendo esboçado nossa compreensão da *abordagem territorial*, bem como o nosso entendimento de *território-territorialização-territorialidades*, buscaremos a operacionalização do conceito de *território*<sup>3</sup>. Destacamos que nosso interesse é de focar nos processos de gestão ambiental democrática. Logo, inclina-se para a já referida discussão sobre o *território* da natureza.

Guy Di Méo (2007) propõe abordagens teóricas e metodológicas que permitam incluir os atores, por meio de uma classificação flexível, que procure manter as singularidades valorizando as suas “referências” e revelando os *territórios* de pertencimento, as *territorialidades*. Essas últimas, segundo o autor, expressam identidades individuais e coletivas que podem ser identificadas, de acordo com a representação social, nas paisagens construídas pelos atores na pesquisa. Ainda a dimensão coletiva permeia a trajetória do ator que deve ser situada no tempo e no espaço.

Nesse contexto, o autor distingue os conceitos de pessoas, agentes e atores, onde estes últimos possuem qualidades particulares como identidade, capacidade de agir, semelhança no contexto coletivo e projeção de exterioridade. Estes, quando possuem a prerrogativa de transformar o *território* são também atores territoriais (endógenos, exógenos, de transição) e o grau de ação desses atores se expressa na dimensão temporal (DI MÉO, 2007).

Di Méo (2006) destaca que o *território* contém os recursos necessários para o desenvolvimento do indivíduo e expressa *territorialidades* individuais e coletivas. Logo, no *território*, seus atores e agentes são capazes de imaginar, criar e gerenciar políticas e medidas que atendam aos seus objetivos e intencionalidades de apropriação da natureza.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que o *território* representa um meio de ações e instrumento eficaz de reativação de vínculos sociais, proporciona, ainda, inserir o debate da

---

<sup>3</sup> O entendimento de Território do Capítulo 5, quando abordamos os Espaços de Gestão Compartilhada da Pesca.

sustentabilidade nos processos de desenvolvimento. Bem como é considerado espaço privilegiado para o exercício do poder, por ser espaço de acordo, de contrato e, portanto, de governança (*ibidem*, 2006).

Conforme o referido autor, o *território* político, frequentemente, se torna um instrumento de exclusão, dominação e segregação. Entretanto, a lei, quando é projetada e decidida por uma democracia, também gera realizações altruístas e generosas, favorecendo a integração ou a diversidade social, cidadania, justiça, solidariedade, partilha e cooperação, etc. O *território* torna-se espaço de legitimidade e validade, mas também gera um contexto de contrato social (*ibidem*). Os *territórios* das experiências são, em grande parte, da vida cotidiana. Logo, não há *territorialidade* e *território* sem ação, cabendo considerar o papel do agir comunicativo (*ibidem*).

Para Di Méo (2006) o surgimento de políticas contemporâneas para a sustentabilidade ambiental exige a definição das entidades *territoriais* que viabilizem ferramentas de gestão adequadas e eficazes aos grupos sociais, gerando novas formas de relação com o ambiente. A boa governança requer um envolvimento prático e emocional dos diferentes grupos e de sua ação.

Acreditamos que no contexto atual a abordagem de Di Méo é viável, pois supõe que os atores *territoriais* em um *território da ação*, por meio da discussão democrática, elaboram planos baseados em suas concepções e aspirações.

Porto-Gonçalves (2002) entende que a contradições contemporâneas dos regimes de poder gerou em escala global inúmeros processos de reivindicação por *territórios* de grupos sociais que passam a ser considerados como portadores de direitos. O que esses novos protagonistas políticos buscam não somente o “direito de ir e vir, tão destacado pelo liberalismo, mas, também, o direito de permanecer. E, mais do que isso, o direito de soberanamente decidirem/pactuarem o permanecer ou o deslocar” (p.246).

Logo, a ideia de *território da ação* se apresenta como uma possibilidade de leitura do processo complexo de *territorialização* das sociedades tradicionais.

Dessa forma, forjaram territórios e constituíram territorialidades. Sofreram desterritorializações, mas também se reterritorializaram no processo de resistência e reinvenção social dentro de uma sociedade excludente e racista. E estão aí: seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, pescadores, catadores de caranguejo, quebradeiras de coco, barranqueiros, vazanteiros, retireiros, pantaneiros, geraizeiros, caatingueiros, além, obviamente dos diversos povos indígenas (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 15).

Começam a conquistar direitos territoriais e sociais, através da noção de populações ou comunidades tradicionais que, mesmo sendo subjetiva e relativa, vem permitindo a essas populações mostrar sua diferença em relação à sociedade urbano-industrial dominante e envolvente. E na base desta diferença está a relação com a natureza e as formas de apropriação e convivência com os ecossistemas (*Idem*).

## 2.4 Racionalidade Ambiental e Diálogos de Saberes

Daremos seguimento à nossa compreensão a partir da ideia de que a segunda moderno-colonialidade, ou seja, a disseminação do conhecimento científico moderno, acirrou o conflito entre sociedade e natureza, o qual apresenta suas consequências na crise ambiental contemporânea. Na atualidade grupos sociais buscam espaços democráticos a fim de dialogarem para buscar soluções para a problemática em questão. Esse processo dialógico, quando estabelecido entre sociedades tradicionais e demais atores da sociedade capitalista, promove a renovação na forma de pensar e favorece a elaboração de alternativas de gestão ambiental. Acreditamos que, assim, contribuímos com a construção da *racionalidade ambiental*, a qual permite propor respostas complexas às questões atuais.

A crise ambiental planetária têm paulatinamente promovido a incorporação de bases ecológicas e princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos ambientais. Ainda, cobra a elaboração de estratégias conceituais que sustentem práticas orientadas para a construção da *racionalidade ambiental*. Nesse contexto, o conhecimento é elaborado no encontro de saberes de diferentes matrizes de racionalidade, que correspondem, inclusive, às estratégias de poder para a apropriação do mundo e da natureza (LEFF, 2010).

Enrique Leff (2010, p. 64) destaca que a questão ambiental se configura como uma problemática social, pois envolve, desde sua origem, os processos sociais. Entretanto, as ciências sociais não adaptaram seus conceitos, métodos e paradigmas teóricos, para analisarem as relações existentes entre processos sociais e as mudanças ambientais. Nesse contexto, o autor propõe a articulação do conhecimento científico entre os níveis de integração diacrônico, sincrônico e prospectivo. Estes se referem respectivamente “a suas funções de explicação histórica das relações entre natureza e sociedade, de diagnóstico das condições presentes das formas de exploração dos recursos e do planejamento do aproveitamento integrado e sustentável em longo prazo” (p.64).

A crise ambiental evidencia, além dos limites da racionalidade econômica, a crise do Estado. Ou seja, é uma crise da legitimidade das instâncias de representação, que tem mobilizado a sociedade em busca de outro paradigma civilizatório. Nesse contexto, buscam-se rever os paradigmas econômicos, as análises clássicas de Estado e as concepções de

democracia, na busca por sustentabilidade, solidariedade, participação, autogestão dos processos produtivos e políticos (*ibidem*, p. 149). O referido autor complementa que:

As demandas ambientais discutem a questão da participação democrática da sociedade na gestão de recursos atuais e potenciais, bem como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis sob os princípios de independências política, equidade social, diversidade étnica, sustentabilidade ecológica, equilíbrio regional e autonomia cultural (2010, p.153).

O estabelecimento da *racionalidade ambiental*, para a gestão ambiental, envolve valores, interesses e fins, que não são originados pela racionalidade científica. Evidentemente, “a administração científica da natureza é insuficiente para resolver os conflitos ecológicos e a crise ambiental” (*ibidem*, p.179). Desse modo, necessita-se da confluência de saberes que ultrapassam o campo científico convencional. Nesse processo se constitui a complexidade científica que é a “presença do não científico no científico que não anula o científico, mas pelo contrário lhe permite exprimir-se” (MORIN, 1990, p. 153). Mazzetto e Porto-Gonçalves salientam o quão complexo é abordar a temática ambiental:

Enfim, o conhecimento técnico-científico, por melhor que seja e, por mais que tenha que ser considerado como um modo de conhecimento válido, não é suficiente para que uma decisão eficaz possa ser tomada, sobretudo quando envolve sistemas complexos, como os que envolvem a relação do homem com a natureza, posto que sempre envolve sistemas de alto grau de incerteza, dinâmicas naturais, em si mesmas complexas (complexidade ordinária) e, ainda, sistemas morais, éticos, sociais, políticos e culturais, ou seja, sistemas de complexidade reflexiva (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007, p. S/N)

Esta perspectiva está baseada na diversidade cultural, onde o conhecimento da realidade é permeado pela apropriação de conhecimentos e saberes de diferentes ordens culturais e identidades étnicas. Nessa forma de fazer ciência, as identidades dos povos são reconhecidas e dá-se ênfase as cosmologias e aos saberes tradicionais, como integrantes das formas de apropriação do patrimônio de recursos ambientais (LEFF, 2010, p. 169). Assim, essa outra racionalidade promove conhecimentos que não reproduzem a separação entre homens do pensamento e homens da ação (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007).

O *diálogo de saberes* na gestão ambiental pressupõe um regime democrático, onde as pessoas participam do processo de produção de suas condições de existência. Tratamos de um

diálogo que não estabelece hierarquias e favoreça e desopressão de sociedades que não se submeteram à racionalidade hegemônica:

Um possível diálogo de saberes que abra a ciência para a conversa com racionalidades não acadêmicas requer o abandono das relações hierárquicas de poder que quiseram sepultar sociedades e conhecimentos diferentes do padrão ocidental-moderno e, efetivamente, sepultaram ou oprimiram vários povos e comunidades. Significa não só reconhecer os saberes locais, tradicionais, autóctones, mas aprender com eles e conseguir detectar elementos do conhecimento acadêmico e técnico-científico que possam ser úteis à sua emancipação e ao fortalecimento de sua autonomia e modo de vida. Portanto, a perspectiva não é de ganhar essas populações para a civilização urbana-industrial, para a redenção da modernidade, e sim a de apoiar a desopressão e a sobrevivência digna e autônoma de comunidades que não sucumbiram totalmente a esta racionalidade dominante (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007, p. S/N).

Leff (2010, p. 189) destaca que essa perspectiva epistêmica se produz na relação entre teoria e *práxis*, logo:

O conhecer não se encerra em sua relação objetiva com o mundo, e sim abre-se à produção de novos sentidos civilizatórios. Isso implica a necessidade de desconstruir a racionalidade que fundou e construiu o mundo, no limite da razão modernizadora que a conduziu a uma crise ambiental, para gerar um novo saber no qual se reinscreve o ser no pensar e se reconfiguram as identidades mediante um diálogo de saberes, na dimensão aberta pela complexidade ambiental para o reconhecimento e a reapropriação do mundo (p.189).

Nessas perspectivas, o referido autor compreende que “o real sempre foi complexo; as estruturas dissipativas sempre existiram e são mais naturais que os processos reversíveis e em equilíbrio” (*ibidem*, 2010, p.206). Assim, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal (MORIN, 1990, p. 20). Logo, sob esse prisma, não cabem visões simplificadoras da realidade, pois as mesmas não dão respostas às crises do real.

Entendemos então a crise ambiental como a crise do mundo real resultante do desconhecimento do conhecimento, ou seja, da concepção de mundo e do domínio da natureza que resultam em falsas certezas quanto aos limites do crescimento econômico e à eficiência da racionalidade instrumental e tecnológica (LEFF, 2010, p. 206).

Acrescentamos que a construção do campo ambiental implica num movimento estratégico complexo que requer a negociação entre superfícies discursivas mutuamente contraditórias (LACLAU; MOUFFE, 1985, p.83, *apud* LEFF, 2010, p.204). O dialógico é “a

unidade simbiótica de duas lógicas que ao mesmo tempo se alimentam e competem entre si, parasitam-se mutuamente, se opõem e se combatem até a morte” (MORIN, 1990).

Referimos-nos à construção de conhecimentos solidários de uma política do ser, da diversidade e da diferença. Esta política está baseada no direito de ser diferente e manter a autonomia frente à “ordem econômico-ecológica globalizada”, qual insiste na unidade dominadora e igualdade inequitativa (LEFF, 2009, p.19).

Leff (2010, p. 203) discorre que esse processo reconstitui identidades que:

(...) se separam do idêntico para forjar o inédito. Identidades híbridas e identificações solidárias na diferença, na singularidade, de onde se constituem alianças estratégicas para a satisfação dos interesses comuns; mas que não buscam sua homologação num futuro sem origens, sem ancoragens no ser e no tempo, que dissolveria as diferenças na entropia de uma cidadania global sem identidade.

Na *complexidade ambiental* as identidades se manifestam a partir do posicionamento do indivíduo e de um povo no mundo. Ou seja, no processo de construção de um saber que orienta estratégias de apropriação da natureza e da construção de mundos de vida diversos. Nesta configuração, o princípio da identidade ganha sentido, enquanto processo de construção social no saber. Em síntese, a partir da identidade que se coloca o *diálogo de saberes*, “a partir do ser constituído por sua história até o inédito, o impensado, até uma utopia enraizada no ser e no real, construída com base nos potenciais da natureza e nos sentidos da cultura” (*ibidem*, p.212). O autor complementa que:

A identidade na complexidade ambiental carrega um sentido constitutivo do ser coletivo que, a partir de uma origem e de tradição, reconfigura-se frente às estratégias de poder da globalização econômico-ecológica como formas de resistência cultural; mas também como estratégias de construção de uma nova racionalidade social imbricada com as condições da natureza (o real) e com os sentidos da cultura (o simbólico) (*ibidem*, p.213).

Frisamos que, nesse contexto, o ser é entendido a partir das identidades coletivas, as quais são centrais para a diversidade cultural na política da diferença, e mobilizam os atores sociais para estratégias alternativas de reapropriação da natureza. Assim se estabelece um campo conflitivo com sentidos diferenciados e frequentemente antagônicos quanto à construção de um futuro sustentável (LEFF, 2009, p. 19).

Na complexidade, a identidade mais do que reafirmação do uno na tolerância aos demais, por meio do diálogo de saberes, expressa o entendimento do ser pela “introjeção da

outridade, a alteridade, a diferença, a diversidade”, assim como a hibridação da natureza e da cultura (LEFF, 2010, p. 213). Essas “diferenças só se manifestam na relação, no contato, daí o seu caráter contingente geográfico e social. São epistemologias que emergem no contato de epistemes distintas” (MAZZETO SILVA e PORTO-GONÇALVES, p. S/N).

Assim, a racionalidade ambiental pressupõe que as distintas matrizes de racionalidade não unificam suas visões, cognições e interpretações em nenhuma totalidade, e que os consensos não dissolvem as diferenças que alimentam a produtividade do diálogo dos saberes que nelas se inscrevem (LEFF, 2006, p. 352). Morin (1990, p. 100) já afirmava que a totalidade não é verdade, “a consciência da complexidade faz-nos compreender que não poderemos nunca escapar à incerteza e que não poderemos nunca ter um saber total”.

Leff (2006, p. 376) compreende que a ruptura com a via homogênea para a sustentabilidade ambiental se dá por meio do *diálogo de saberes*:

A sustentabilidade não é solucionável a partir do conhecimento (da gestão científica, da interdisciplinaridade ou da prospecção tecnológica). A construção de um futuro sustentável é um campo aberto ao possível, gerado no encontro de outridades em um diálogo de saberes, capaz de acolher visões e negociar interesses contrapostos na própria natureza. O diálogo de saberes é formulado a partir dos saberes – autóctones, tradicionais, locais – que aportam suas experiências e se somam ao conhecimento científico e especializado, por sua vez, o dissenso e a ruptura com uma via homogênea para a sustentabilidade, é a abertura para a diversidade que rompe a hegemonia de uma lógica unitária e vai mais além de uma estratégia de inclusão e participação de visões alternativas e racionalidades diversas, cujas diferenças seriam canalizadas por uma racionalidade comunicativa para fazê-las convergir em um “futuro comum”.

O autor complementa que se trata de um diálogo “habitado e habilitado” pelo poder. As estratégias de poder no saber se manifestam na produção e disputa de sentidos em torno da sustentabilidade, isso não resulta numa polissemia de significantes, mas em estratégias de valorização e apropriação da natureza. Nesse contexto, noções de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade são significadas dentro de formações discursivas organizadas por estratégias de poder e mobilizam ações sociais, que legitimam direitos e reinventam identidades associadas à reapropriação da natureza (*ibidem*, 377-378).

Para Leff (2006, p. 381), as contradições entre os interlocutores e atores sociais, no âmbito dos *diálogos de saberes* remetem a um campo político de resolução de conflitos:

(...) em que se negociam interesses e se alcançam acordos, isto não dissolve as diferenças entre seres culturais. Por isso o diálogo de saberes, mais que



uma fusão ou reconciliação entre opostos, produz um excesso que se dá no encontro com os demais.

Em Leff (2006, p. 387-390) *diálogo de saberes* estabelece um espaço de sinergias e complementaridades entre os saberes existentes a respeito do mundo atual e a realidade presente. Ainda aponta para a produção de novas formas de compreensão do mundo que surgem do intercâmbio dialógico de saberes e da disputa de sentidos da sustentabilidade da reapropriação social da natureza e da cultura. Supomos que no diálogo com os saberes tradicionais “se encontram os elementos que poderão permitir uma reelaboração das formas modernas de apropriação da natureza que nos trouxeram a essa crise” (MAZZETO-SILVA e PORTO-GONÇALVES, 2007, p. S/N).

Partindo da concepção de que a responsabilidade [decisão, ato, *práxis*] como habilidade para responder ao outro é um dos princípios do diálogo de saberes (*ibidem*, 390), ou seja, que a dialógica entre falantes e ouvintes se dá por meio da interação entre esses, Leff (2006) buscou na teoria do agir comunicativo uma alternativa de compreender o diálogo de saberes em determinado contexto.

#### **2.4.1 Possibilidades da Teoria do Agir Comunicativo**

Habermas (2001), com a teoria do *agir comunicativo*, procura entender como a razão objetivamente cindida pode manter uma unidade, como também estabelecer uma mediação entre as culturas de especialistas e a prática cotidiana. Baseado em uma teoria da argumentação, procura uma fórmula razoável para alcançar consensos por meio de uma comunicação que se expressa através da linguagem racional (LEFF, 2006, p. 351).

Para o autor, a teoria da argumentação ganha significado especial quando dela se busca construir e reconstruir os pressupostos e condições formal-pragmáticas de um comportamento evidentemente racional (HABERMAS, 2012A, p. 21). Entende argumentação como o tipo de discurso no qual os participantes apresentam pretensões de validade controversas e buscam resolvê-las ou criticá-las por meio de argumentos. Estes últimos integram razões que se relacionam sistematicamente com as pretensões de validade de uma exteriorização problemática. O argumento é considerado tão forte quanto maior for a perspicácia das razões, ou seja, pela capacidade de convencimento e motivação dos participantes, os quais darão assentimento a esta pretensão de validade (*ibidem*, p.48).

Salientamos que o emprego da expressão “racional” supõe uma estreita relação entre racionalidade e saber, uma vez que a estrutura do nosso saber é proposicional e as opiniões podem ser apresentadas através de enunciados. Nesse conceito saber tem menos a ver com a

posse do conhecimento do que com a maneira pela qual os sujeitos adquirem e empregam o saber (*ibidem*, p. 31). Habermas (2012A) distingue as noções de racionalidade cognitivo-instrumental de racionalidade comunicativa:

Quando partimos do uso não comunicativo do saber proposicional em ações orientadas por um fim, tomamos uma decisão prévia em favor do conceito de racionalidade cognitivo-instrumental, que, por meio do empirismo, marcou fortemente a auto compreensão de modernidade. Ele traz consigo conotações de uma autoafirmação exitosa, que se vê possibilitada pela adaptação inteligente às condições de um meio contingente e pela disposição informada dessas mesmas condições. Nós, ao contrário, ao adotar como ponto de partida o emprego comunicativo do saber proposicional em ações de fala, tomamos uma decisão prévia em favor de um outro conceito de racionalidade, filiado a noções mais antigas do *logos*. Esse conceito de racionalidade comunicativa traz consigo conotações que, no fundo, retrocedem à experiência central da força espontaneamente unitiva e geradora de consenso própria à fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças a concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital (pp. 35-36).

LEFF (2006) entende que Habermas abandona o paradigma do conhecimento do real fundado no imaginário da representação para aproximar-se de um entendimento de mundo. Dessa forma passa de uma filosofia da consciência à filosofia da linguagem, a qual oferece novas bases à ideia iluminista de razão, bem como aos processos de racionalização. Assim, busca repensar as condições de um pacto social orientado pelo entendimento de mundo e alicerçado na racionalidade comunicativa. Logo, sob a perspectiva dos participantes, entendimento significa um processo de recíproco convencimento que coordena as ações de diversos participantes à base de uma motivação por razões (LEFF, 2006, p. 355).

Diante do exposto, Habermas (2001, p. 136-138) conceitua *razão comunicativa* como um meio linguístico, em que se refletem como tais as relações do ator com o mundo. Nesse contexto, a linguagem é um meio de entendimento, onde os falantes e ouvintes se referem a partir de um horizonte pré-interpretado, para negociar definições da situação que podem ser compartilhadas por todos.

O conceito abstrato de mundo permite que os sujeitos que agem comunicativamente cheguem a um entendimento mútuo sobre o que acontece no mundo ou sobre o que se deve fazer nele. Por meio dessa prática comunicativa, tais atores se asseguram no contexto vital que têm em comum, ou seja, no mundo de vida intersubjetivamente partilhado (HABERMAS, 2012A, p. 40). Habermas (2012A) frisa que as ações estão vinculadas a normas e vivências:

Assim como as ações comprovativas de fala, também as ações reguladas por normais e as autorrepresentações expressivas têm caráter de exteriorizações sensatas e compreensíveis em seu contexto, vinculadas a uma pretensão de validade passível à crítica. Em vez de referência fática, elas fazem referência a normas e vivências. O agente tem a pretensão de que seu comportamento seja correto, com referência a um contexto normativo e legitimamente reconhecido, ou de que a exteriorização expressiva de uma vivência privilegiadamente acessível a ele seja veraz. Tais exteriorizações também podem fracassar, assim como se dá com ações comprovativas de fala. E para a racionalidade delas também é constitutiva a possibilidade de que haja o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade criticável (p.44).

Em resumo:

Pode-se dizer que as ações reguladas por normais, as autorrepresentações expressivas e as exteriorizações avaliativas servem de complemento às ações de fala constataivas, para que estas se tornem uma prática comunicativa voltada à conquista, manutenção e renovação do consenso, ante o pano de fundo do mundo de vida: um consenso baseado no reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis (HABERMAS, 2012A, p. 47).

A priori destacamos que o mundo da vida se refere aos “sistemas interpretativos ou imagens de mundos culturais, os quais espelham o saber básico dos grupos sociais, além de garantir um nexos em face da multiplicidade das orientações desses grupos para a ação” (HABERMAS, 2012A, p. 93). Assim o autor enaltece que, tanto sociedades modernas, quanto sociedades tradicionais, racionalmente constituem saberes a partir das suas visões de mundo, o que nos remete a uma compressão ontológica do mundo de vida:

Não se mede a racionalidade de imagens de mundo segundo qualidades lógicas e semânticas, mas segundo conceitos básicos que essas imagens de mundo põe à disposição dos indivíduos para que interpretem seu mundo. E, desde que o conceito de ontologia (que advém da tradição metafísica grega) ficasse restrito à referência cognitiva ao mundo, poderíamos falar em “ontologias” instaladas nas estruturas de imagens de mundo. Não houve na filosofia a formação de outro conceito equivalente que incluísse a referência ao mundo objetivo tanto quanto ao mundo social e ao mundo subjetivo (HABERMAS, 2012A, p. 96).

Nas relações com a natureza, no caso das sociedades tradicionais, se observa que, frequentemente, as visões de mundo se integram. Habermas (2012A) entende que “a desmitologização da visão de mundo significa uma dessocialização da natureza e ao mesmo tempo uma desnaturalização da sociedade” (p.102).

Além de promoverem a socialização dos indivíduos, as imagens de mundo cumprem a função de gerar e assegurar a identidade, na medida em que compõe o suprimento fundamental de conceitos e assunções básicas. Logo as concepções de mundo e as pretensões de validade correspondentes constituem o arcabouço formal dos que estão agindo comunicativamente. Estes, quando submetidos à revisão, integram outros elementos à identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. Nas sociedades modernas observamos a restrição a um “mínimo formal”, ou seja, nestas o saber que assegura a identidade está vinculado a imagens de mundo mais fechadas e fixas à estruturas. (*Ibidem*, p. 129-139).

Chegamos então à compreensão de que os sujeitos que agem comunicativamente buscam sempre o entendimento no horizonte de um mundo da vida. Habermas (2012) lançou mão de pressupostos ontológicos do agir teleológico, dramático e do agir regulado por normas, para estabelecer a distinção entre três relações do tipo “ator-mundo” que um ator pode adotar em relação a algo “num mundo”:

Uma relação com algo que acontece ou pode ser produzido no mundo objetivo, uma relação com algo que todos os membros de uma coletividade social reconhecem como devido; e uma relação com algo que outros atores atribuem ao mundo subjetivo, próprio do falante, ao qual este tem acesso privilegiado (p. 221).

Estas relações “ator-mundo” foram transpostas para os tipos puros de agir orientados pelo entendimento. Assim, por meio do agir comunicativo, é possível analisar os modos de utilização da linguagem para averiguar o fato de um falante, ao realizar um ato de fala padrão, entabular uma relação pragmática:

- com algo no mundo objetivo (enquanto totalidade de entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros);
- com algo no mundo social (enquanto totalidade das relações interpessoais reguladas legitimamente); e
- com algo no mundo subjetivo (enquanto totalidade das vivências às quais o falante tem acesso privilegiado e que ele pode manifestar de modo veraz diante do público) (HABERMAS, 2012B, p. 221).

Habermas atenta que cada pessoa se move no horizonte do seu mundo da vida não conseguindo se dissociar dele, logo, o falante é parte do mundo da vida. Os mundos, objetivo, subjetivo e social, permitem que os participantes assumam uma posição extramundana, com isso, constitui-se um lugar transcendental, onde os falantes e ouvintes se encontram (*Ibidem*, p.232).

### 3. MÉTODO

---

O método, assim como nossas compreensões teóricas, foi ressignificado ao longo da pesquisa. Associamo-nos aos trabalhos que seguem as abordagens do pensamento complexo, em contextos de pesquisas participativas. O princípio dialógico, na nossa compreensão, está inscrito nos diálogos de saberes, os quais se expõem em determinadas pesquisas com grupos focais. Buscando operacionalizar a análise desses diálogos, redefinimos o procedimento metodológico de análise de conteúdo, a partir da teoria do agir comunicativo.

#### 3.1 Complexidade e Pesquisa Participativa

Edgar Morin (1990, p. 22) nos propõe substituir o paradigma da disjunção/redução, pelo da distinção/conjunção, que permite distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir e, assim, elaborar conhecimentos fundados na complexidade. Esta última consiste em:

À primeira vista, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal (*Ibidem*, p.20).

Esse horizonte de pensamento não trabalha com a análise de variáveis isoladas, logo, é capaz de compreender o todo e as partes nas suas relações com o todo. Assim, Morin (MORIN, 1990, p. 123-124) compreende que o pensamento complexo integra três etapas. Primeiramente buscamos reconhecer que detemos conhecimentos simples, os quais não são suficientes para conhecer as propriedades do conjunto “um todo é mais do que a soma das partes que o constituem”. Na sequência, somos levados a compreender que as partes estão inibidas ou virtualizadas, ou seja, “o todo é então menor que a soma das partes”. Finalmente, buscamos romper com a nossa estrutura mental e superar as dificuldades do nosso entendimento, para pressupor que “o todo é simultaneamente mais e menos do que a soma das partes”.

Para o referido autor, as abordagens do pensamento complexo manifestam três princípios. O primeiro é o *dialógico* que propõe que a dualidade seja mantida no seio da unidade, por meio da associação de termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. O segundo princípio é o da *recursão organizacional* e supõe que o processo recursivo é um

procedimento em que o produto e os efeitos são ao mesmo tempo causa e produtores daquilo que os produziu. O terceiro é o *hologramático* que expõe que não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte. A ideia do holograma ultrapassa o reducionismo que só vê as partes e o holismo que só vê o todo (1990, p. 107-110).

Destacamos que esses princípios delimitam nossa compreensão da pesquisa. Contudo, o *dialógico* na discussão sobre o método, é enfatizado, pois compõem nossa estratégia de análise dos diálogos de saberes à luz da teoria do agir comunicativo. Frisamos nosso entendimento da dialógica como princípio metodológico, logo não se opõe às contribuições teóricas dos autores pautados no *Materialismo Histórico e Dialético*, nem da concepção *fenomenológica* do agir comunicativo.

Diante do exposto, o paradigma da complexidade se manifesta pelo conjunto de novas concepções, visões, descobertas e novas reflexões que vão conciliar-se e juntar-se. O pensamento complexo não resolve os problemas, mas constitui uma ajuda à estratégia que pode resolvê-los (MORIN, 1990).

Enrique Leff *apud* Tiollent e Silva (THIOLLENT e SILVA, 2007, p. 94) propõe que a construção de uma razão ambiental que se contrapõe à razão econômica depende de um processo complexo integrando novas formas de construção teórica, de desenvolvimento tecnológico, com mudanças institucionais e transformação social, e tomada de decisão participativa.

Diante disso, no contexto pesquisado, adotamos a proposta de *metodologia participativa*, pois abrange métodos e técnicas de pesquisa, ensino, extensão, avaliação, gestão, planejamento etc., partindo do pressuposto da participação de todos os atores envolvidos no problema em questão (*Idem*).

Cabe destacar que essa pesquisa está inserida em um processo de *pesquisa-ação*, o qual é definido por Thiollent (2002, p. 14) como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Denzin e Lincon (2006, p. 102) apresentam algumas diretrizes da *pesquisa-ação*:

1. A pesquisa-ação é uma investigação na qual há uma coprodução de conhecimentos entre os participantes e os pesquisadores por meio de

processos comunicativos, colaborativos nos quais todas as contribuições dos participantes são levadas a sério. Os significados construídos no processo de investigação conduzem à ação social, ou ainda essas reflexões sobre a ação levam a construção de novos significados.

2. A pesquisa-ação trata da diversidade de experiência e de capacidades dentro do grupo local como uma oportunidade para o enriquecimento do processo de pesquisa/ação.

3. A pesquisa-ação produz resultados válidos de pesquisa.

4. A pesquisa-ação concentra-se no contexto, seu objetivo é resolver problemas da vida real em seu contexto”.

Thiollent (2002, p. 47) ressalta que o planejamento da *pesquisa-ação* é muito flexível, logo se difere de outras modalidades de pesquisa que seguem fases rigidamente ordenadas. Além disso, a *pesquisa-ação* prevê a adaptação das etapas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada.

### 3.2 Grupos Focais

Tomamos como referência no processo de organização da pesquisa, para alcançar seus fins, o procedimento metodológico *grupos focais*. Destacamos que buscamos manter nesse método elementos de uma abordagem complexa, em contexto de pesquisa participativa, para compreendermos os diálogos de saberes.

Flick (2009) antecipa que os trabalhos tradicionais dos *grupos focais* sugerem uma série de questões de planejamento que se diferem das presentes nas entrevistas ou na etnografia. Contudo, esse procedimento inclui muitas alternativas, as quais permitem que o pesquisador decida sobre como quer utilizar o método (p.114). Em síntese, o autor entende grupos focais como:

O grupo focal é um método para analisar e comparar como um conjunto de pessoas discute um tema. As lógicas de amostragem são diferentes das da entrevista individual, já que se deve ter em mente a composição do grupo quando se seleciona os participantes. A generalização costuma ser limitada e nem sempre pretende ser muito ampla. A triangulação pode incluir entrevistas, mas também outras abordagens metodológicas (p.118).

Nessa discussão metodológica destacaremos alguns fatores a serem considerados nas atividades com grupos focais, bem como as implicações destes nos resultados da pesquisa. Entre os referidos fatores ressaltamos o papel do pesquisador (mediador do grupo), a

composição dos participantes do grupo, as implicações éticas da pesquisa, e a análise dos resultados.

Segundo Morgan *apud* Barbour (2009, p. 142) é pré-requisito para considerar um trabalho com de grupo focal, que o moderador, o qual preferimos chamar de *mediador*, tenha o papel de direcionar a discussão para que a mesma seja suficientemente focada. Sendo assim, compreendemos a personalidade do *mediador* causa impacto na forma e no conteúdo dos dados registrados nos grupos focais (como é recorrente em todos os métodos qualitativos). Assim, a autora reitera a importância e que a análise seja fundamentada teoricamente:

É esse aspecto do empreendimento da pesquisa que os estudiosos estão aludindo quando se referem ao conceito de “reflexibilidade”, que envolve reconhecer os meios pelos quais o pesquisador contribui efetivamente para o dado que está gerando. Existe esse perigo, naturalmente, de se enfatizar demais as considerações que detalham as respostas e os sentimentos do pesquisador, o que pode resultar na “reflexibilidade espiral” discutida por Barbour e Huby (1998), que mais alivia as inseguranças e os desconfortos do pesquisador do que contribui com uma análise fundamentada teoricamente (p.76).

Além da habilidade do mediador, destacamos que a *composição do grupo* influi na qualidade das informações alcançadas em grupos focais. Sede *apud* Barbour (2009, p. 186) destaca que “O poder dos dados dos grupos focais é parcialmente uma função do seu apelo imediato e parcialmente o resultado dos dispositivos retóricos empregados pelos autores”.

Entendemos que a adoção do trabalho com grupo focal permite estudar a interação em um grupo, em relação a um tema específico. Logo, da *composição do grupo* depende a possibilidade de responder às perguntas da pesquisa. Acrescentamos que, muitas vezes, se lança mão de grupos focais para promover a discussão entre participantes - os quais seriam difíceis de concentrar num mesmo lugar (FLICK, 2009, p. 115). Conseqüentemente, a pergunta orientará amostragem, que na pesquisa com grupo focais remete à *composição do grupo* (homogêneo ou heterogêneo) e não aos dados em si (*Ibidem*, p.116).

Ao mesmo tempo em que o grupo focal contribui com os resultados da pesquisa, é importante ressaltar que é um espaço de catarse para os participantes (BARBOUR, 2009, p. 124). A autora frisa que:

Alguns pesquisadores têm dado com grande entusiasmo sobre o potencial dos grupos focais de fortalecer os participantes. Johnson (1996), por exemplo, publicou um artigo sobre grupos focais intitulado “É bom falar”, considerando que os grupos focais podem



estimular mudanças significativas e levar participantes a redefinirem seus problemas de forma mais politizada (BARBOUR, 2009, p. 31).

Pensar na perspectiva dos participantes nos remete à *questão ética* do motivo pelo qual estes concordaram em participar do grupo. Logo, devemos compor a pesquisa com grupo focal de modo que a dinâmica do grupo corresponda também às expectativas dos participantes. Ainda, seus resultados, devem ser apreciados pelos envolvidos para que tenham a possibilidade de fazerem considerações (FLICK, 2009, p. 117). O local da reunião pode implicar na maior ou menor participação no grupo focal e, conseqüentemente, restringir às atividades a poucos locais pode acarretar em uma visão parcial da problemática discutida (BARBOUR, 2009, p. 75).

Destacamos que os estudos com grupos focais, em via de regra, são comparativos. Aqueles que buscam expor posições sobre temas do passado ou do futuro parecem constituir uma foto instantânea. Contudo, frisamos a possibilidade de estudos longitudinais, os quais favorecem compreender a visões que vão integrando as discussões a respeito dos temas em questão (*ibidem*, p. 116).

Barbour (2009, p. 146) destaca que no contexto dos grupos focais o pesquisador começa a *analisar os dados* já quando os está produzindo. Contudo, diante da complexidade da análise, podem surgir propostas analíticas importantes:

Como enfatizamos previamente a análise dos dados do grupo focal nunca é algo simples e claro. Em vez de se intimidar com a complexidade, *insights* analíticos valiosos podem ser obtidos a partir do engajamento e da exploração dessas áreas que são passíveis de múltiplas interpretações (BARBOUR, 2009, p.186).

Frequentemente se trabalha a partir temas e categorias. Sendo que os temas se apresentam como questões autônomas, enquanto as categorias tratam de aspectos particulares relacionados a configurações mais amplas. Contudo, nada impede as correlações entre os temas gerais identificados. Acrescentamos que pode ser útil no começo pensar em muitos temas, entretanto o empenho maior deve ser de pensar as conexões entre eles (BARBOUR, 2009, p.152).

### **3.3 Análise Dialógica de Conteúdo**

Buscamos compreender os diálogos no âmbito dos grupos focais a partir da teoria do agir comunicativo. Além de proporcionar ao mediador princípios de uma dinâmica

democrática e crítica de diálogo, a referida teoria contribuiu com a ressignificação da técnica de análise de conteúdo.

O *agir comunicativo* pode ser analisado linguisticamente a partir de acordos racionalmente alcançados entre os participantes, que se baseiam em pretensões de validade suscetíveis à crítica (HABERMAS, 2001, p. 110). Busca-se estabelecer um entendimento a respeito de determinado tema por meio da via comunicativa:

No fundo, essas relações são consideradas racionais na medida em que as decisões sim/não portadoras de um consenso decorrem de processos de interpretação pelos próprios envolvidos. De maneira correspondente, um mundo da vida pode ser considerado racionalizado na medida em que permite interações que não sejam guiadas por meio de um comum acordo prescrito por via normativa, mas sim – direta ou indiretamente – por meio de um entendimento alcançado por via comunicativa (HABERMAS, 2012A, p. 586).

Habermas (2012B, p. 222) sintetiza o processo do agir comunicativo:

Os *mundos da vida* servem de moldura para os falantes e ouvintes estabelecerem e interpretarem definições comuns sobre a situação da sua ação;

Outro *participante pode contestar* a validade dessas exteriorizações que foram relativizadas a partir dos mundos da vida;

O *entendimento* (Verständigung) significa a união dos participantes da comunicação sobre a validade de uma exteriorização;

*Acordo* ou *consenso* (Einverständnis) tem a ver com o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante une a uma exteriorização;

O *dissenso* tem que ser manifestado quando o ouvinte não dá seu assentimento a uma pretensão de validade explicitada, logo não reconhece *ipso facto* as outras duas pretensões levantas implicitamente;

*Não há consenso* quando o ouvinte mesmo aceitando a verdade da asserção continua a duvidar da veracidade do falante ou da adequação normativa da sua manifestação, ou quando o ouvinte, embora aceitando a validade normativa de uma origem, desconfia da seriedade da vontade que emitiu a ordem ou dos pressupostos existenciais da ação imposta.

A partir do agir comunicativo se estabelece um processo de redefinição continuada, o qual promove a subordinação de certos conteúdos a determinados mundos, de acordo com o que é tido, respectivamente, como válido: como integrante do *mundo objetivo*, interpretado consensualmente; como componente normativo do *mundo social*, reconhecido intersubjetivamente; como componente privado do *mundo subjetivo*, ao qual se tem acesso

privilegiado. Assim, a cada definição comum da situação, os atores determinam os limites entre a natureza exterior, a sociedade e a natureza interior, em um processo de renovação das diferenças entre eles, na qualidade de intérpretes que se posicionam perante o mundo exterior, bem como dos seus respectivos mundos interiores (HABERMAS, 2012B, p. 223).

A partir da teoria do agir comunicativo, buscamos promover a análise dialógica de conteúdo das informações construídas a partir de grupos focais. Acreditamos, que, assim, destacamos o princípio dialógico da complexidade, e propomos uma possibilidade de leitura dos diálogos de saberes a partir dos mundos da vida dos atores da pesquisa.

A *análise de conteúdo* consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. A principal distinção entre as diversas técnicas de análise de conteúdo seria entre aquelas mais qualitativas, que buscam identificar a presença ou a ausência de certas características no material analisado, e as quantitativas, que investigam a frequência com que aparecem certos termos (CORTES, 1998). Para Laurence Bardin (2007) a *análise de conteúdo* consiste em três procedimentos: a pré-análise, a exploração material, e o tratamento dos resultados. Esses devem resultar no levantamento questões emergentes.

Orientamos nossa proposta de análise dos resultados da pesquisa no Quadro1, que estabelece uma visão paralela entre a técnica de análise de conteúdo e a teoria do agir comunicativo:

**Quadro 1-** Análise de Conteúdo e Teoria do Agir Comunicativo

<b>Análise de Conteúdo</b>	<b>Agir Comunicativo</b>
O “emissor” é quem fala.	O “falante” é quem emite o enunciado.
O que o emissor “tenta dizer” é a mensagem propriamente dita.	O “falante” emite uma mensagem suscetível a crítica que está baseada em um dos mundos (objetivo, social ou subjetivo).
O “receptor” é aquele a quem se dirige a mensagem.	O “ouvinte” escuta a mensagem e aceita ou não. Este emite uma crítica baseado em um dos mundos (objetivo, social ou subjetivo).
“Como se diz” refere-se ao meio através do qual a mensagem é transmitida, ou o estilo em que é transmitida.	A partir desse enftentamento se dá o diálogo de saberes e se busca consensos.
O “Resultado” é o efeito que a mensagem tem sobre o receptor.	O resultado do agir comunicativo é o “consenso, dissenso, ruptura”.

Fonte: CORTES (1998), HABERMAS (2012B). Elaborado pelo Autor.

### 3.4 Desenho da Pesquisa

Destacamos que no *trabalho de campo* compomos nossa abordagem complexa a partir do método dialético. Nessa perspectiva, a pesquisa de campo pretende a transformação da realidade. Logo, a geografia exerce a ação de grafar o território e constrói novas territorialidades com outros seguimentos da sociedade (SUERTEGARAY, 2009B). Suertegaray (2009B) complementa:

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (p.3).

Nessa perspectiva de *trabalho campo*, desde a concepção, supomos que no processo dialógico o papel do geógrafo não se restringe a observar a realidade, mas abrange interagir e contribuir com as temáticas em questão. Assim, a geografia colabora com discussões em grupos que colocam em pauta os processos de territorialização e desterritorialização.

O *trabalho de campo* ocorreu por meio de grupos focais em dois momentos distintos, mas complementares. Em determinadas comunidades da área de estudo foram realizados *mapeamentos comunitários*, nos quais buscamos favorecer o diálogo sobre os processos de territorialização e de desterritorialização dos pescadores. Já nas reuniões da assembleia geral do Fórum Delta do Jacuí buscamos entender os *diálogos de saberes* nos temas relacionados com a gestão ambiental e a gestão compartilhada da pesca.

#### 3.4.1 Mapeamentos Comunitários nas Comunidades Pesqueiras

As reuniões comunitárias ocorreram no âmbito das oficinas técnicas do Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros. Estas oficinas foram realizadas com o objetivo discutir nas comunidades, que compõem o Fórum Delta do Jacuí, e entre comunidades um acordo de pesca para a região. Frisamos que coordenamos esse projeto realizado pelo Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP e financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

As referidas oficinas técnicas integraram procedimentos metodológicos participativos. Contudo, detivemos nossa análise aos *mapeamentos comunitários*. Foi proposto aos

pescadores que identificassem as áreas de pesca utilizadas pela comunidade, os principais locais em que ocorre a desova e maturação dos peixes e os conflitos com outras atividades econômicas.

O procedimento de *mapeamento comunitário* envolve diretamente os membros das comunidades em levantamentos do uso da terra e das fronteiras de seus domínios. Nas versões mais simples são utilizados mapas tridimensionais, tendo por base os contornos de mapas oficiais ampliados, onde os membros das comunidades locais podem representar as informações desejadas. Em outros casos o processo de *mapeamento comunitário* adota técnicas de geoprocessamento, como o uso de GPS, e se aproxima dos processos de levantamento convencionais (ACSELRAD, 2008).

Para os mapeamentos oferecemos bases cartográficas (carta náutica, imagem de satélite, mapa) da região e material para desenho e pintura. Apresentamos os três eixos que deveriam ser mapeados (áreas de pesca, áreas de desova ou maturação dos peixes e áreas de conflito), para que os comunitários elessem os eventos mais significativos de serem representados. A fim de compreender a área do estudo de caso selecionamos para a análise os mapeamentos realizados nas comunidades: Charqueadas – Rio Jacuí (Figura 1), Sapucaia do Sul – Rio dos Sinos (Figura 2), Praia de Paquetá em Canoas– Delta do Jacuí/Lago Guaíba (Figura 3), Praia do Lami em Porto Alegre – Lago Guaíba (Figura 4), Varzinha em Viamão – Norte da Laguna dos Patos (Figura 5).



**Figura 1-** Mapeamento Comunitário em Charqueadas  
Fonte: Banco de Imagens CAMP



**Figura 2-** Mapeamento Comunitário em Sapucaia do Sul  
Fonte: Banco de Imagens CAMP



**Figura 3-** Mapeamento Comunitário na Praia de Paquetá – Canoas  
Fonte: Banco de Imagens CAMP





**Figura 4-** Mapeamento Comunitário na Praia do Lami - Porto Alegre  
 Fonte: Banco de Imagens CAMP



**Figura 5-** Mapeamento Comunitário na Praia da Varzinha - Viamão  
 Fonte: Banco de Imagens CAMP

A análise das representações nos mapas elaborados pelos pescadores artesanais permitiu compreender os arranjos territoriais que existem na pesca artesanal da região. Estes integram inúmeras dinâmicas territoriais, territórios e territorialidades. Assim, o mapa funciona como um meio para o processo dialógico entre os saberes tradicionais dos pescadores e os conhecimentos da geografia. Conseqüentemente ao mesmo tempo em que favorece uma leitura geográfica sobre a pesca artesanal, contribui com a discussão, no âmbito das comunidades, sobre alternativas para a gestão desta atividade.

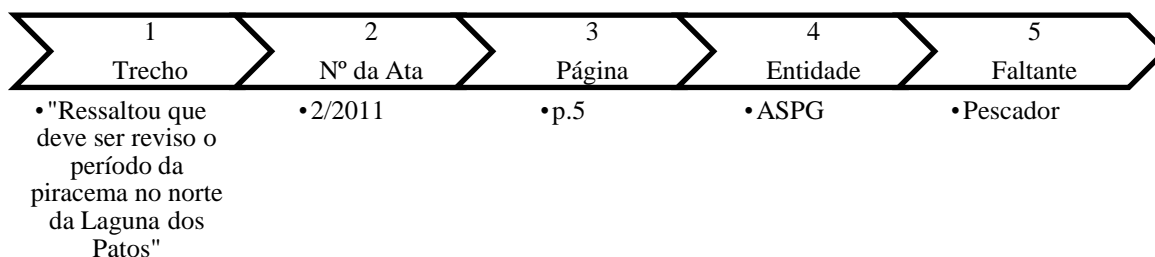
### 3.4.2 Diálogos de Saberes na Assembleia Geral do Fórum Delta do Jacuí

Acompanhamos as reuniões mensais da assembleia geral do Fórum Delta do Jacuí, as quais foram realizadas de julho de 2011 à dezembro de 2012, totalizando 18 meses de trabalho de campo com esse grupo focal. Acreditamos que essa experiência de pesquisa contribui com a discussão em cursos sobre alternativas para apreender os diálogos de saberes estabelecidos entre sociedades tradicionais e profissionais orientados por conhecimentos técnicos-científicos.

Destacamos que os diálogos foram redigidos na forma de ata, pois havia a demanda do Fórum que a reuniões fossem registradas. Estas atas foram escritas pelo pesquisador que procurou apresentar as falas, sempre identificando os falantes. Ressaltamos que buscamos, na medida do possível, não suprimir manifestações que estivessem integradas aos pontos de pauta. Sendo um documento oficial, as atas foram aprovadas nas reuniões seguintes, o que favorece um maior controle dos participantes sobre os dados que foram analisados.

Por mais que ao longo das reuniões o pesquisador já estivesse analisando os resultados, foi primordial estruturar o método de análise para responder à proposta de *análise dialógica de conteúdo*. Frisamos que, desde o princípio, em vez de separar o conhecimento tradicional do conhecimento técnico-científico, buscamos distingui-los no plano dos mundos da vida. Assim, frisamos que se trata de um procedimento metodológico focado na análise das falas escritas a partir da identificação dos mundos da vida em que estas estão baseadas.

Organizamos o banco de dados da pesquisa na plataforma Excel 2010 ®. Inicialmente efetuamos o recorte de trechos das atas que correspondem às falas dos participantes. Tivemos o cuidado de referenciar a ata, data e página a que se refere cada trecho para possibilitar conferir esse conteúdo. Na sequência identificamos os falantes a partir da instituição, entidade ou comunidade que representam. Assim foi possível distinguir falas dos representantes de pescadores, do Estado do Rio Grande do Sul, da União, de Instituições de Ensino, de ONGs, etc. conforme a Figura 6.



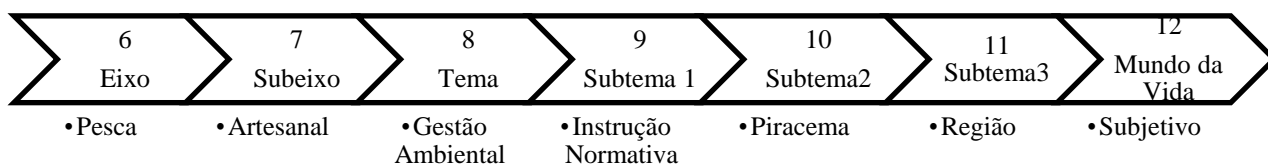
**Figura 6-** Banco de Dados (Identificação dos Trechos)  
Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, Organizado pelo autor.



A pré-análise dos trechos destacados apontou que existem falas referidas diretamente à *pesca* e outras relacionadas com *outras atividades econômicas*, então estabelecemos estes dois eixos. Os Subeixos trazem informação complementares, por exemplo, mineração é subeixo de outras atividades econômicas. Isto favorece análises distintas sobre as questões abordadas nas reuniões. Logo servem de filtro para compreensões sobre os temas.

A exploração material dos principais temas abordados nas reuniões apontou a existência de dois temas gerais: *Gestão Ambiental*. e *Gestão Compartilhada da Pesca*. Tendo em vista a variedade de assuntos que estes compõem foram estabelecidos três níveis de subtemas. A intenção com esses subtemas é que os níveis se complementem e possibilitem análises gerais e específicas. Como a tabulação dos dados se deu concomitante com os trabalhos de campo, não houve o interesse de restringir o número de assuntos de cada subtema, mas de possibilitar que os mesmos correspondam ao conteúdo de cada trecho.

Por fim, a análise do conteúdo de todos os trechos com base na teoria do agir comunicativo possibilitou apontar o mundo da vida a que falas se referem. Destacamos que repetidas vezes foi necessário voltar à ata para compreender o contexto da fala. Acrescentamos que esse processo foi facilitado pelo fato do pesquisador ter participado das reuniões e ter elaborado as atas. Ainda, ressaltamos que determinados trechos se referem a mais de um mundo da vida, então foi necessário duplicar esse trecho no banco de dados, logo o mesmo trecho pode implicar em mais de uma análise. A Figura 6 apresenta a tabulação de eixos, temas, e mundos da vida.



**Figura 7-** Banco de Dados (Eixos, Temas e Mundos da Vida)  
 Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, Organizado pelo autor.

Destacamos que a conversão dessas informações qualitativas em dados quantitativos se deu por meio da ferramenta Tabela e Gráfico Dinâmico do Excel 2010 ®. Apresentaremos, então, os principais procedimentos adotados para a análise:

- a) Para cada tema geral buscamos identificar em que mundo da vida se basearam os respectivos subtemas, conforme as Tabelas 1 e 2:

**Tabela 1:** Mundos da Vida dos Subtemas da Gestão Ambiental

Mundos da Vida	Subtemas (%)						
	Fiscalização	Impactos Ambientais	Institucional	Licenciamento Ambiental	Projeto Pescando Lixo	Planos de Manejo	Portaria SEMA
Objetivo	38,38	3,03	13,13	1,01	3,03	14,14	27,27
Social	26,88	2,15	16,13	7,53	0,00	17,20	30,11
Subjetivo	50,82	14,75	1,64	3,28	4,92	8,20	16,39
Total	37,15	5,53	11,46	3,95	2,37	13,83	25,69

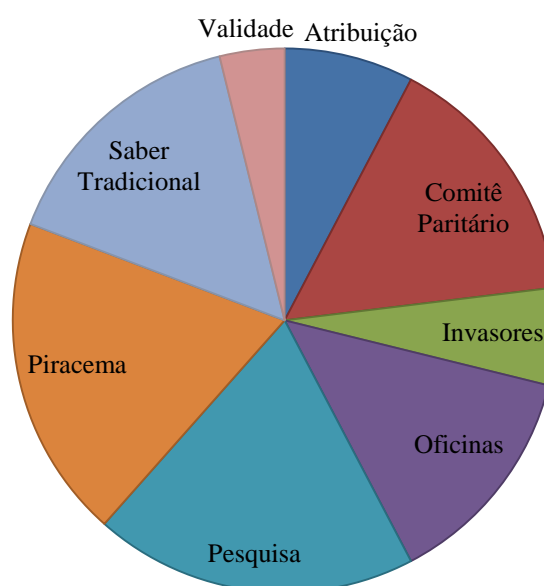
Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborada pelo autor.

**Tabela 2:** Mundos da Vida dos Subtemas da Gestão Compartilhada da Pesca

Mundo da Vida	Subtemas (%)		
	Instrução Normativa	Lei de Gestão Compartilhada	Projeto Delta do Jacuí
Objetivo	83,87	12,90	3,23
Social	89,47	10,53	0,00
Subjetivo	71,43	21,43	7,14
Total	84,34	13,25	2,41

Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborada pelo autor.

- b) Para complementar a análise supracitada geramos gráficos de setor apresentando a distribuição dos subtemas 2 nos subtemas, conforme exemplificado com o Gráfico 1.

**Gráfico 1-** Subtemas 2 que integram o Subtema 1: Instrução Normativa.

Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborado pelo autor.

- c) Para compreender as falas nas reuniões da assembleia geral do Fórum foi elaborada uma tabela a qual apresenta o percentual de referências aos mundos da vida para todas as reuniões do período analisado.
- d) Ainda houve a necessidade de destacar a ação comunicativa sobre os participantes das reuniões da assembleia geral. Esta análise gerou gráficos que expressam a distribuição dos referenciais subjetivos, normativos e objetivos ao longo do período analisado.

Destacamos que, apesar das representações gráficas contribuírem com a compreensão dos resultados da pesquisa, o estabelecimento de um banco de dados qualitativo para a *análise dialógica de conteúdo* possibilita ao pesquisador estabelecer filtragens, segmentações de dados, e outros procedimentos que viabilizam compreender as partes por meio da sua interação com o todo, evitando compreensões *a priori*.

#### **4. IMPACTOS AMBIENTAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS**

---

Sendo o Fórum Delta do Jacuí um espaço que tem discutido a gestão compartilhada da pesca a partir dos territórios e territorialidades das comunidades pesqueiras locais consideramos necessário, por meio de mapeamentos comunitários, elaborar uma síntese que exponha a diversidade de processos de territorialização e desterritorialização na sua região de abrangência. Destacamos que esta análise não suprime outras possibilidades e que deve ser compreendida no contexto em que os mapas comunitários foram elaborados, ou seja, quando as comunidades discutiam propostas para a elaboração de um acordo de pesca.

Partimos da compreensão de que os processos de territorialização na pesca artesanal são motivados por problemáticas ambientais, as quais configuram disputas territoriais com outras atividades econômicas, bem como, por tensões territoriais entre pescadores que competem por pesqueiros mais produtivos. Logo, observamos que a transfiguração da natureza – relações ambientais – estão imbricadas com as relações territoriais de poder e que, juntas, expressam arranjos territoriais da pesca artesanal.

Diante do exposto, apresentamos quatro arranjos territoriais: Território do Rio Jacuí, Desterritorialização no Rio dos Sinos, Territórios e Territorialidades do Lago Guaíba e Territorialização no Norte da Laguna dos Patos (Mapa 1). Para que esta síntese não incida na simplificação ou limitação de compreensões, mas destaque distinções que possam vir a promover identidades territoriais e possibilidades de gestão ambiental, apresentaremos algumas articulações entre esses arranjos, expondo elementos que possibilitam compreender o todo, ou seja, o Território do Fórum Delta do Jacuí.



Fonte: Mapas Comunitários do Acervo do CAMP. Elaborado pelo autor.

#### 4.1 Território do Rio Jacuí

Compreendemos que as territorialidades dos pescadores das comunidades adjacentes ao Rio Jacuí constituem um território. Estes pescadores possuem apetrechos de pesca que não lhes permite grandes deslocamentos e costumam desenvolver a pesca nas proximidades das localidades que residem. Diante da importância do Rio Jacuí para esses pescadores, podemos observar diversos graus de restrição a esse território. O mais restritivo se refere a estratégias adotadas por indivíduos e comunidades locais para estabelecer territórios exclusivos. O grau intermediário é o das áreas mais contíguas às comunidades e que são utilizadas, prioritariamente, por essas. E o menor grau de restrição se refere às áreas que são comuns às diversas comunidades, inclusive por aquelas que utilizam o território eventualmente.

Um exemplo emblemático de estratégias para a delimitação de territorialidades individuais ocorre na área próxima à Barragem de Santo Amaro, no município de General Câmara, onde determinados pescadores locais depositaram no fundo do rio colunas de

concreto para danificar embarcações de pescadores que possam competir, já que tal área é considerada de alta produtividade. Essa ação não territorial sustenta essas territorialidades, contudo, sem escapar de frequentes tensões internas e externas à comunidade.

Existem também áreas que estão muito vinculadas às comunidades e, por isso, expressam territorialidades, sendo priorizadas para os pescadores dessas comunidades, são, assim, geralmente, respeitadas pelos demais pescadores. Estas territorialidades são estabelecidas nas proximidades das localidades onde residem os pescadores, tanto no Rio Jacuí quanto nos seus rios tributários. Destacamos que esses últimos são reconhecidos pelas comunidades como “arroios” e que são considerados importantes áreas de pesca, sendo que o uso está vinculado a certas comunidades em um longo tempo, como é o caso do Arroio da Paciência - pesqueiro da comunidade de pescadores de Charqueadas – RS.

Quando os pescadores das comunidades do Rio Jacuí se deslocam para a pesca costumam estabelecer acampamentos nas inúmeras ilhas desse rio. Estas foram apropriadas pelas comunidades à longa data, sendo que a motivação é maior produtividade dos pesqueiros que se encontram nos seus entornos. Diante do significativo número de ilhas, os comunitários costumam deter informalmente a exclusividade para a pesca nas proximidades dos acampamentos, sendo que para isso precisam manter-se presentes, então é estipulado o rodízio da guarda dos acampamentos. Contudo, as áreas que são utilizadas para acampamentos de pescadores do Rio Jacuí também são frequentadas por pescadores que não residem nesse território.

Quanto aos impactos ambientais que ocorrem no território do Rio Jacuí e afetam as territorialidades dos pescadores artesanais, destacamos a atividade de mineração de areia. Estes empreendimentos, quando licenciados, são autorizados a realizarem dragagens ao longo do canal, todavia, como relatam os pescadores de Charqueadas, também são dragadas as margens do rio e o entorno das ilhas. Conseqüentemente, segundo os pescadores, houve a progressiva redução na quantidade dos peixes, bem como, o desaparecimento de ilhas que eram tradicionalmente utilizadas para acampamentos de pesca.

Outra problemática que é relatada como impactante nas territorialidades dos pescadores no Rio Jacuí é a captação de água para a irrigação das lavouras de arroz que estão instaladas nas margens desse rio. Segundo os pescadores, as bombas de captação de água sugam também os alevinos, o que tem comprometido as safras das espécies nativas que desovam e maturam no Rio Jacuí. Além disso, durante os períodos chuvosos, os agrotóxicos são transportados para o rio, contaminando o mesmo e, por consequência, causando mortandade dos peixes e prejudicando a qualidade do pescado.

Também foi relatada a contaminação dos corpos d'água, por efluentes de esgoto doméstico, que se intensifica nos trechos do Rio Jacuí que margeiam os centros urbanos dos municípios. Em consequência, os pescadores deixam de pescar onde estabeleciam tradicionalmente territorialidades e, concomitante, ocorre a territorialização destes em locais mais distantes.

Em algumas áreas do Rio Jacuí, a problemática ambiental que tem acarretado na desterritorialização é decorrente da pesca amadora. Os pescadores artesanais relatam que essa modalidade de pesca ocorre inclusive durante a piracema e que, frequentemente, os pescadores amadores utilizam apetrechos de pesca tão predatórios, ou mais, do que instrumentos adotados na pesca profissional. A barragem de Santo Amaro no Município de General Câmara é apontada como uma das áreas mais problemáticas, pois os peixes tem menor mobilidade ficando mais vulneráveis à pesca predatória.

Os pescadores do Rio Jacuí apontam a necessidade de proteger determinadas áreas do Rio Jacuí e de seus tributários. Destacam que nesses locais ocorrem as piracemas das principais espécies da região e, diante disso, deveria ser limitada a pesca, como ainda o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Cabe também destacar a importância da proteção às ilhas, já que a vegetação adjacente proporciona ecossistemas que são considerados pelos pescadores como propícios para a reprodução das espécies de peixes.

#### **4.2 Desterritorialização do Rio dos Sinos**

No Rio dos Sinos observamos o processo mais evidente de desterritorialização dos pescadores locais. Segundo os pescadores de Sapucaia do Sul, o excesso de poluição provocou consequências graves sobre a quantidade e a qualidade do pescado. Destacamos que a pesca nesse rio é considerada como em processo de extinção, mas ainda ocorre em determinadas áreas, próximas dos canais onde há maior vazão e, por isso, a água não está tão poluída, entretanto, tais áreas não são suficientes para a comunidade local.

Assim, o Rio dos Sinos está deixando de se configurar um território da pesca artesanal, o que tem levado os pescadores locais a estabelecerem territorialidades em outras áreas como os Rio Jacuí e Ibicuí. Entretanto, destacamos que muitos pescadores estão orientando suas estratégias no sentido de incrementar as infraestruturas de navegação e de pesca para viabilizar pescarias em locais mais distantes como o Norte da Laguna dos Patos.

Destacamos que a desterritorialização dos pescadores no Rio dos Sinos impacta a comunidade tanto economicamente, quanto culturalmente. Observamos o papel dessas

territorialidades na constituição de vínculos na comunidade pesqueira e no reconhecimento desta. Constatamos que os pescadores que resistem se encontram nos locais mais isolados e, para a sociedade geral, a comunidade pesqueira está em extinção, assim como os peixes do Rio dos Sinos.

A desterritorialização dos pescadores no Rio dos Sinos está diretamente relacionada com a contaminação dos corpos d'água por dejetos industriais. Essa problemática configurou uma grave crise ambiental na pesca artesanal dos municípios de Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Esteio e Canoas, dos quais os pescadores estabeleciam territorialidades nesse rio. Segundo os pescadores de Sapucaia do Sul, além da grande mortandade de peixes que ocorreu no ano de 2006 – cerca de 200 toneladas de peixes mortos - anualmente ocorrem no mínimo dois eventos de contaminação que resulta nesse processo.

Segundo os pescadores de Sapucaia do Sul, a maior parte dos dejetos lançados sem tratamento no Rio dos Sinos é de origem dos diversos “curtumes” da indústria calçadista do Vale dos Sinos. Em períodos chuvosos, principalmente, esses poluentes são carregados para o rio, sendo possível observar nos dias seguintes a mortandade de peixes. São apontadas áreas que foram importantes para as pescarias e que atualmente não possibilitam a sobrevivência de nenhuma espécie pesqueira, como é o caso do “Arroio Negro”.

Também consideram que a contaminação no Rio dos Sinos é agravada em decorrência dos agrotóxicos das lavouras de arroz que estão situadas nas margens desse rio. Além disso, são lançados nesse rio efluentes de esgoto doméstico, sem tratamento, dos centros urbanos que o margeiam.

As empresas mineradoras de areia também configuram problemáticas ambientais que afetam as territorialidades dos pescadores artesanais do Rio dos Sinos. A mineração é apontada como prejudicial, principalmente, no que diz respeito à produtividade pesqueira nesse rio, pois atua desrespeitando o período da piracema, em áreas de reprodução. Soma-se o fato de muitos depósitos estarem situados em locais de banhados, que são ecossistemas importantes para a desova e maturação das espécies pesqueiras nativas. Nesse contexto, as empresas mineradoras além de comprometerem a reprodução dos peixes se apropriaram de territórios que deveriam ser preservados para a perenidade da pesca nesse rio.



### **4.3 Territorialidades e Territórios do Lago Guaíba**

Em relação ao Lago Guaíba, destacamos que o compreendemos a partir de três processos de territorialização: no Delta do Jacuí, na parte Norte do Lago Guaíba e na porção Sul deste lago. Primeiro apresentaremos as territorialidades que são estabelecidas pelos pescadores que habitam a área continental que margeia o Delta do Jacuí e que tem nesse ambiente seu principal pesqueiro. Também destacaremos que no Delta do Jacuí existem territorialidades dos pescadores residentes nas ilhas que são favorecidas pela proximidade entre a comunidade e os pesqueiros. Ao norte do Lago Guaíba, observamos a constituição de um território dos pescadores ilhéus do Delta do Jacuí, sendo que este lago está muito vinculado à identidade desses pescadores. Ao sul do Lago Guaíba, destacaremos as territorialidades dos pescadores que residem às margens meridionais do lago.

#### **4.3.1 Territorialidades do Delta do Jacuí**

Sendo o Delta do Jacuí uma área de transição do recurso pesqueiro, entre os Rios e o Lago Guaíba, observamos duas dinâmicas territoriais. A primeira, dos pescadores que residem em área continental do delta e que estão mais vinculadas aos rios que deságuam neste. A segunda, dos pescadores ilhéus do delta que estão mais vinculados ao Lago Guaíba.

As comunidades da área continental do Delta do Jacuí costumam pescar no seu entorno, mas, frequentemente, se deslocam para os rios que deságuam no delta. Assim, observamos que as principais territorialidades são estabelecidas nas áreas adjacentes à comunidade, mas que em momento de escassez de peixe no delta, os pescadores se deslocam para os Rios Jacuí, Sinos e Caí, onde pela distância é comum estabelecerem acampamentos.

Como destacam os pescadores da Prainha de Paquetá – Canoas as principais territorialidades de pesca no Delta do Jacuí estão estabelecidas nos arroios que separam as ilhas deste delta. Frisamos que estes estão inseridos no Parque Estadual Delta do Jacuí. Contudo, ao mesmo tempo que reconhecem a importância econômica desses arroios, os próprios pescadores propõe que alguns sejam reservados para preservação por serem reconhecidos como importantes áreas para a reprodução e maturação dos peixes. Entretanto, essa questão da preservação, para os pescadores, não deveria ser rígida ao ponto de proibir o deslocamento deles nestes arroios, pois são importantes locais de abrigo durante as tempestades.

Uma questão territorial relevante observada entre os pescadores das comunidades que residem na área continental adjacente ao Delta do Jacuí é que estas, via de regra, não tem no Lago Guaíba um território de pesca. Segundo os pescadores da Prainha de Paquetá – Canoas

há um acordo informal com as comunidades das Ilhas do Delta do Jacuí de exclusividade do Lago Guaíba para essas comunidades. Em contrapartida, as áreas próximas às comunidades do Delta do Jacuí também são respeitadas.

Igualmente os pescadores das comunidades que residem nas ilhas costumam pescar no Delta do Jacuí e estabeleceram suas territorialidades, sobretudo nos rios e arroios mais próximos à comunidade. Observa-se que prevalece o respeito de prioridade de uso aos comunitários locais, no entanto, cabe destacar que esses pescadores estão muito vinculados à pesca no Lago Guaíba.

Destacamos que o Delta do Jacuí é reconhecido como um limite territorial, pois ao mesmo tempo em que estabelece o limite territorial sul dos Rios Jacuí e dos Sinos estabelece o limite territorial do Norte do Lago Guaíba.

Os pescadores da Prainha de Paquetá – Canoas destacam que a pesca artesanal no Delta do Jacuí está em disputa territorial com esportes náuticos, como a navegação com *Jet-ski*. Destacam que a prática de *Jet-ski* ocorre em todo o Delta do Jacuí, inclusive nos arroios que são apontados como importantes para a reprodução das espécies pesqueiras. Esse esporte está muito associado aos clubes que se instalaram em algumas ilhas do delta, o que acentuou as disputas territoriais com pescadores artesanais. Frisamos que, segundo os pescadores artesanais, as hélices do *Jet-ski* matam os peixes e, sobretudo, os alevinos; e a movimentação no rio causada pelo trânsito desses equipamentos influencia a dinâmica dos cardumes.

A questão da poluição no Delta do Jacuí ocorre indiretamente, pois no delta deságuam os Rios dos Sinos e Gravataí. Os pescadores relatam também acerca dos diversos locais que eram territorialidades da pesca e estão completamente contaminados como a “Vala da Mathias”, a “Vala da Petrobrás” e a “Vala Podre, antigo Arroio do Araçá”, estas na foz do Rio dos Sinos. Destacam que a poluição decorrente do Rio Gravataí se deve principalmente ao lançamento de afluentes domésticos dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Quanto à poluição industrial, os pescadores da Prainha de Paquetá – Canoas se referem, prioritariamente, às águas contaminadas pelos curtumes do Vale dos Sinos. Já a contaminação por agrotóxicos está associada às lavouras de arroz instaladas nos Rios Jacuí e dos Sinos, bem como a pulverização aérea de agrotóxicos que atinge, inclusive, os pescadores quando estão nos seus barcos pescando.

A problemática das dragagens é apontada através de danos diretos e indiretos. Indiretamente destacam as consequências do exercício das areeiras nos rios que deságuam no delta, que poderiam ser amenizadas se fossem utilizados equipamentos do tipo guindastes que, segundo os pescadores da Prainha de Paquetá – Canoas, não são tão impactantes em

comparação aos “chupões” que sugam também os alevinos. Contudo, os pescadores ilhéus atribuem às dragagens o fenômeno das ilhas sumidas. Ressaltam que muitas ilhas do delta estão desaparecendo devido à prática irregular das dragagens, licenciadas ou não (piratas). Este fenômeno incide negativamente na reprodução das espécies de peixes no delta que ocorre no entorno das ilhas e na dinâmica da pesca uma vez que essas ilhas são normalmente utilizadas pelos pescadores durante as pescarias.

Também, a partir do Delta do Jacuí, são relatados conflitos entre pescadores por territórios de pesca. Estes se dão com pescadores de comunidades do Norte da Laguna dos Patos e do Estuário da Laguna dos Patos que não respeitam as áreas tradicionais de pesca dos pescadores locais e utilizam apetrechos de pesca predatórios, inclusive durante a piracema da região.

#### **4.3.2 Território Norte do Lago Guaíba**

A pesca artesanal na parte norte do Lago Guaíba é bastante diversificada no que se refere às principais espécies alvo. Destacamos que dos Rios que deságuam no Delta do Jacuí se deslocam os peixes de água doce, assim como por meio do contato com o Norte da Laguna dos Patos imigram os de água salgada. Associamos a essa diversidade de peixes a razão da pesca dessas comunidades que residem às ilhas do Delta do Jacuí estarem tão vinculadas ao Lago Guaíba.

Quando nos referimos ao Território Norte do Lago Guaíba, fazemos menção à área que é delimitada a norte pelas pontes que cortam o Delta do Jacuí e que ao sul ocupa cerca de dois terços do lago, nas proximidades do município de Guaíba. Esse território foi apropriado pelas comunidades residentes no arquipélago do Delta do Jacuí e entre as comunidades, cabe destacar a Comunidade da Ilha da Pintada onde se encontra a sede da Colônia de Pescadores Z5.

Quanto à dinâmica territorial desses pescadores, salientamos que há significativa mobilidade, geralmente, dentro do Lago Guaíba, de acordo com a produtividade das espécies. Elencamos que a ênfase é dada sobre as pescarias de água salgada, no Lago Guaíba, que são mais abundantes, contudo na falta desta há maior deslocamento em direção ao Delta do Jacuí onde predominam as espécies de água doce.

As problemáticas ambientais enfrentadas na parte norte do Lago Guaíba não podem ser compreendidas de forma dissociada do Território do Delta do Jacuí. Diante disso, merece destaque a influência da poluição por efluentes domésticos e industriais que são depositados sem tratamento no lago sobre as territorialidades dos pescadores. Rech da Silva (2007, p. 124)

com base na percepção dos pescadores artesanais em comparação com a análise do índice de qualidade da água em diversos pontos do Lago Guaíba expõe que na porção norte deste lago predomina índices de qualidade da água de regular a muito ruim, sendo que a margem leste onde está situada a cidade de Porto Alegre concentra os piores resultados. Isso tem influenciado as territorialidades dos pescadores artesanais que estão concentradas prioritariamente a oeste do canal de navegação.

Além disso, o Lago Guaíba, que sempre esteve tão associado à comunidade pesqueira da região, sendo reconhecido pela sociedade geral como poluído provoca o afastamento desta das comunidades pesqueiras. Frisamos que em 2013 foi realizada a 203ª Feira do Peixe de Porto Alegre, logo, a presença dos pescadores “do Guaíba” já fazem parte do folclore local. Contudo, cada vez mais os pescadores acabam buscando outros territórios de pesca a fim de oferecerem para a sociedade geral um pescado de melhor qualidade. Segundo os pescadores locais, a Tainha, por exemplo, que é pescada no norte do Guaíba tem qualidade inferior da pescada na porção mais ao sul do lago ou no norte da Laguna dos Patos. Assim, a busca por pescado de melhor qualidade tem levado os pescadores a abandonarem territórios tradicionais de pesca, que se localizavam mais próximos das comunidades.

Destacamos que a parte norte do Lago Guaíba foi apropriada pelos ilhéus do Delta do Jacuí. Estes geralmente não se opõem à presença eventual de pescadores das localidades vizinhas. Todavia, a presença dos pescadores do Norte e do Estuário da Laguna dos Patos tem ameaçado esse território e tem mobilizado essa comunidade na busca do impedimento da presença desses “invasores”. Os pescadores locais se vêm ameaçados, sobretudo, durante a piracema da região quando são impedidos de pescar, mas observam a prática da pesca por pescadores de outras regiões.

#### **4.3.3 Territorialidades Sul do Lago Guaíba**

As territorialidades ao sul do Lago Guaíba foram estabelecidas pelos pescadores de outras comunidades que residem na área continental como os da Praia do Lami – Porto Alegre e da Vila de Itapuã. Estas comunidades também estão muito vinculadas às pescarias de peixes de água salgada e desenvolvem suas atividades geralmente até o limite ao sul com o Norte da Laguna dos Patos.

Assim, na parte Sul do Lago Guaíba (Sul de Porto Alegre, Viamão, Guaíba, etc.), observamos territorialidades na pesca artesanal em disputa. Destacamos as territorialidades dos pescadores locais que dependem, principalmente, dessa área de pesca em contraste com as territorialidades de pescadores locais que atuam no Norte da Laguna dos Patos e utilizam

essas áreas excepcionalmente. Acrescentamos que os conflitos com os pescadores do Estuário da Laguna dos Patos que pescam na região se acirram nessa área.

Destacamos que as comunidades que habitam às margens meridionais do Lago Guaíba como é o caso da Comunidade do Lami – Porto Alegre e da Vila de Itapuã – Viamão estabeleceram nessa área suas principais territorialidades. Essas comunidades, eventualmente, migram para o Norte do Lago Guaíba e, raramente, para o Norte da Laguna dos Patos. Isso se deve por serem comunidades de pescadores que contam com poucas infraestruturas para a navegação e para a pesca.

Contudo, comunidades como a da Varzinha – Viamão e Palmares do Sul atuam na região, eventualmente, estando mais vinculadas ao Norte da Laguna dos Patos. Entretanto, sendo comunidades cujas pescarias contam com maiores infraestruturas, quando atuam na parte Sul do Lago Guaíba, geram tensões por territorialidades. Conquanto, além das tensões entre comunidades vizinhas, observamos no sul do Lago Guaíba se agravarem os conflitos pescadores do Estuário da Laguna dos Patos.

Quanto às problemáticas ambientais, Rech da Silva (2007) apresenta que ao Sul do Lago Guaíba a poluição da água é menor, em comparação aos índices verificados na parte norte deste lago. Apesar disso, os pescadores artesanais que atuam ao sul do lago apontam além da questão da poluição, outros impactos ambientais que têm influenciado nas territorialidades das comunidades pesqueiras.

Quanto à poluição, os pescadores destacam a decorrência de materiais sólidos domésticos, frisando que a dinâmica fluvial do Lago Guaíba transporta o “lixo” para os sacos do Lami e de Itapuã, onde se encontram duas importantes comunidades pesqueiras que atuam no sul do lago. Isso tem levado aos pescadores dessas localidades a desenvolverem as pescarias em áreas mais distantes das que estavam tradicionalmente habituados.

Destacamos que a pesca também tem ocorrido mais distante das margens devido à poluição por agrotóxicos provenientes da agricultura que é desenvolvida ao sul do Lago Guaíba. Além disso, as bombas de sucção de água para a irrigação, frequentemente, estão instaladas em locais que são considerados pelos pescadores como importantes para a reprodução dos peixes e associadas à queda na quantidade de peixes. Assim, a agricultura influencia tanto na quantidade quanto na qualidade do pescado, o que leva os pescadores a desenvolverem a pesca em áreas menos influenciadas por esta.

#### **4.3.4 Desterritorialização nas Unidades de Conservação**

Quanto ao Lago Guaíba como um todo, destacamos também a perda de territórios dos pescadores artesanais para as unidades de conservação. Acentuamos que existem Área de Proteção Ambiental, Parques e Reserva Biológica que implicam em regras que estabelecem diversos graus de acesso dos pescadores tanto a terra quanto à água. Destacamos que o Parque Estadual de Itapuã (sul do Lago Guaíba) e Parque Estadual do Delta do Jacuí (Delta do Jacuí e Norte do Lago Guaíba) restringem a atividade pesqueira na sua área. Estas áreas integravam territorialidades importantes para os pescadores que estavam presentes desde muito antes da instituição dessas unidades de conservação. Além das regras que limitam a pesca, destacamos que os pescadores são proibidos de ancorarem nos parques, inclusive durante as tempestades quando essas áreas servem de abrigo. A Reserva Biológica do Lami proíbe a pesca em toda a área da unidade de conservação e impõe regras à comunidade lindeira, como a proibição da comunidade do Lami de instalar um ancoradouro para os barcos dos pescadores artesanais, pois os gestores da unidade presumem que haverá impacto na reserva. O Caso da APA Estadual Delta do Jacuí se constitui numa área contígua ao Parque Estadual Delta do Jacuí na qual este foi transformado em APA a fim de regularização fundiária, uma vez que era inviável retirar toda a comunidade que residia no Parque.

Observamos que a questão das unidades de conservação afeta diretamente nas territorialidades tradicionais dos pescadores artesanais. Estes por meio de decretos são impedidos de habitarem e desenvolverem a atividade em territórios tradicionais. Assim, principalmente na área dos parques, a atividade tradicional perde espaço para a atividade turística, que é permitida nessa categoria de unidade de conservação. Contudo, destacamos que existem resistências no âmbito dos parques e que estas frequentemente implicam em conflitos territoriais.

#### **4.4 Territorialização no Norte da Laguna dos Patos**

O Norte da Laguna dos Patos é uma das áreas mais amplas para a pesca, ainda assim, utilizada por poucas comunidades. Geralmente, atuam no Norte da Laguna dos Patos as comunidades que residem a margem Sul do Lago Guaíba e detêm maiores infraestruturas para a navegação. Focalizamos que essas pescarias estão muito vinculadas aos peixes de água salgada, mas também ocorre a pesca de espécies de água doce, sobretudo no Lago Guaíba.

Como destacam os pescadores da Comunidade da Varzinha – Viamão, sendo uma área ampla ao norte da Laguna dos Patos, a escolha dos locais de pesca depende da espécie que

pretendem capturar. Sendo assim, enquanto determinadas espécies como o Bagre são pescados em águas mais profundas, a Tainha é pescada nos ambientes de águas rasas. Outras espécies como o Grumatã são encontradas próximo dos pontais rochosos e a Viola bem próximo à costa; logo, a dinâmica territorial está muito orientada pelo comportamento dos cardumes.

Outra questão é que sendo uma área extensa e pouco explorada pela pesca, as regras vigentes não são consideradas e, frequentemente, os pescadores atuam com apetrechos bem acima dos limites estabelecidos. No entanto, estes pescadores justificam que a pesca no Norte da Laguna dos Patos tem características diferentes da praticada no Lago Guaíba e Delta e Rios. Contudo, para utilizar mais apetrechos, geralmente, os pescadores acabam se estabelecendo em áreas mais longínquas.

Acrescentamos que nas pescarias em locais mais distantes das comunidades é comum ocorrerem acampamentos na Laguna dos Patos; a comunidade de pescadores de Guaíba é conhecida por desenvolver pescarias prioritariamente através de acampamentos que são estabelecidos no interior desse município. A comunidade da Varzinha – Viamão, possivelmente, seja a comunidade que pratica a pesca em áreas mais distantes, sendo que está habituada a pescar próximo do município de Mostardas – RS.

Consideramos o Norte da Laguna dos Patos como em processo de territorialização por, atualmente, favorecer múltiplas possibilidades de apropriação territorial. Supomos que temos que destacar que ao sul, no município de Arambaré, foi estabelecido o limite do Estuário da Laguna dos Patos que corresponde a outro contexto de normas para pescar. Diante disso, é comum, também, os pescadores do Estuário da Laguna dos Patos estabelecerem territorialidades no Norte da Laguna dos Patos.

No norte da Laguna dos Patos as principais problemáticas ambientais apontadas estão associadas às apresentadas no sul do Lago Guaíba. Contudo, se destaca a questão dos impactos da agricultura devido às bombas de sucção de água para a irrigação, bem como pelo lançamento de agrotóxicos, tendo em vista que existe uma ampla área plantada ao Norte da Laguna dos Patos.

Também houve relato de impacto direto proveniente da indústria; a comunidade de pescadores da Varzinha – Viamão aponta uma vasta área que era utilizada pelos pescadores próximo da comunidade que foi abandonada em decorrência da contaminação por dejetos de uma indústria cervejeira. Destacam que a situação é grave já que era um ecossistema considerado importante para a reprodução e maturação dos peixes, mas que devido ao uso indevido das bombas de captação de água se observa a mortandade de alevinos.

As problemáticas ambientais vividas no Norte da Laguna dos Patos em locais situados próximos as comunidades tem levado os pescadores a buscarem outros territórios em áreas mais distantes. Estes apontam também que devido às intempéries, os navios que trafegam no canal de navegação se deslocam para as áreas de pesca e provocam a destruição de muitos apetrechos utilizados pelos pescadores artesanais e risco à vida destes. Esta problemática limita as territorialidades dos pescadores artesanais.

#### **4.5 Articulações Territoriais**

A análise dos arranjos territoriais que compõem a área do estudo de caso explicitou que, apesar de ser possível estabelecer uma distinção entre eles, existem articulações. Estas são muito significativas e chave para discutir sobre a gestão ambiental e compartilhada da pesca na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí.

Primeiro temos que destacar que os arranjos territoriais estão muito vinculados a especificidades da pesca em cada território ou territorialidade. A espécie alvo, por exemplo, já indica onde vão atuar os pescadores, uma vez que são capturadas na região tanto espécies de água doce quanto de água salgada. Salientamos a diversidade de áreas de pesca rios (Jacuí, Sinos), lago (Guaíba) – que atua como área de transição de recursos entre os rios e a laguna (dos Patos). Assim, quanto mais em direção aos rios, maior a presença das espécies de água doce, e quanto mais em direção à laguna, maior a presença de espécies de água salobra. Diante do exposto, observamos que, nos rios, ocorre, principalmente, a pesca das espécies de água doce, no Norte da Laguna dos Patos, prioritariamente, as espécies de água salgada e no Lago Guaíba, como ambiente de transição, ocorrem tanto espécies de água doce, quanto de água salgada, contudo estas não estão distribuídas de forma uniforme neste lago.

Outra questão que implica em diferentes arranjos territoriais são as características dos apetrechos de pesca; observamos que as territorialidades que são estabelecidas no entorno das comunidades são dos pescadores que detém menores infraestruturas, sobretudo no que diz respeito às utilizadas na navegação. Assim, observamos na mesma comunidade ou entre comunidades vizinhas, pescadores que estabelecem territorialidades completamente distintas. Além da navegação, observamos que quanto mais ao sul, maiores as infraestruturas para a captura, ou seja, maior a capacidade dos apetrechos de pesca. Quanto aos apetrechos, exemplificamos que no Norte da Laguna dos Patos se utiliza até dez vezes mais redes do que nos rios (Jacuí e dos Sinos).



Quanto a regras informais estabelecidas nas comunidades e entre comunidades, destacamos que é comum a menção ao respeito às territorialidades que são estabelecidas próximo das comunidades. Assim, via de regra, outras comunidades privilegiam essas áreas para a comunidade local, sendo pouco frequente o conflito por essas. Nessa territorialidade também há maior estabilidade quanto às infraestruturas que são empregadas, uma vez que a proximidade entre comunidades e pescadores potencializa a vigilância entre comunitários. Conseqüentemente, os pescadores que pretendem atuar com mais apetrechos acabam buscando outras áreas para a pesca.

O processo de busca de áreas mais distantes está vinculado, como já dissemos, à pretensão de utilizar maiores infraestruturas para a captura. Contudo queremos frisar que a influência de impactos ambientais em áreas tradicionais de pesca resulta no processo de desterritorialização dos pescadores que acabam se deslocando, progressivamente, para áreas mais distantes das suas comunidades. Ao mesmo tempo em que observamos a quebra do vínculo com territorialidades tradicionais, observamos se acirram disputas territoriais entre pescadores desterritorializados.

Na área de estudo, destacamos que quanto mais ao norte, mais limitadas são as possibilidades de territorialização, devido a serem áreas muito reduzidas e se concentrarem muitas comunidades. Ainda ao norte observamos os maiores processos de desterritorialização uma vez que é maior a influência de impactos ambientais de outras atividades econômicas. Destacamos a influência das areeiras no Rio Jacuí, da poluição industrial no Rio dos Sinos e que no Lago Guaíba quanto mais ao norte, maiores são os índices de contaminação da água.

Ao contrário, quanto mais ao sul da área de estudo, observamos a menor influência dos processos de desterritorialização por danos ambientais causados por outras atividades econômicas. No entanto esses arranjos territoriais estão mais influenciados por disputas territoriais entre pescadores. Salientamos, que em resposta aos processos de desterritorialização que ocorrem ao norte, os pescadores da área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí, buscam novas territorialidades ao sul. Os conflitos se dão entre os pescadores que buscam novas territorialidades e os pescadores que já estão territorializados.

Acrescentamos que ao sul também observamos a potencialização das tensões territoriais com os pescadores que migram do Estuário da Laguna dos Patos. Estes são apontados pelos pescadores da área estudada como invasores por entenderem que não respeitam o limite do Norte da Laguna dos Patos com o Estuário da Laguna dos Patos. Os conflitos são significativos, sobretudo pelos pescadores do referido estuário deterem

características distintas na pesca – apetrechos mais predatórios - e estarem vinculados a outro quadro normativo.

Por fim, cabe destacar a influência das delimitações de unidades de conservação sobre as territorialidades dos pescadores artesanais. Destacamos que essas unidades foram implantadas sobre territórios e territorialidades do Lago Guaíba. Contudo, essa delimitação não corresponde às práticas de uso tradicional desses territórios e, frequentemente, são questionadas pelos pescadores.

No caso do Parque Estadual Delta do Jacuí, observamos a resistência dos pescadores artesanais que estão territorializados neste delta e disputam o direito de uso do território com a unidade de conservação. Isto tem implicado em conflitos com os gestores da unidade que tem levado a apreensão de apetrechos de pesca e mobilizado a comunidade que recorre aos direitos dos povos tradicionais de permanecerem em seus territórios. Já no Parque Estadual de Itapuã e na Reserva Biológica do Lami, observamos o processo de desterritorialização dos pescadores do Sul do Lago Guaíba. Estes por residirem nas proximidades das unidades de conservação acabam tendo que buscar novas territorialidades em áreas mais distantes.

Consideramos relevante compreender a territorialização e a desterritorialização na pesca na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí, pois entendemos que estes processos orientam os diálogos de saberes no referido Fórum. Supomos que os saberes tradicionais territoriais dos pescadores são elaborados nessa dinâmica territorial e dialogam com os saberes técnicos-científicos dos demais participantes do Fórum para a gestão compartilhada territorial da pesca.

## **5. DIÁLOGOS DE SABERES NO FÓRUM DELTA DO JACUÍ**

---

Para melhor compreendermos o Fórum Delta do Jacuí, partiremos de uma breve apresentação do mesmo. Na sequência, faremos uma análise da participação nas reuniões da assembleia geral que ocorreram de julho de 2011 a dezembro de 2012. Finalmente, caracterizamos os referenciais objetivos, subjetivos e normativos que estes participantes utilizaram ao abordar as principais pautas, bem como esses referenciais foram adotados ao longo dos 18 meses.

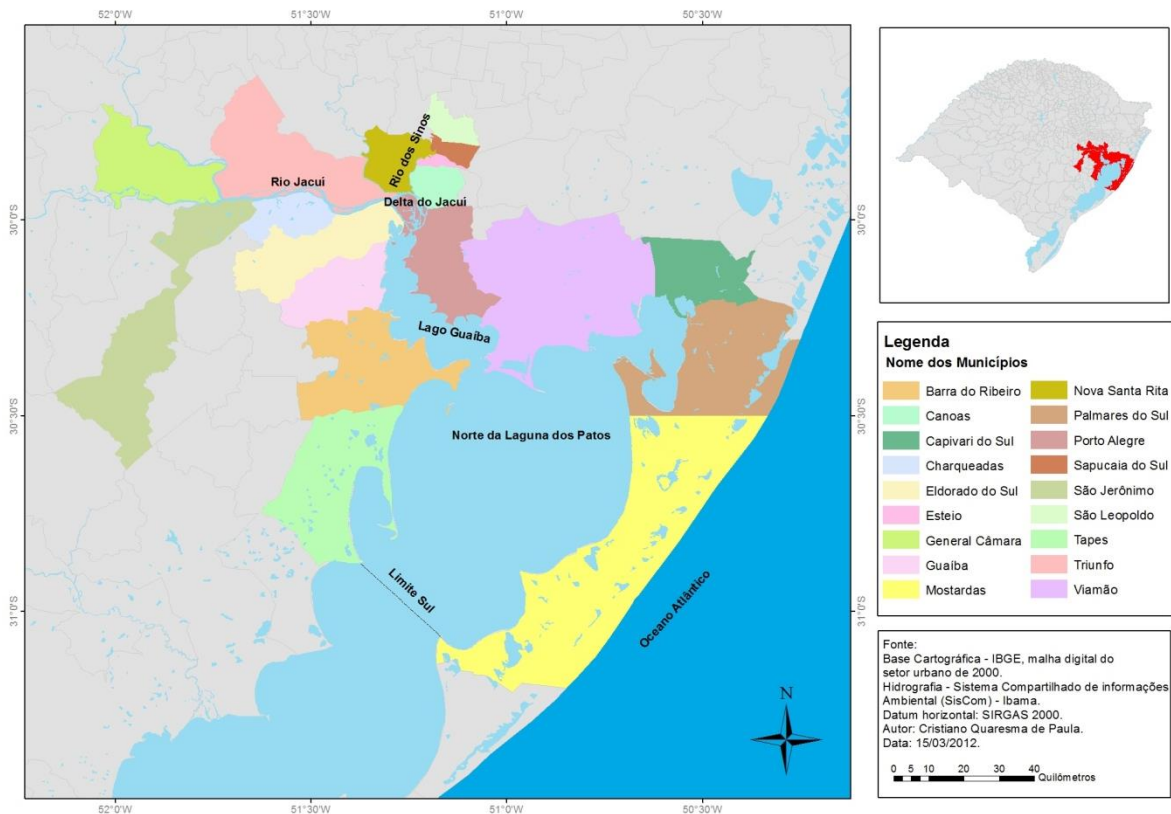
### **5.1 O Fórum Delta do Jacuí**

No Rio Grande do Sul, as iniciativas de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros têm adotado o modelo dos fóruns de pesca. Atualmente, existem cinco fóruns de pesca: Comirim – Conselho Cooperativo para ações na Lagoa Mirim e Lagoa Mangureira, Fórum Delta do Jacuí, Fórum do Estuário da Laguna dos Patos, Fórum do Litoral Norte e Fórum do Rio Uruguai; os quais abrangem praticamente todo o Estado.

O Fórum da Pesca do Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Lagoa dos Patos, denominado Fórum Delta do Jacuí, foi fundado em 26 de março de 2009 a partir da mobilização dos pescadores artesanais das colônias de pescadores Z4 e Z5 e das associações de pescadores artesanais da região. Este é um órgão de função cooperativa com o setor da pesca artesanal no âmbito político, econômico e jurídico. É composto por entidades e representantes da sociedade civil organizada e poderes públicos federal, estadual e da representação de municípios da região de abrangência.

Este Fórum aborda o ordenamento pesqueiro no Rio Jacuí, Rio dos Sinos, Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos (Mapa 2). Sendo assim, os ambientes de pesca são bastante diversos, o que implica no exercício de pescarias bem diferenciadas, inclusive em relação às principais espécies-alvo e aos apetrechos de pesca.

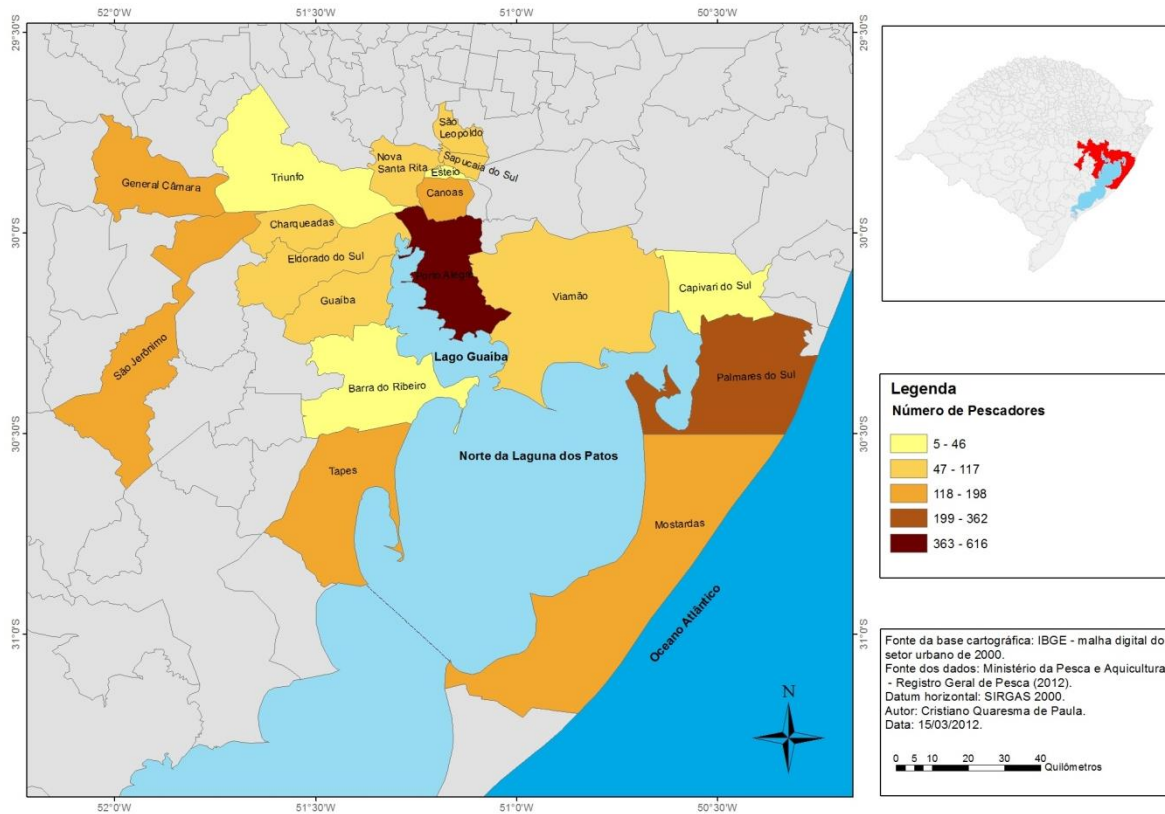
**Mapa 2 - Abrangência do Fórum Delta do Jacuí**



Fonte: Estatuto Social do Fórum Delta do Jacuí, Elaborado pelo autor.

As comunidades pesqueiras do Fórum estão distribuídas em dezoito municípios: Barra do Ribeiro, Canoas, Capivari do Sul, Charqueadas, Eldorado do Sul, Esteio, General Câmara, Guaíba, Mostardas, Nova Santa Rita, Palmares do Sul, Porto Alegre, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Tapes, Triunfo e Viamão. Segundo dados do Registro Geral da Pesca - RGP, nesses municípios encontram-se 2.593 pescadores artesanais (MPA, 2012). Destaca-se a maior concentração em Porto Alegre com 616 pescadores, e a menor em Capivari do Sul com cinco pescadores. O Mapa 3 apresenta o a concentração de pescadores inscritos no RGP por municípios do Fórum Delta do Jacuí.

**Mapa 3-** Número de Pescadores por Município integrante do Fórum Delta do Jacuí - 2012



Fonte: [www.mpa.org.br](http://www.mpa.org.br) , Elaborado pelo autor.

O Fórum Delta do Jacuí funciona por meio de reuniões mensais da assembleia geral e da coordenação executiva. A coordenação executiva do Fórum (Figura 8) é composta, em Estatuto Social, por um Coordenador Geral, dois Vice Coordenadores, além de um Secretário e um Tesoureiro. Atualmente é composta por Coordenador Geral – Presidente da AMPPP, Vice- Coordenadores, Presidente da ASPG e Representante da Emater/ASCAR do Município de Porto Alegre, Secretário – Representante do MPA, Tesoureira – Representante da FEPAGRO.



**Figura 8-** Reunião da Coordenação Executiva do Fórum Delta do Jacuí (Agostos 2012 – CAMP)  
Fonte: Banco de Imagens do CAMP

Nas reuniões da assembleia geral, cada entidade ou instituição tem um representante oficial, o qual tem direito a voz e voto. Contudo, outras pessoas dessas entidades e instituições, assim como da comunidade de pescadores, podem participar das reuniões com direito de, democraticamente, expressarem as suas opiniões. Logo, temos que considerar tanto a presença dos representantes oficiais das entidades e instituições, quanto dos demais participantes do Fórum.

As reuniões da assembleia geral do Fórum Delta do Jacuí (Figura 9) ocorrem, geralmente, na sede da Colônia de Pescadores Z5 situada na Ilha da Pintada – Porto Alegre. Entretanto, no período analisado ocorreu também assembleia na Associação de Pescadores de Guaíba – ASPG, no Município de Guaíba em setembro de 2011; Associação de Moradores e Pescadores da Praia de Paquetá – AMPPP, no Município de Canoas em abril de 2012; e na Associação e Cooperativa de Pescadores de Tapes, no Município de Tapes em novembro de 2012. As reuniões da Coordenação Executiva ocorrem, geralmente, no Centro de Assessoria Multiprofissional, no Município de Porto Alegre.



**Figura 9-** Reunião da Assembleia Geral do Fórum Delta do Jacuí (Novembro de 2012 – Colônia Z5)  
Fonte: Banco de Imagens do CAMP

De julho de 2011 a dezembro de 2012 houve 18 reuniões da assembleia geral do Fórum, nas quais compareceram 29 entidades, sendo 15 representantes dos pescadores artesanais; 3 do poder público federal, 7 do estadual, 1 do municipal; 3 instituições de ensino e 1 organização não-governamental. O Quadro 2 apresenta as entidades que integram o Estatuto Social do Fórum Delta do Jacuí e foram representadas nas citadas reuniões:

**Quadro 2-** Instituições e Entidades representadas no Fórum Delta do Jacuí de julho de 2011 a dezembro de 2012

<b>Entidades de Pescadores</b>
Associação de Pescadores de São Jerônimo
Associação de Pescadores de Tapes
Associação de Pescadores e Moradores de Sapucaia do Sul
Associação de Pescadores e Piscicultores do Extremo Sul
Associação dos Pescadores da Varzinha
Associação dos Pescadores de Charqueadas
Associação dos Pescadores de Guaíba - ASPG
Associação dos Pescadores e Moradores da Praia de Paquetá - AMPPP
Colônia de Pescadores Z4
Colônia de Pescadores Z5
Comunidade de Pescadores de Nova Santa Rita
Comunidade de Pescadores de Santo Amaro
Cooperativa dos Pescadores da Colônia Z5 Ltda. – COOPEIXE
Cooperativa de Pescadores de Tapes
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mostardas
<b>Instituição Municipal</b>
Secretaria da Agricultura da Prefeitura de Viamão
<b>Instituições Estaduais</b>
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Brigada Militar – EMATER/RS-ASCAR
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM
Fundação Zoobotânica - FZB
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
<b>Instituições Federais</b>
Capitania dos Portos da Marinha do Brasil
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente– IBAMA
Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA
<b>Instituições de Ensino</b>
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
<b>Organização Não Governamental</b>
Centro de Assessoria Multiprofissional– CAMP

Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, Elaborado pelo autor.

## 5.2 Participação e Rupturas na Assembleia Geral

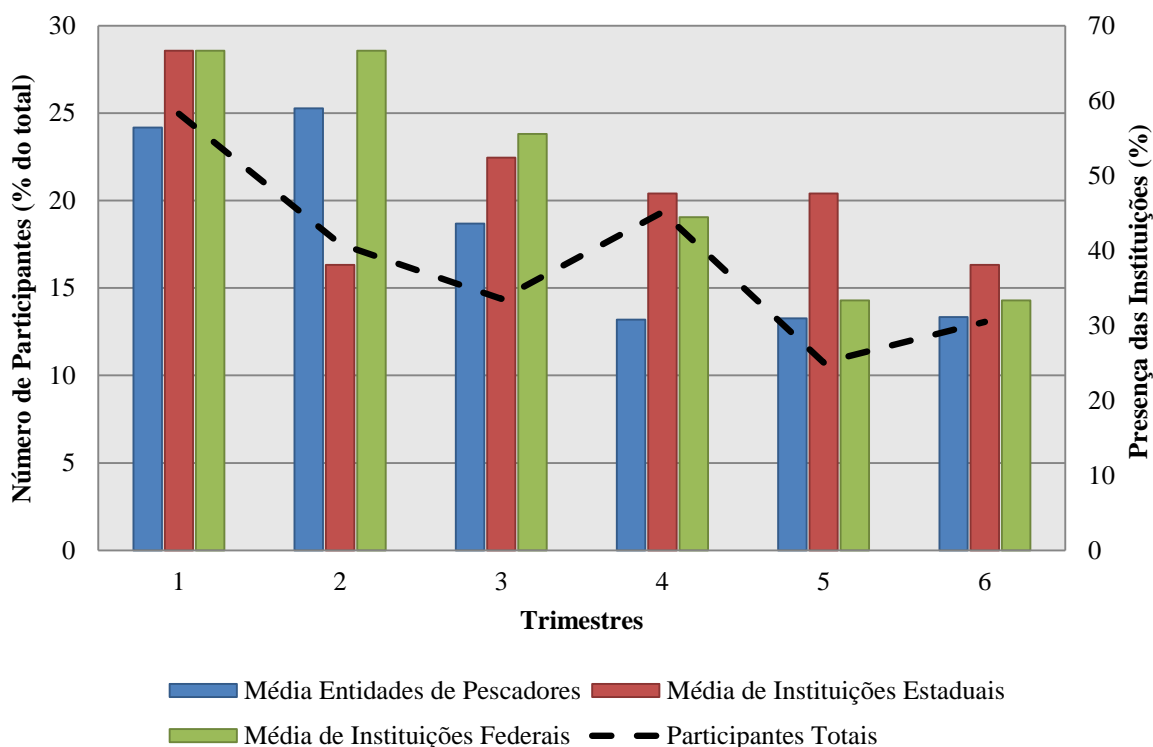
Partiremos da análise dos atores que dialogaram nas reuniões da assembleia geral do Fórum e das rupturas que ocorreram nesse processo. Entendemos como rupturas o processo em que determinados atores se ausentam das reuniões. Abordaremos, por meio dos registros de presença, o percentual do total dos que compareceram em contraste com o percentual de instituições e entidades as quais estavam representadas. Realçamos na análise da frequência as entidades de pescadores artesanais e as instituições do governo estadual e federal, as quais se destacam nos diálogos estabelecidos na assembleia. Ainda apresentaremos apontamentos



sobre a participação dessas entidades e instituições na assembleia e faremos menção às rupturas das instituições dos governos municipais e das instituições de ensino, bem como ao papel da organização não governamental nesse processo.

Partiremos nossa análise do Gráfico 2, o qual apresenta no eixo principal (linha) o percentual de presentes no Fórum, considerando o total de 605 pessoas que registraram presença, ao longo de seis trimestres. O eixo secundário (colunas) expõe o percentual de frequência das entidades e instituições, sendo que destacamos aquelas que foram mais participantes nos diálogos, ou seja, as entidades de pescadores artesanais e as instituições governamentais federais e estaduais.

**Gráfico 2 - Instituições e Entidades representadas no Fórum Delta do Jacuí de julho de 2011 a dezembro de 2012**



Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborado pelo autor.

No primeiro trimestre (julho, agosto e setembro de 2011), observamos o máximo de frequência de entidades e instituições nas reuniões da assembleia geral do Fórum, fato que coincide com o máximo de pessoas presentes. Destacamos que é o período em que o Fórum está retomando as suas reuniões, então há o empenho no chamamento das entidades que têm assento, segundo o que está previsto o Estatuto Social do Fórum Delta do Jacuí.

O segundo trimestre (outubro, novembro e dezembro de 2011) registra uma queda significativa no número de pessoas presentes na assembleia geral do Fórum; entre os fatores, frisamos a ausência de muitas instituições do governo estadual (SEMA, FEPAM e FZB). Contudo há aumento no número de entidades de pescadores, o que se explica por ser outubro o mês que antecede o período da piracema, quando se discutiu os requisitos para a obtenção do seguro-defeso. A proximidade com a piracema também contribui com a compreensão sobre a diminuição do número de pessoas presentes, pois em outubro os pescadores se dedicam prioritariamente às pescarias para tentar compensar o período de proibição da pesca, não comparecendo, assim, ao Fórum.

O terceiro trimestre (janeiro, fevereiro e março de 2012) expõe a contínua queda no número de pessoas presentes na assembleia geral do Fórum. Nesse contexto, destacamos a redução nas representações de entidades de pescadores, quando a Associação de Pescadores e Moradores de Sapucaia do Sul, Associação de Pescadores da Varzinha, Comunidade de Santo Amaro e Comunidade de Nova Santa Rita não se fizeram mais representadas até o término do período analisado. A maior redução no número de pessoas presentes ocorreu em fevereiro, supomos que isso se deve ao fato de em 31 de janeiro se encerrar o período de defeso da região, logo, em fevereiro, os pescadores se dedicam prioritariamente à pesca. Todavia, aumentou a frequência do governo estadual, com a presença dos representantes da Brigada Militar e da FEPAM.

No quarto trimestre (abril, maio e junho de 2012) registramos um aumento no número de pessoas presentes acompanhado da redução da frequência de entidades e instituições na assembleia geral do Fórum. Nesse período, salientamos que o representante da Colônia de Pescadores Z4 deixa de comparecer no Fórum até o final do período analisado. A partir desse trimestre, também os representantes do IBAMA não compareceram mais ao Fórum; contudo a representante da SEMA começou a integrar as discussões. O aumento no número de participantes se deve principalmente à realização da reunião de abril em Canoas, o que levou a uma maior participação dos pescadores da Associação de Moradores e Pescadores da Praia de Paquetá.

O quinto semestre (julho, agosto e setembro de 2012) apresenta o menor número de pessoas presentes na assembleia geral do Fórum; dos dezoito meses analisados, sendo a menor frequência em agosto (15 pessoas). Destacamos que devido à troca de presidência da COOPEIXE não houve mais comparecimento do representante desta entidade, entretanto, o número de entidades de pescadores se manteve estável, pois passaram a frequentar o Fórum os pescadores da Associação de Pescadores de Tapes. Quanto ao governo federal, observamos

a redução da frequência das entidades, com a ausência da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, assim até o fim do período analisado só se manteve a representação do MPA.

No sexto semestre (outubro, novembro e dezembro 2012), observamos a estabilização na frequência na assembleia geral do Fórum dos representantes de entidades de pescadores e da instituição federal. No entanto, observamos a redução na frequência das instituições estaduais, quando a SEMA novamente deixou de comparecer. Destacamos que o menor número de pessoas presentes, desse período, ocorreu em outubro (16 pessoas), pois como já foi dito é o mês que antecede o período da piracema, logo há menor número de pescadores na reunião. Contudo, em comparação ao trimestre anterior houve um aumento no número de pessoas presentes, sobretudo devido à realização da reunião de novembro no município de Tapes, onde houve maior comparecimento dos pescadores da Associação e da Cooperativa de Pescadores de Tapes.

Diante do exposto, a análise da frequência no período de julho de 2011 a dezembro de 2012 indica que: a) no primeiro trimestre houve o máximo de pessoas presentes e de representantes oficiais de entidades no Fórum; b) houve a progressiva queda no número de pessoas presentes, interrompida nos meses em que as reuniões foram realizadas fora da sede da Colônia de Pescadores Z5; c) os representantes de entidades de pescadores foram progressivamente reduzindo a frequência até o quarto trimestre então se mantiveram estáveis; d) os representantes do governo federal também tiveram queda na frequência até o quinto trimestre, quando somente o MPA se manteve presente; e) os representantes do governo estadual variaram a frequência na assembleia geral do Fórum, sobretudo os órgãos responsáveis pela gestão ambiental; f) o aumento no número de pessoas presentes, geralmente, independe de uma maior frequência de entidades e instituições.

A análise da participação das entidades, instituições e do público geral, na assembleia, nos indica a integração aos diálogos, bem como as rupturas que ocorrem nesse processo dialógico ao longo do período analisado. Assim, cabe uma reflexão breve sobre quem participa, uma vez que a análise das frequências já nos permitiu considerações relevantes.

A compreensão da participação das entidades que representam os **pescadores artesanais** expõe rupturas que ocorrem nos diálogos ao longo das reuniões da assembleia geral do Fórum. Enaltecemos o papel que a mobilização comunitária tem nesse processo de instituição de um sistema de gestão compartilhada, por outro lado, a falta de mecanismos que permitam integrar os pescadores ao Fórum. Concomitante o fato do Fórum não apresentar resultados imediatos pode implicar na desistência de dialogar, uma vez que a expectativa dos representantes dos pescadores, frequentemente, é na recepção de respostas concretas e

imediatas às suas demandas. Ainda, principalmente para as entidades de pescadores que representam comunidades que se encontram em áreas mais afastadas, alguns temas que integram a agenda do ordenamento pesqueiro parecem muito abstratos, uma vez que estas comunidades estão mais habituadas com as práticas locais de manejo comunitário. Temos também que considerar que esse tipo de espaço de discussão não é similar aos demais espaços que os pescadores participam, como Colônias de Pescadores, então há também o processo de compreensão das possibilidades intrínsecas aos espaços de gestão compartilhada. Entretanto, temos que destacar que alguns representantes de entidades de pescadores viram nesse espaço a possibilidade de resolver problemáticas que persistem na pesca da região e têm se apropriado dos preceitos da gestão compartilhada e trazido grandes contribuições nas discussões em tal assembleia.

As instituições governamentais mantêm um número constante de participantes, poucos além dos representantes oficiais, e a variação maior ocorre na presença de pessoas das comunidades de pescadores, que não são necessariamente representantes de entidades. Assim, temos que enfatizar que a queda no número de pessoas na assembleia nos indica uma ruptura silenciosa dos pescadores, que em algum momento viram nesse espaço a oportunidade de solucionarem suas problemáticas, com o Fórum. Frequentemente, quando o pescador se afasta do Fórum os temas das pautas passam a girar em torno das agendas das instituições representadas, sobretudo das governamentais.

Temos que destacar a expressiva participação no diálogo das entidades que representam o **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, contudo cabe uma distinção entre dois grupos que integram o Fórum. A Emater ASCAR/RS, a SDR e a FEPAGRO estão muito envolvidas com os diálogos no Fórum, sobretudo no que se refere à extensão rural, assistência técnica e ordenamento pesqueiro. Porém, as instituições responsáveis pela gestão ambiental SEMA, FEPAM e FZB, no período analisado, tiveram poucas participações, sendo que estas foram pontuais em momentos em que a coordenação executiva do Fórum protocolou documentos questionando a ausência dos seus representantes aos responsáveis por estes órgãos. Frisamos que a falta dessas instituições em vários momentos representou rupturas nos diálogos, logo inviabilizou a discussão a respeito da gestão ambiental da região; e que a maior participação ocorreu em decorrência da Portaria SEMA 27/2012, a qual estabeleceu normas para a pesca no Parque Estadual Delta do Jacuí. No caso do Comando Ambiental da Brigada Militar, houve participação significativa nos diálogos sobre a fiscalização ambiental, exceto no último trimestre semestre (de julho a dezembro de 2012) estudado.

Quanto à participação do **Governo Federal** nas discussões, observamos que o MPA se manteve participante nos diálogos, expondo nas reuniões considerações a partir das suas competências. Assim, concentrou-se nos temas relacionados com o Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros – Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009-. O IBAMA, sobretudo, teve poucas participações, supomos que a ruptura maior se deu em função da Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2010, a qual institui a responsabilidade da gestão ambiental das águas interiores aos Estados, logo a união participa da gestão em caráter supletivo. Entretanto, a falta de participação deste órgão dificultou o diálogo a respeito da constituição de uma Instrução Normativa Interministerial para a pesca da região, a qual deve ser coordenada pelo MPA e Ministério do Meio Ambiente – IBAMA. A Capitania dos Portos da Marinha do Brasil esteve presente nas discussões sobre as regulamentações de embarcações e segurança no mar, nos demais temas se afastou do diálogo por entender que não é sua atribuição.

O Estatuto do Fórum Delta do Jacuí estabelece que as **Prefeituras** de municípios que sediam as Colônias de Pescadores e aqueles que possuem orçamento específico para o setor pesqueiro têm direito de assento no referido Fórum. Oficialmente participou do Fórum Secretaria da Agricultura de Viamão, contudo se restringiu ao primeiro semestre (julho, agosto e setembro de 2011). As prefeituras de Porto Alegre, Canoas e Tapes também participaram das discussões em reuniões específicas e sobre temas pontuais, mas não indicaram seus representantes para o Fórum. Destacamos que sendo a pesca atribuição da união e dos estados, geralmente o setor pesqueiro não é devidamente considerado pelas prefeituras. Contudo esta ruptura com o diálogo inviabiliza discutir problemáticas que ocorrem nos municípios e que, mesmo não sendo provenientes da pesca, incidem sobre ela.

As **Instituições de Ensino** também se fizeram pouco presentes no Fórum. No período analisado participaram a UFRGS e a PUC/RS, em períodos restritos e distintos. Destacamos que as principais universidades da região têm possibilidade de assento no Fórum. Supomos que a ruptura se deve ao fato das pesquisas estarem enfocadas nos estoques pesqueiros e não no ordenamento pesqueiro, com isso, os grupos de pesquisa se consideram desvinculados desse espaço de diálogo. Apesar disso, os pesquisadores da UFRGS e da PUC/RS manifestaram a intenção de contribuir com as discussões do Fórum e disponibilizaram os seus estudos.

Enfatizamos o papel da **organização não governamental** CAMP. Elencamos que a própria constituição do Fórum foi decorrência do Projeto Grumatã realizado pelo CAMP e financiado pela extinta Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca – SEAP. No período

analisado esta organização teve um papel importante, pois, por meio do Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros que objetivou o fortalecimento do Fórum, assumiu o papel de articular as instituições e comunidades participantes e assessorar a coordenação. Assim, o CAMP participou de todas as reuniões e esteve envolvido nos demais momentos relacionados com o Fórum. Nas discussões, contribuiu com a mediação do diálogo e com conhecimentos relacionados à gestão compartilhada da pesca.

### **5.3 Os Mundos da Vida nas Principais Pautas da Assembleia Geral**

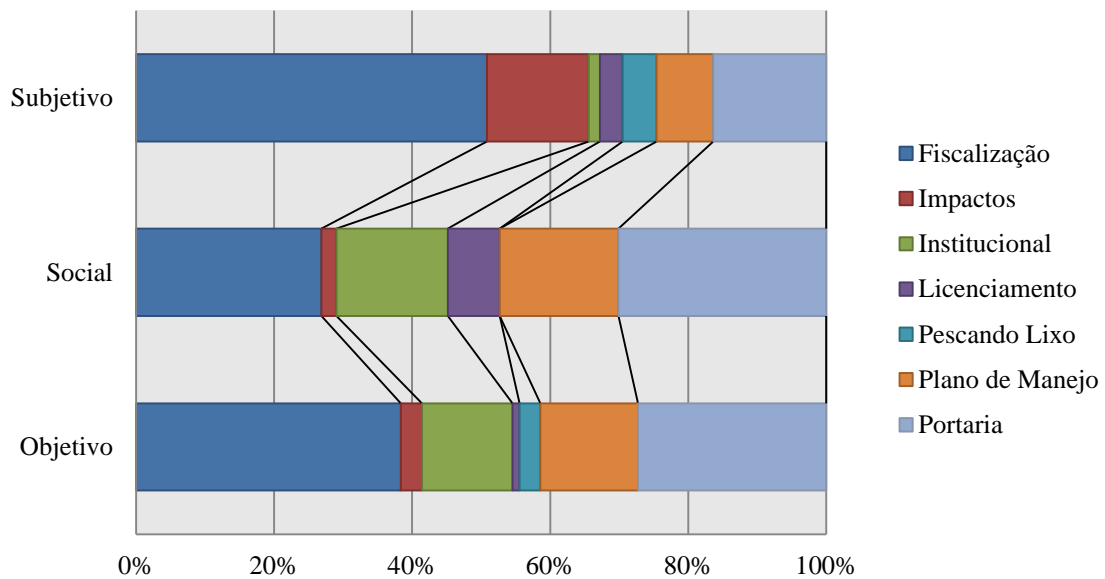
Ao longo dos 18 meses de reuniões da assembleia geral do Fórum Delta do Jacuí integraram as pautas diversos temas. Contudo, destacaram-se as discussões sobre a gestão ambiental da pesca e de outras atividades que influenciam esta, e sobre a gestão compartilhada da pesca artesanal. Abordaremos esses principais temas de pauta, buscando reconhecer as referências subjetivas, normativas e objetivas<sup>4</sup> expressas nos tópicos que os compõem. Consideramos tal análise prioritária para compreendermos os diálogos de saberes por meio da teoria do agir comunicativo.

#### **5.3.1 Gestão Ambiental**

No tocante ao tema gestão ambiental da pesca e de outras atividades os principais tópicos abordados foram Fiscalização Ambiental, Portaria SEMA 27 de 15 de maio de 2012, Planos de Manejo de Parque e da APA Estadual Delta do Jacuí, Questões Institucionais, Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental e Projeto Pescando Lixo. Com base no Gráfico 3, analisaremos as dimensões subjetivas, normativas e objetivas expressas nesses tópicos.

---

<sup>4</sup> Na perspectiva do agir comunicativo o subjetivo, o social e o objetivo se referem aos mundos da vida intersubjetivamente compartilhados entre os atores sociais. O subjetivo se refere ao conjunto de experiências vividas pelos atores sociais. O social se refere às questões institucionais e normativas que orientam os contextos sociais. Frisamos que o objetivo não deve ser confundido como o concreto ou a objetivação do real, pois, no contexto teórico em questão, refere-se aos planos e estratégias elaboradas e propostas pelos atores sociais.

**Gráfico 3-** Mundos da Vida no Tema Gestão Ambiental

Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborado pelo autor.

### 3.3.1.a Mundo Subjetivo:

Nas discussões sobre a Gestão Ambiental o principal assunto abordado, com base no mundo subjetivo, nas reuniões foi a Fiscalização Ambiental. Esta foi, diversas vezes, relatada como ineficiente ou ausente no que se refere à sua efetivação durante piracema da região, sobre a pesca predatória, e na área limítrofe com o Estuário da Laguna dos Patos. Os relatos estavam baseados em experiências vividas na pesca, nas relações estabelecidas com o ambiente que levam os pescadores a reconhecerem a importância de respeitarem a piracema, e nas relações estabelecidas com outros grupos, como é o caso dos conflitos com os pescadores do Estuário da Laguna dos Patos.

Também houve relatos que apontavam abordagens violentas da fiscalização sobre o pescador artesanal. Ainda se manifestou o reconhecimento da falta de infraestruturas e de agentes para a fiscalização. Frequentemente, esses relatos das experiências testemunhadas se configuraram como denúncias e visaram contribuir para o planejamento de operações de fiscalização.

Com base em experiências vividas, individualmente ou coletivamente, também foram relatados impactos ambientais provenientes de poluição dos corpos d'água por agrotóxicos oriundos das atividades agrícolas. Também houve relatos sobre impactos causados pela pesca predatória, seja a amadora e industrial, ou a que utiliza apetrechos de pesca inadequados. Esses relatos acompanham argumentos sobre a crise na pesca artesanal que se expressa na

redução da produtividade, bem como nas perdas das áreas de pesca. Também foram relatados impactos sociais, como a cerceamento dos corpos d'água por propriedades privadas que interrompem a passagem dos pescadores artesanais.

O mundo subjetivo também baseou discussões o Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí (P-EDJ) e da Área de Proteção Estadual Delta do Jacuí (APA-EDJ). Experiências vividas na pesca e na comunidade serviram de argumento para a defesa do enquadramento dos pescadores artesanais no conceito de comunidade tradicional. Também foram relatados os limites na discussão sobre os planos de manejo no contexto das reuniões do Conselho Deliberativo da APA-EDJ.

As experiências vividas no Projeto Pescando Lixo realizado pela Colônia de Pescadores Z5 também foram relatadas. Esse projeto realiza, por meio do voluntariado dos pescadores, durante a piracema, a coleta de materiais recicláveis dos corpos d'água. Contudo, as manifestações ocorrem como satisfação – por alguns entenderem que é um trabalho que conscientiza as pessoas –, mas também como frustração quando são relatadas as tentativas de tentar apoio de órgãos governamentais que se mantêm omissos.

Questões subjetivas também integram a discussão institucional sobre a gestão ambiental. Muitas vezes, as tentativas de resolver problemáticas ambientais continuam sem resultado. Esses contextos vividos no Fórum e nos espaços de discussões que o antecederam se expressam nas falas e são atribuídos à negligência de instituições governamentais responsáveis por este tema.

Questionamentos a respeito dos licenciamentos também são relatados com base em experiências vividas na pesca. Em resposta ao argumento de que as demais atividades econômicas que ocorrem na região estariam devidamente licenciadas são mencionadas práticas ilegais que são presenciadas como a extração clandestina de areia dos corpos d'água (areeiras piratas).

### 3.3.1.b Mundo Social ou Normativo

Constam nos diálogos no Fórum Delta do Jacuí sobre a Gestão Ambiental relações intersubjetivas baseadas em normas. Estas, frequentemente, são Leis, Portarias e Instruções Normativas editadas por órgãos públicos do Estado do Rio Grande do Sul ou da União.

Assim, a referência à fiscalização ocorre com base nos limites e possibilidades das normas estabelecidas Quadro 3. Quando se discute a falta ou ineficiência da fiscalização sobre a pesca predatória e da piracema, habitualmente, os argumentos se baseiam nas normas que fazem menção aos períodos de proibição, aos apetrechos de pesca proibidos e aos tamanhos



mínimos estabelecidos. Acompanha esses argumentos a inviabilidade de algumas dessas leis para operações de fiscalização e a necessidade de que sejam atualizadas a partir das características da região. Também, com base na Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Política Nacional dos Recursos Hídricos - foi levantada a questão do cerceamento dos corpos d'água por propriedades privadas.

**Quadro 3** - Legislação para a Pesca Artesanal na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí

<b>Legislação</b>	<b>Dispões sobre:</b>
Portaria SUDEPE Nº 42, de 18 de outubro de 1984	Período de Proibição da Pesca das espécies de Bagre.
IN Ibama Nº 197, de 2 de outubro de 2008	Período de Proibição da Pesca nas Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e outras providências.
Portaria Ibama Nº 25, de 9 de março de 1993	Comprimento total mínimo das espécies pesqueiras de água doce.
Portaria Ibama Nº 8, de 20 de março de 2003	Comprimento total mínimo das espécies pesqueiras marinhas e estuarinas.
Portaria SUDEPE Nº15, de 20 de março de 1986.	Normatização sobre as embarcações.
IN Ibama Nº 43, de 23 de julho de 2004	Apetrechos de Pesca em águas continentais.

Ainda quanto à fiscalização, com ênfase na embarcação, prevalecem as normas da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, as quais visam a segurança no mar. No entanto, esse registro da embarcação também é exigido em documentações do Ministério da Pesca e Aquicultura para o Registro Geral de Pesca e, inclusive, pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a obtenção do Seguro-Defeso.

A atribuição da fiscalização da pesca, assim como das demais atividades que causam danos ambientais, na região é responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, onde o Comando Ambiental da Brigada Militar incorpora essa responsabilidade. Contudo, foi salientado que, na fiscalização, as normas em vigor são seguidas, mas há necessidade de potencializar a colaboração da comunidade tanto nas denúncias, quanto na pressão aos órgãos competentes para a qualificação das infraestruturas e o aumento no número de agentes. Quanto às abordagens violentas ou desrespeitosas ao pescador foi destacado que estas desobedecem normas internas dos órgãos fiscalizadores e que também devem ser denunciadas para a abertura de processos disciplinares.

A Portaria SEMA 27 de 15 de maio de 2012 também orientou falas baseadas em normas. Entre os destaques desse documento, apontamos o reconhecimento de que os pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z5 se inserem nas ditas comunidades

tradicionais, assim passam a integrar os diálogos os preceitos do Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Por implicação, estes passam a ter o direito de pescarem em determinadas áreas do P-EDJ. Contudo, como essa portaria não foi previamente discutida no Fórum, foram sugeridas mudanças no seu conteúdo normativo para se adequar a realidade. Este documento é provisório, até a publicação do Plano de Manejo do P-EDJ, então para qualquer alteração é exigida pesquisa científica. Entre as problemáticas, destacamos a delimitação do P-EDJ, sobretudo quanto aos limites com a APA-EDJ. Estas normas não são reconhecidas pela sociedade pesqueira, o que tem implicado em desobediência às mesmas. Além disso, ao mesmo tempo em que impõe regramentos à sociedade tradicional, não prevê nenhuma regra para a prática de esportes náuticos, como é o caso da utilização de *jet-ski* em áreas definidas pela referida portaria como de preservação.

Questões institucionais também são dialogadas com base no mundo social. Como a Lei Complementar N° 140, de 8 de dezembro de 2010 que atribui aos Estados a competência da gestão ambiental - este tema se manteve em diálogo em diversas reuniões. Primeiro porque os órgãos gestores ambientais estaduais, a SEMA a FEPAM e a FZB se ausentaram de diversas reuniões, nas quais a gestão ambiental da pesca e de outras atividades econômicas que causam danos aos recursos hídricos eram abordadas. Essa ausência também foi questionada por meio de ofícios encaminhados a esses órgãos e por meio de reunião com o Secretário Estadual do Meio Ambiente. Diante das poucas respostas concretas dadas quanto a esse assunto se mantém a compreensão de que os órgãos gestores ambientais são negligentes, principalmente, no que tange ao estabelecimento de um diálogo propositivo. A falta de efetivação das regras expressas no direito ambiental é atribuída à falta de infraestruturas, sucateamento das instituições ambientais e falta de recursos humanos. Portanto ao mesmo tempo em que o diálogo a respeito da gestão ambiental se baseia em regras, prevalece a compreensão que estas não são colocadas em prática por questões institucionais.

Quanto ao licenciamento ambiental, com base em normas, dialogaram sobre as bombas de sucção de água dos corpos d'água para irrigação e sobre o licenciamento para a construção de grandes residências no âmbito da APA-EDJ. Quanto às bombas de sucção a norma vigente é a Instrução Normativa SUDEP 013/1973 que regulamenta as telas que devem ser acopladas nas bombas de sucção de água para a irrigação. Já a respeito da construção civil no âmbito da APA-EDJ destacamos que deve seguir as diretrizes do Plano de Manejo, ou, na falta deste, de regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação.

Ainda houve intenso diálogo sobre os impactos sobre a pesca causados por outras atividades econômicas, as quais desrespeitam as normas de gestão ambiental. O principal apontamento diz respeito às dragagens nos corpos d'água para a mineração de areia. Apesar de ser apontado que a maior parte das areiras está em condições regulares, destacamos as que não respeitam regras, como a de exercer a atividade somente no canal. Igualmente o número de areiras estimado tende a ser maior do que o registrado, uma vez que se relatada que muitas dessas que não seguem as regras são denominadas “piratas” por não estarem de acordo com as normas vigentes.

### 3.3.1.c Mundo Objetivo

Via de regra a dimensão objetiva se manifesta no diálogo estabelecido a partir de dimensões subjetivas ou intersubjetivas. O mundo objetivo se expressa no Fórum através da constante busca de soluções às problemáticas que vem sendo enfrentadas no âmbito da pesca artesanal. Podem também expressar objetivos de determinada instituição ou entidade que compreendem o Fórum como um espaço que viabiliza alcançá-los.

Também no mundo objetivo a fiscalização ambiental foi o tema mais expressivo no período analisado. Buscando resolver a problemática da ausência e da ineficiência da fiscalização o Fórum buscou integrar nas discussões as principais instituições competentes para apresentar suas demandas e elaborarem propostas concretas. Destacamos que as principais propostas discutidas a fim de contribuir com a potencialização da fiscalização foi de intensificar as operações durante a piracema, de aumentar a vigilância sobre a área limítrofe com o Estuário da Laguna dos Patos e de estabelecer operações periódicas.

A repercussão dessas discussões a respeito da fiscalização tem levado aos órgãos responsáveis a se reunirem para discutirem alternativas, uma vez frisado que as operações devem integrar as especificidades regionais. Assim, se objetiva fortalecer a cooperação entre os órgãos governamentais para operações conjuntas. Acreditam também que sem o apoio das demais instituições envolvidas com a pesca essa problemática complexa não tem possibilidade de ser solucionada. Destacamos que as instituições responsáveis, a partir dessas discussões, se comprometeram em criar um Grupo de Trabalho – GT para abordar o tema da fiscalização, de buscar melhores condições de infraestruturas e no efetivo de agentes, de capacitar melhor seus agentes para abordagens mais educativas, de criarem planos de fiscalização que atendam às necessidades regionais. Igualmente, a comunidade de pescadores entende que tem que participar mais da fiscalização por meio de denúncias e evitar dificultar

as abordagens, por exemplo, divulgando onde estão ocorrendo, para que as mesmas sejam efetivas.

A Portaria SEMA 27 de 15 de maio de 2012 foi construída a partir de demandas que vinham sido discutidas no Fórum, contudo no momento da edição foi consultada somente a presidência da Colônia de Pescadores Z5. Assim, o Fórum se orientou pelo objetivo de adequar as regras da referida portaria para que não prejudique as pescarias das comunidades que não se encontram na Ilha da Pintada, onde se localiza a sede da Colônia de Pescadores Z5. Outra questão foi garantir que essa portaria, que é provisória enquanto não entra em vigor o Plano de Manejo do P-EDJ, seja incorporada por este último. A partir do reconhecimento destes pescadores como comunidade tradicional, o Fórum busca garantir o direito de manter as atividades de pesca no parque, bem como de participar das discussões sobre a gestão dessa Unidade de Conservação. Assim se pretende estabelecer regras a respeito de períodos, apetrechos e áreas de pesca que conservem a natureza sem acarretar na extinção dos modos tradicionais de viver dos pescadores artesanais da região.

Quanto aos P-EDJ e da APA-EDJ, a principal reivindicação do Fórum foi do direito de participar das discussões a respeito dos mesmos. Destacamos o caso do Plano de Manejo do Parque, que pode implicar na regra de pesca zero, ou seja, na proibição dos pescadores artesanais da região de realizarem suas atividades tradicionais, sendo que atuam na área desde antes da instituição dessa Unidade de Conservação. Assim se busca garantir que a pesquisa também reconheça os impactos sociais decorrentes da proibição do direito de pescar. Logo o Fórum se empenhou em responsabilizar as entidades que tem atribuição de elaborar os planos de manejo, para que as mesmas reconheçam os pescadores artesanais, como sociedade tradicional, e estabeleçam momentos de discussão democrática e não somente apresente os resultados e regras com a prerrogativa que devam ser seguidas, independente de qualquer diálogo.

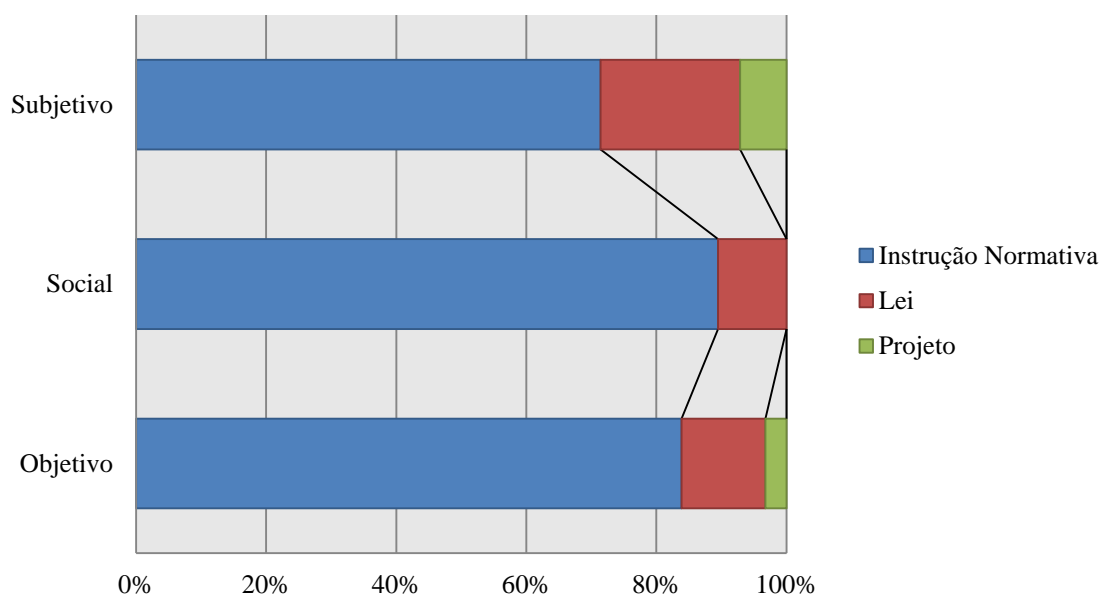
Uma das principais problemáticas enfrentadas pelo Fórum no período analisado, foi a ausência institucional, sobretudo das instituições responsáveis pela gestão ambiental. O Fórum buscou potencializar essa participação convocando as instituições e destacando que as mesmas estavam estritamente relacionadas com o tema. Porém, na medida em que não se fizeram presentes e, por isso, as discussões não evoluíam, buscou-se acessar os responsáveis por estas instituições por meio de ofícios protocolados e de reuniões nas próprias instituições elencando a importância da participação de representantes das mesmas. Assim, foi possível integrar essas organizações nas discussões.

Quanto aos impactos ambientais decorrentes de outras atividades econômicas e o licenciamento ambiental, os enunciados pretendiam potencializar os diálogos para contribuir com as instituições responsáveis pela gestão ambiental, de forma que pudessem elaborar soluções criativas para a crise ambiental em curso na região, que tem graves implicações sobre a pesca artesanal. Contudo os órgãos ambientais não deram respostas a essas problemáticas, dificultando o diálogo sobre esses temas. O argumento sobre as irregularidades provenientes dessas outras atividades se sustenta na falta de infraestruturas e recursos humanos, logo acaba sendo mais viável monitorar os pescadores artesanais em comparação aos grandes empreendimentos agrícolas ou propriedades privadas.

### 5.3.2 Gestão Compartilhada da Pesca

Quanto à Gestão Compartilhada da Pesca Artesanal os principais tópicos foram: Instrução Normativa Interministerial para o Fórum; Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009 – Sistemas de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável do Recursos Pesqueiros - e Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros. O Gráfico 4 exprime as dimensões subjetivas, normativas e objetivas relativas a esse tema.

**Gráfico 4-** Mundos da Vida no Tema Gestão Compartilhada



Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, Elaborado pelo autor.

### 3.3.2.a Mundo Subjetivo

A partir do Fórum Delta do Jacuí se pretende construir uma Instrução Normativa Interministerial. A construção desta é motivada por problemáticas vividas pelos pescadores artesanais, os quais estão submetidos a regramentos desatualizados e que não correspondem às características ambientais e as práticas tradicionais da região.

Segundo as experiências das comunidades de pescadores que se expressam nos seus saberes tradicionais o período de defeso, o qual pretende preservar a piracema das principais espécies pesqueiras, não condiz com a realidade. De um lado relatam que é comum no período em que a pesca está liberada a captura de peixes que estão em reprodução, de outro, expõem que em momentos em que a pescaria seria mais importante economicamente não podem pescar.

Essa questão fica ainda mais complexa quando se relata que no período defeso em que Fórum está submetido ocorre a pesca predatória por parte dos pescadores de outras regiões. Sendo que esses “invasores”, na maioria, do Estuário da Laguna dos Patos, estão vinculados ao Fórum da Laguna dos Patos<sup>5</sup>, assim estão sujeitos a regras distintas das que estão implicados os pescadores do Fórum Delta do Jacuí, além destes dois grupos deterem características distintas quanto às artes de pesca.

Concomitante, os relatos expressam que ao contrário dos pescadores do Fórum da Laguna dos Patos que podem pescar na região do Fórum Delta do Jacuí, exceto na piracema que ninguém pode pescar, a regras do Fórum da Laguna dos Patos impede o exercício de pescarias de pescadores de outras regiões. Essa problemática é a principal motivação para a elaboração da Instrução Normativa Interministerial do Fórum Delta do Jacuí e expressa um desejo coletivo de delimitar uma área de exercício da pesca artesanal exclusiva para os pescadores desse Fórum, como exemplo do que já acontece com outros espaços de gestão compartilhada.

Ainda quanto a Instrução Normativa Interministerial, destacamos que está sendo elaborada a partir do saber tradicional dos pescadores. Assim se pretende que corresponda às expectativas que são elaboradas pelos pescadores, a partir das suas vivências na pesca artesanal. Para subsidiar esse documento também é enfatizada a importância acerca da ocorrência de pesquisas sobre a pesca na região, mas diante de experiências frustradas com pesquisadores que não devolveram à comunidade os resultados dos seus estudos,

---

<sup>5</sup> Como a Laguna dos Patos é conhecida como Lagoa dos Patos o Fórum da Pesca que atua na área de abrangência do Estuário da Laguna dos Patos foi denominado Fórum da Lagoa dos Patos.

consideramos que a pesquisa deve partir do saber tradicional dos pescadores e que deve ocorrer de forma participativa.

As discussões sobre a pesca artesanal no Brasil também se fizeram presentes nos diálogos no Fórum com base na dimensão subjetiva. Foi pauta a Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009, a qual institui os Sistemas de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável do Recursos Pesqueiros. Considerando que alguns integrantes do Fórum estiveram muito vinculados ao movimento que se empenhou pela criação de um ministério para a pesca e, que em 2009, viram na referida portaria um importante avanço nas políticas públicas para a pesca artesanal, observamos que a experiência vivida desde este ano têm, progressivamente, desmotivado, sobretudo, os pescadores. De um lado, relatam que a criação dessa portaria que é conhecida como a “Lei de Gestão Compartilhada da Pesca” não tem implicado em resultados práticos para o pescador, do outro, existem implicações negativas como a imposição de um sistema de gestão compartilhada que não corresponde aos inúmeros espaços de gestão compartilhada criados a partir das comunidades de pescadores. Os mais envolvidos com os debates juntamente ao Ministério da Pesca e Aquicultura, destacam que o sistema de gestão compartilhada do governo não corresponde as formas de organização social dos Fóruns de Pesca, uma vez que está muito vinculado ao Estado.

O Projeto Delta do Jacuí: Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros foi financiado pelo MPA e executado pelo Centro de Assessoria Multiprofissional. Contudo, apesar de ser um projeto inserido no âmbito dos sistemas de gestão compartilhada teve que ser interrompido devido a falta de repasse de recursos do referido ministério. Destacamos que sendo um projeto que visava fortalecer o Fórum e colaborar com a elaboração da Instrução Normativa Interministerial deste, os contextos vividos devido aos atrasos nos repasses dos recursos financeiros e a consequente interrupção do projeto, foram assimiladas como falta de interesse do governo com o fortalecimento desse espaço de gestão compartilhada.

### 3.3.2.b Mundo Social

Como já apresentamos, as principais regras a que os pescadores do Fórum Delta do Jacuí estão submetidos constam nos documentos citados no Quadro 2. Todavia, há possibilidade de elaborar uma Instrução Normativa Interministerial que integre as principais regras para pesca na área de abrangência do Fórum, favorecendo que estas sejam mais atualizadas e coerentes com a realidade, como, por exemplo, adequando o período da piracema.

Ainda há possibilidade de normatizar que na pesca na região de abrangência do Fórum também só atuem pescadores das comunidades que o integram. Assim, pretendem adotar a mesma estratégia expressa na Instrução Normativa Nº 3, de 9 de fevereiro de 2004, a qual concede direito a licença de pesca no Estuário da Laguna dos Patos, somente aos pescadores residentes na sua área de abrangência. Contudo, ainda não está claro como tais limites serão estabelecidos.

Destacamos que foi adotado o modelo dos Acordos de Pesca - Instrução Normativa Nº 29, de 31 de dezembro de 2002 - para a elaboração desta Instrução Normativa Interministerial, pois viabiliza discutir onde, quando e como pescar, por meio de um processo participativo. Nesse contexto, o Fórum seria o arranjo intercomunitário, onde seria concluída a Instrução Normativa Interministerial, ou como está sendo chamado o Acordo do Pesca. Logo, apesar da atribuição para a elaboração da Instrução Normativa Interministerial seja do MPA e do MMA/Ibama, conforme o Decreto 6.981, de 13 de outubro de 2009, a sua construção estaria centrada nas comunidades pesqueiras e no Fórum.

Também foi amplamente discutida a Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009 principalmente no que se refere ao estabelecimento de um modelo de sistema de gestão compartilhada que impõe uma estrutura rígida que desconhece os espaços de gestão compartilhada que não se submetem a esta. Destacamos que é pretendido que a própria elaboração de instruções normativas ocorra por meio de Comitês Paritários, os quais devem ser compostos metade por instituições governamentais, metade por sociedade civil organizada, sendo que a sua composição seria coordenada pelo MPA e editada no Diário Oficial da União.

No contexto em questão, a adoção do modelo de Comitê Paritário tende a submeter o Fórum a posição de um mero expectador no processo de gestão compartilhada, sendo considerado somente como órgão consultivo. Nessas perspectivas, tem se buscado no Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o direito a uma maior participação das comunidades nos processos de tomadas de decisão.

### 3.3.2.c Mundo Objetivo

A elaboração da Instrução Normativa Interministerial do Fórum Delta do Jacuí integra manifestações baseadas no mundo objetivo. Destacamos que a escolha pelo modelo dos Acordos de Pesca já expressa a meta de que esta construção seja participativa, valorizando os saberes das comunidades tradicionais que compõem o Fórum. Igualmente foi necessária uma



ampla discussão sobre a dinâmica das reuniões comunitárias e intercomunitárias, que no âmbito do Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros eram chamadas de oficinas. Assim, coube discutir o andamento das oficinas, buscando estabelecer um processo de planejamento para a elaboração da instrução normativa.

Talvez o maior empenho nesse processo de construção da instrução normativa seja o cuidado necessário para que a mesma esteja baseada nos saberes tradicionais dos pescadores e reconheça estes como comunidades tradicionais. Este é um empenho em discutir o manejo dos recursos pesqueiros com critérios diferentes dos adotados nas abordagens sobre a pesca amadora e pesca industrial, uma vez que se considera que essas comunidades são capazes de elaborar regras que - sendo produto de processos participativos, coerentes com os processos ambientais e com as práticas tradicionais - terão maior possibilidade de serem respeitadas.

Destacamos que sendo o período de proibição da pesca na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí no inverno enquanto que o período de defeso do Fórum da Lagoa dos Patos ocorre no verão a revisão do período da piracema é uma importante demanda do Fórum. Inicialmente se pretendia por meio do Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros, a realização de uma pesquisa sobre períodos e áreas de pesca na região de abrangência do Fórum, contudo não foi possível devido a falta de repasse de recursos financeiros. Destacamos que inclusive os princípios da pesquisa foram discutidos e acordados no Fórum.

Em relação a Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009 o Fórum, inicialmente, procurou através de reuniões compreender os ditames desta. Na medida em que o Fórum compreendeu esta lei sugeriram críticas sobre a mesma, principalmente no que se refere ao desconhecimento de arranjos de gestão compartilhada diferentes dos Comitês Paritários que propõe. Destacamos, no tocante à instrução normativa, que o Fórum chegou a se posicionar formalmente ao MPA, relatando que optou pelo modelo dos Acordos de Pesca, sendo que ao invés dos Comitês Paritários adotaria o Fórum Delta do Jacuí como espaço de compartilhada da pesca. Outro meio encontrado foi se aproximar dos outros Fóruns da Pesca para buscarem, juntos, o reconhecimento desse arranjo como espaços de gestão compartilhada.

Sobre Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros destacamos que o Fórum buscou se articular para resolver a problemática da falta de recursos. Diante disso, como o MPA não realizou os repasses o projeto acabou sendo interrompido, busca-se, então, por meio da união das entidades que compõem esse espaço a continuidade das oficinas

comunitárias para a elaboração da instrução normativa e a permanência das reuniões do Fórum.

#### 5.4 O Agir Comunicativo nos Diálogos de Saberes na Assembleia Geral

Tendo compreendido quais são os referenciais subjetivos, normativos e objetivos que integram os diálogos de saberes no Fórum Delta do Jacuí, buscaremos explicitar, ao longo das reuniões da assembleia geral do Fórum, como as entidades de pescadores, as instituições estaduais e as instituições federais lançaram mão destes para basear as suas falas.

Em uma análise geral a Tabela 3 apresenta o percentual de enunciados baseados nos mundos da vida no Fórum.

**Tabela 3-** Percentual de Referências aos Mundos da Vida por Reunião do Fórum

Mês/Ano	Mundo da Vida (%)		
	Subjetivo	Social	Objetivo
Julho/2011	30,00	40,00	30,00
Agosto/2011	40,00	20,00	40,00
Setembro/2011	25,00	41,67	33,33
Outubro/2011	36,36	45,45	18,18
Novembro/2011	18,75	31,25	50,00
Dezembro/2011	23,08	15,38	61,54
Janeiro/2012	16,67	50,00	33,33
Fevereiro/2012	16,67	45,83	37,50
Março/2012	33,33	25,00	41,67
Abril/2012	36,36	18,18	45,45
Mai/2012	13,21	64,15	22,64
Junho/2012	28,26	34,78	36,96
Julho/2012	29,63	22,22	48,15
Agosto/2012	4,35	73,91	21,74
Setembro/2012	24,00	28,00	48,00
Outubro/2012	0,00	44,44	55,56
Novembro/2012	25,00	37,50	37,50
Dezembro/2012	28,57	9,52	61,90
Média	23,85	35,96	40,19

Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborada pelo autor.

Partimos da compreensão de que os principais temas abordados no Fórum Delta do Jacuí se basearam em referenciais, respectivamente, objetivos, normativos e subjetivos. Diante do exposto, observamos que no Fórum, frequentemente, as falas são orientadas para

uma ação comunicativa entre falantes e ouvintes que buscam propostas alternativas para as problemáticas discutidas.

A análise dos mundos da vida que basearam as falas, ao longo das reuniões, também apontou que de um mês para o outro a adoção desses referenciais ocorreu de formas distintas. As referenciais ao mundo social ou normativo foram as que mais registraram declínio de uma reunião para outra. Ao contrário, as menções ao mundo objetivo apresentou um maior percentual entre reuniões consecutivas. Com outro comportamento as bases subjetivas nas falas foram as que apresentaram maior alternância entre subidas e descidas. Ainda, frisamos que, geralmente, o declínio das bases normativas é concomitante com a ascensão dos referenciais objetivos. Assim, cabe inferir que os referenciais normativos, apesar de muito consideradas, frequentemente não dão respostas às problemáticas vividas no período entre reuniões, o que remete à busca de alternativas originais para as mesmas.

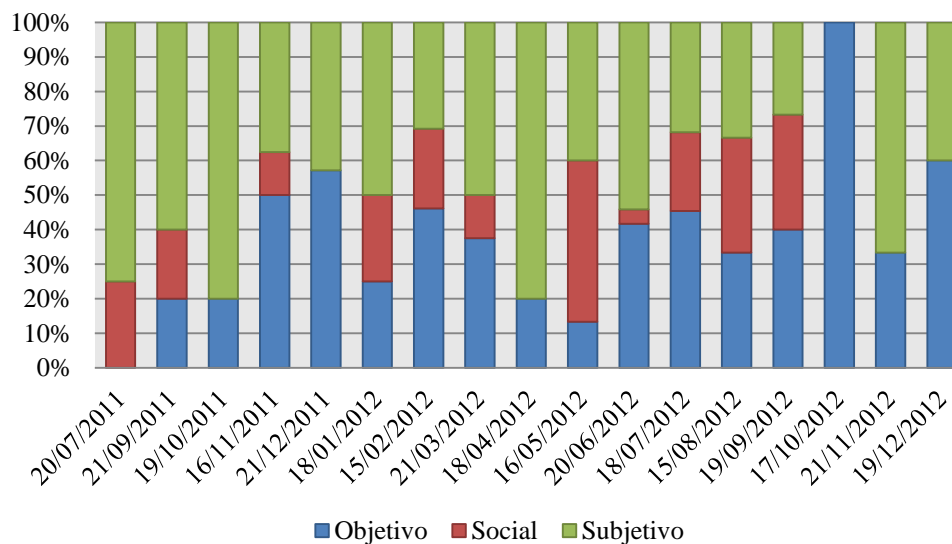
Outra questão que consideramos muito relevante é que oito reuniões registraram ascensão das referências aos mundo objetivo e subjetivo, e queda no mundo social ou normativo. Assim, podemos considerar que a potencialização na dimensão objetiva, nesse Fórum, está estritamente relacionada com o aumento de referenciais ao mundo subjetivo, o que demonstra a importância da dimensão subjetiva na ação comunicativa, uma vez que incita um diálogo mais propositivo. Concomitante, destacamos que em determinadas reuniões, o aumento nas referenciais ao mundo social ou normativo acompanhou a queda nos mundos objetivos e subjetivos. Logo, compreendemos que o incremento no mundo social, frequentemente, inibe referenciais subjetivos, e coíbe um diálogo mais propositivo, por estar muito engessado no quadro normativo.

#### **5.4.1 Pescadores Artesanais**

O Gráfico 5 expõe a participação dos referenciais subjetivos, objetivos e normativos, nas falas dos pescadores artesanais ao longo das reuniões da assembleia geral do Fórum. Destacamos que os pescadores artesanais frequentemente emitem enunciados com base no mundo subjetivo. Logo, se baseiam nas vivências na pesca e nos espaços de discussão sobre a gestão ambiental e ordenamento pesqueiro. Contudo, destacamos que há o progressivo aumento no que se refere às bases objetivas nesses enunciados. Compreendemos que se tratando de um Fórum de pescadores, o mundo objetivo se manifesta a partir de um horizonte predeterminado que integra as expectativas e a confiança de que este espaço pode dar respostas concretas às problemáticas. As referências normativas, geralmente são menos

frequentes, mas se expressam nas críticas às normas em vigor, tanto em relação à gestão ambiental, quanto ao ordenamento pesqueiro.

**Gráfico 5-** Mundo da Vida (Entidades de Pescadores)



Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, Elaborado pelo autor.

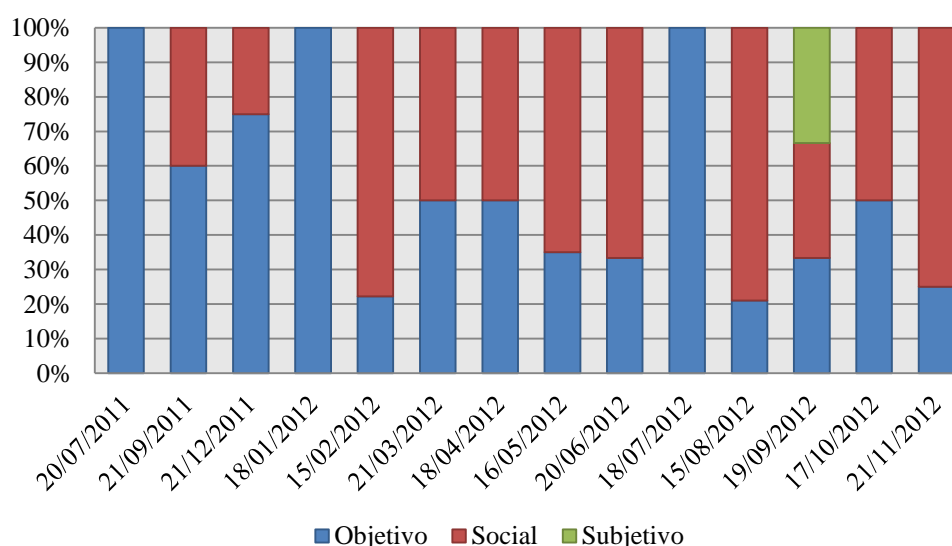
Destacamos que nas discussões sobre a gestão ambiental, as falas baseadas no mundo subjetivo são as mais frequentes e se referem às experiências vivenciadas na pesca e nos espaços de discussão sobre a gestão ambiental. Também é significativo o uso de bases objetivas, a fim de dar respostas a principais problemáticas - como é o caso da fiscalização ambiental e dos conflitos com unidades de conservação. Já o mundo social está menos presente nos enunciados, tendo em vista que predomina o entendimento que as regras vigentes de gestão ambiental não estão sendo seguidas, logo, caem em descrédito entre os pescadores.

Já no tocante ao tema da gestão compartilhada da pesca, destacamos a predominância das referências ao mundo objetivo. Isto se deve principalmente pela discussão a respeito do ordenamento pesqueiro e da elaboração de uma Instrução Normativa Interministerial do Fórum, assim, as falas integram proposições com o objetivo de que este documento corresponda às principais problemáticas relacionadas com a pesca artesanal. O mundo subjetivo também compõe essa proposta, uma vez que as experiências vividas na pesca artesanal são consideradas como chave para a eficácia dessas novas regras. Enfim, o mundo social também se faz presente através das críticas às normas vigentes que são consideradas inadequadas e ineficientes.

### 5.4.2 Instituições Estaduais

Os representantes das instituições que representam o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Fórum expõem suas falas com base nos mundos objetivo, social e subjetivo, respectivamente, como apresenta o Gráfico 6. Destacamos que em determinadas reuniões os referenciais objetivos servem de base para o total dos enunciados, mas que ao longo do Fórum os referenciais normativos passam a ganhar maior espaço. Elencamos que nas primeiras reuniões as entidades estaduais que estão envolvidas direta ou indiretamente com a pesca estavam mais empenhadas em discutir alternativas para as problemáticas, sobretudo as de sua competência. Contudo, na medida em que a discussão avançou, as falas foram mais vinculadas aos limites e possibilidades da legislação. O mundo subjetivo aparece pontualmente em falas da Emater, a qual desenvolve extensão rural com pescadores.

**Gráfico 6-** Mundos da Vida (Instituições Estaduais)



Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí, Elaborado pelo autor.

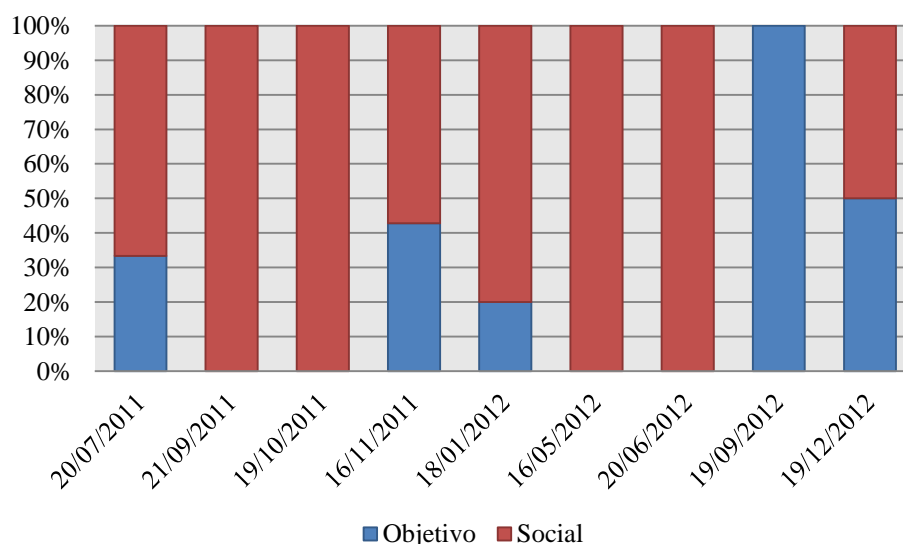
As discussões a respeito da gestão ambiental foram baseadas no mundo social e no mundo objetivo, respectivamente. Destacamos que as bases normativas prevaleceram na medida em foram dialogadas questões relacionadas à fiscalização ambiental e aos conflitos com as unidades de conservação, principalmente do Parque e da APA Estadual Delta do Jacuí, os quais estavam em processo de elaboração de planos de manejo. Entretanto, entendemos que a referência ao mundo objetivo se mantém, mesmo que em redução, na busca de adequar as normas às expectativas do Fórum, como foi o caso das discussões sobre a reformulação de Portaria SEMA Nº 27 de 15 de maio de 2012.

Quanto à gestão compartilhada da pesca predominaram as falas baseadas no mundo objetivo. Consoante com o Fórum determinados representantes de instituições do Estado do Rio Grande do Sul se mostraram favoráveis à elaboração de uma instrução normativa para a região, o que corresponde também aos seus objetivos de ordenamento pesqueiro. Os enunciados baseados em normas também foram presentes, mas muito limitados aos nuances da Portaria Interministerial N° 2, de 13 de novembro de 2009. A referência ao mundo subjetivo se deu por meio da crítica à referida lei que não considera devidamente os Fóruns de pesca como espaços de gestão compartilhada, quando impõe seus modelos, logo remete a experiências vividas em outros espaços e momentos e quem o Estado assumiu a gestão centralizada.

### 5.4.3 Instituições Federais

Já os representantes de instituições do Governo Federal se manifestaram no Fórum predominantemente com base no mundo social, como apresenta o Gráfico 7, sobretudo quanto aos nuances da legislação a respeito do ordenamento pesqueiro. Também se observa influências da dimensão objetiva, principalmente quando, na medida em que estão envolvidos com o Fórum, buscam alternativas para viabilizar suas demandas.

**Gráfico 7-** Mundos da Vida (Instituições Federais)



Fonte: Atas do Fórum Delta do Jacuí. Elaborado pelo autor.

Quanto à gestão ambiental da pesca artesanal, as falas foram baseadas nas normas que orientam a fiscalização dessa atividade. Também destacamos que a atribuição de quem faz a

gestão ambiental na região se fez presentes na medida em que a Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2010 servia de argumento para a possibilidade supletiva de ação do Ibama na fiscalização da pesca.

Também a respeito da gestão compartilhada da pesca os enunciados com base no mundo social foram os mais frequentes. Enaltecemos, ainda, a ampla discussão a respeito da Portaria Interministerial Nº 2, de 13 de novembro de 2009, principalmente, no que se refere ao modelo de gestão compartilhada adotado que implica diretamente na atuação do Fórum, inclusive, de construir sua própria instrução normativa. Contudo, também há falas baseadas no mundo objetivo, que são resultado do envolvimento desses representantes com o Fórum, que implicam na busca de alternativas para viabilizar a elaboração da instrução normativa.

## **6. GESTÃO COMPARTILHADA TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL**

---

Buscamos, ao longo da dissertação, ressaltar os territórios e as territorialidades dos pescadores do Fórum Delta do Jacuí. Apontamos também que esses servem de base para discussões sobre a gestão ambiental na região, bem como substanciam uma proposta de *gestão compartilhada territorial da pesca*.

Retomamos que as problemáticas ambientais vivenciadas pelos pescadores artesanais estão relacionadas com impactos ambientais causados por outras atividades econômicas e por disputas territoriais entre pescadores. Ressaltamos que essas influências atingem as territorialidades dos pescadores e geram processos de desterritorialização que são concomitantes com a constituição de outras territorialidades.

Em busca de discutir tais problemáticas ambientais, que por muito tempo influenciam a pesca artesanal, foi constituído o Fórum Delta do Jacuí o qual promove diálogos de saberes que integram consensos, dissensos e rupturas em discussões a respeito da gestão ambiental na região e da gestão compartilhada da pesca.

Cabe destacar que as problemáticas ambientais e seus impactos nos territórios e territorialidades das comunidades pesqueiras são a motivação da constituição do Fórum Delta do Jacuí, como também, o fortalecimento desse espaço/tempo de discussões proporciona estabelecer a *gestão compartilhada territorial da pesca artesanal*. Esse processo tende a constituição de um território do Fórum - que serve de base para o estabelecimento de diálogos democráticos, os quais proporcionam a efetivação de ações.

Buscaremos, então, expor reflexões epistemológicas sobre os resultados dessa pesquisa de modo que possamos contribuir com leituras sobre espaços de *gestão compartilhada da pesca artesanal* por meio da associação dos conceitos geográficos de ambiente e território.

### **6.1 Territórios e Territorialidades das Comunidades Tradicionais de Pescadores**

Reforçando a nossa compreensão de que a pesca artesanal é uma atividade territorial, vamos apresentar nossas compreensões a respeito dos conceitos de territórios e territorialidades nesse contexto.

A *territorialidade pesqueira artesanal* se expressa em estratégias de influência ao acesso dos pesqueiros; estas influências se dão por meios materiais e imateriais, podendo ser mantidas por ações não territoriais. Devido ao recurso pesqueiro não ser fixo no espaço, as



territorialidades na pesca são descontínuas e móveis, sendo que se mantêm enquanto há produtividade. Essas territorialidades ensejam *identidades territoriais tradicionais*, devido ao vínculo territorial estabelecido entre o pescador e o ambiente que, no caso dos pesqueiros, é fonte de recursos e espaço de vida.

Sendo a territorialidade estratégia, podemos entender que os territórios da pesca artesanal são produtos desta. Sugerimos que só se estabelece o *território pesqueiro* quando há na comunidade ou entre comunidades do direito de exclusividade de uso do território para determinado grupo. Contudo, tanto a apropriação quanto a manutenção de um território pesqueiro, incidem em disputas.

Considerando que a pesca artesanal ocorre em corpos d'água que têm diversos usos, observamos que os conflitos pelos territórios pesqueiros não se dão somente entre pescadores. As disputas territoriais também ocorrem com outras atividades econômicas que se estabelecem sobre os *territórios dos pescadores artesanais*. Esse contexto agrava a crise ambiental na pesca artesanal, uma vez que essas atividades desconhecem ou negam os territórios das comunidades locais e, frequentemente, destroem pesqueiros tradicionais.

Sugerimos que os *territórios na pesca artesanal* não podem ser estudados somente no âmbito dessa atividade, mas devem ser consideradas as influências de outras atividades econômicas que atuam no ambiente e que promovem a desterritorialização dos pescadores artesanais. Entretanto, destacamos que, enquanto os pescadores entram em conflitos por recursos pesqueiros presentes no território, os conflitos com outras atividades não se dão pelos recursos pesqueiros, mas por outros recursos ambientais, assim se extingue a territorialidade pesqueira e se estabelece o território de outra atividade econômica.

Podemos destacar os arranjos territoriais que apresentamos no Capítulo 4. O território do Rio Jacuí sofre influencia, principalmente, da atividade de mineração, a desterritorialização do Rio dos Sinos está associada, sobretudo, à poluição industrial. Os territórios e as territorialidades do Lago Guaíba também são influenciados por outras atividades, por exemplo, as territorialidades do Delta do Jacuí são influenciadas por esportes náuticos, e o território do norte do Lago Guaíba sofre influências da poluição por esgoto doméstico.

Destacamos que as territorialidades ao sul do Lago Guaíba e a territorialização no Norte da Laguna dos Patos estão muito relacionadas com as disputas territoriais entre pescadores. No sul do Lago Guaíba ocorre conflitos territoriais entre pescadores que integram o Fórum Delta do Jacuí, pois os pescadores locais que já estabeleceram territorialidades na área disputam os pesqueiros com os pescadores de outras comunidades que buscam novas

territorialidades, por ser uma área menos poluída. Destacamos que no sul do Lago Guaíba e no Norte da Laguna dos Patos também ocorrem disputas territoriais com pescadores de outras regiões, sobretudo do Estuário da Laguna dos Patos, os quais são reconhecidos como pescadores invasores.

Frisamos que os territórios e as territorialidades dos pescadores artesanais têm substantivado a criação de *territórios da ação*. Estes estão associados a espaços de gestão comunitária, ou compartilhada, da pesca onde se busca promover o ordenamento territorial da pesca na sua área de abrangência. Vemos esse território da ação como espaço democrático para promover o uso sustentável (LEFF, 2010) dos recursos pesqueiros e buscar soluções às demais problemáticas socioambientais que incidem sobre a pesca. A criação de um território da ação associado a um sistema de gestão da pesca também corresponde à necessidade de proporcionar a exclusividade do acesso aos recursos às comunidades locais, proibindo ou apresentando restrições à entrada de pescadores de outras regiões.

## **6.2 Conhecimentos e Saberes Tradicionais Territoriais**

Na discussão sobre ambiente e território, os conhecimentos tradicionais dos pescadores ocupam papel de destaque. Inicialmente entendemos que estes são compostos a partir da relação dos pescadores com o ambiente e que implicam em outras formas de apropriação dos recursos ambientais (mais harmônicas). No entanto, sugerimos que a crise ambiental em curso tem levado esses saberes a integrarem questões territoriais e relações de poder.

Como já discurremos, entendemos que uma construção acadêmica não dá conta da complexidade dos saberes tradicionais, sendo assim, os chamamos de conhecimentos tradicionais. Ressaltamos que as abordagens convencionais sobre o conhecimento tradicional se concentram nas relações diferenciais estabelecidas entre as sociedades tradicionais e o ambiente. Contudo, observamos que a influência de impactos ambientais tem levado à erosão desses conhecimentos. Em outras palavras, o ambiente, enquanto natureza transfigurada, tem sido transformado com velocidade superior a da reformulação dos conhecimentos tradicionais, o que tem levado a mudanças significativas no conteúdo destes.

Destacamos que não é novidade a compreensão de que na pesca artesanal o conhecimento tradicional integra a dimensão territorial; assim, observamos que esta tem sido pautada através das identidades territoriais. Na contemporaneidade, entretanto, consideramos mais evidente que os conhecimentos tradicionais passaram a integrar questões relacionadas

aos conflitos e disputas territoriais por pescadores tradicionais entre pescadores e com outras atividades econômicas.

Nessas perspectivas, compreendemos o conhecimento tradicional como um conceito híbrido que integra dimensões ambientais/territoriais. Essa abordagem expõe o dinamismo de transformação dos saberes, que no passado eram reelaborados na medida em que ocorriam mudanças no ambiente e de acordo com o tempo da natureza, e que na contemporaneidade, com a aceleração da transfiguração da natureza, foram sendo erodidos, mas se reinventam em um quadro de conflitos e disputas territoriais.

Consideramos que o conceito de conhecimento tradicional territorial viabiliza compreender a pesca artesanal através da Geografia na medida em que é estabelecido o diálogo entre território e ambiente. Ainda favorece que os geógrafos ofereçam respostas à sociedade nos espaços de gestão compartilhada da pesca e, assim, contribuam na elaboração de alternativas para a superação da crise no setor pesqueiro.

Destacamos que essa compreensão de *conhecimento tradicional territorial* incide em desdobramentos teóricos. No tocante aos regimes de apropriação dos recursos pesqueiros, supomos a possibilidade de *gestão comunitária do território*, o que configura numa abordagem diferente das habituais que estão enfocadas nos recursos. Entendemos que na pesca somente há território enquanto os recursos pesqueiros estão presentes; logo, a *gestão comunitária territorial* pode favorecer condições para a permanência das espécies pesqueiras. Diante disso, a *gestão comunitária territorial* nos parece mais apropriada uma vez que os pescadores artesanais, por deterem menos infraestruturas para a pesca e navegação, geralmente, são dependentes dos recursos que estão presentes localmente e devido à relação diferenciada estabelecida com o ambiente têm capacidade de promover a sua gestão.

Supomos que a *gestão comunitária territorial* da pesca deve proporcionar a criação e fortalecimento dos espaços de *gestão compartilhada territorial*. Esses devem integrar diálogos sobre os diversos territórios e territorialidades que se articulam formando um território maior. Neste último, são promovidas ações muito vinculadas aos saberes que são elaborados a partir da dinâmica ambiental e das disputas territoriais que o integram. Acreditamos que a formação de um território de um sistema de gestão compartilhada também pode decorrer de uma necessidade específica de exclusividade da área.

### 6.3 Diálogos de Saberes Territoriais

Compreendemos que, na pesca, os diálogos de saberes são motivados por questões ambientais e/ou territoriais. Como já abordamos os pescadores artesanais detêm *saberes tradicionais territoriais* que são elaborados a partir das relações ambientais e das disputas territoriais. Contudo, esses atores sociais dialogam nos espaços de gestão compartilhada da pesca com técnicos de instituições formais, geralmente associadas ao Estado, que não tiveram o mesmo processo de construção do saber, tais estão baseados, frequentemente, em normas e projetos, os quais são pautados a partir de conhecimentos científicos.

Supomos que no diálogo de saberes ocorre a ação comunicativa entre os atores sociais, que gera consensos, dissensos e rupturas. Destacamos que vemos os dissensos como promotores de discussões e que opiniões contrárias, frequentemente, expõem claramente os conteúdos subjetivos, normativos e objetivos das falas. O consenso é o êxito da ação comunicativa e orienta as ações do espaço de gestão compartilhada sobre o seu correspondente território da ação. No entanto, apesar da ação comunicativa promover um contexto democrático de discussão, o processo de convencimento para chegar ao acordo frequente integra artifícios de determinado grupo que pretende estabelecer uma visão hegemônica, o que compromete a eficácia das ações desde o diálogo. Destacamos, ainda, que muitas vezes os consensos são viáveis devido às rupturas que ocorrem no processo dialógico. Quando determinados grupos rompem com o diálogo, proporcionam, conseqüentemente, que os que se mantêm presentes, tornem suas opiniões hegemônicas, mesmo que as mesmas comprometam negativamente os principais interessados. Assim, as rupturas viabilizam consenso, embora prejudiquem o conteúdo democrático do diálogo.

Quanto à dinâmica dos diálogos de saberes, destacamos que a ação comunicativa, via de regra, parte de enunciados baseados no mundo subjetivo ou social. Frisamos que no estudo de caso nem todos os temas integraram esses três mundos da vida, pelo fato de que o diálogo continua após o encerramento da pesquisa. Acrescentamos que, repetidas vezes, as normas formais vigentes que configuram o *mundo social* acabam limitando o diálogo e a ação comunicativa, a qual fica centrada no convencimento para o cumprimento destas e não na promoção da discussão para a elaboração de propostas.

Contudo queremos destacar que no estudo de caso, progressivamente, a ação comunicativa foi tendendo ao *mundo objetivo*. Destacamos que, sendo os primeiros meses de reuniões desse Fórum, foi notável que inicialmente os enunciados estivessem mais centrados em normas e vivências. Entretanto, na medida em que foi se estabelecendo um espaço de

governança os participantes foram direcionando as suas falas no sentido de buscar soluções para as problemáticas. Assim, pudemos observar que houve a ação comunicativa entre os falantes e ouvintes e que se configurou num espaço de discussão democrática para a gestão do território.

Consideramos importante destacar dois pontos que podem gerar compreensões equivocadas quanto à interpretação do diálogo de saberes a partir da teoria do agir comunicativo. Primeiro, queremos destacar que, diferente das abordagens convencionais, não separamos o conhecimento tradicional do conhecimento científico, mas buscamos colocá-los no mesmo plano – *dos mundos da vida* – para distingui-los. Segundo, queremos expor que o conhecimento tradicional que se expressa, sobretudo nas falas dos pescadores artesanais, não corresponde unicamente ao *mundo subjetivo*.

Esse esforço em abordar o diálogo de saberes sem separar o que é tradicional do que é moderno nos proporciona uma leitura desses diálogos sem reduzir a realidade. Contudo, podemos no plano dos *mundos da vida* operacionalizar a distinção. Frisamos que a distinção ocorre no plano da comunicação, por exemplo, no *mundo subjetivo* temos as vivências dos pescadores na pesca e/ou na comunidade, ao mesmo tempo observemos às vivências dos técnicos do Estado em reuniões e em pesquisas. Diante disso, temos que considerar que esses contextos subjetivos influem um sobre o outro, uma vez que esses técnicos podem frequentar as comunidades de pescadores e as suas vivências também incorporam as aspirações dos pescadores, assim como a aproximação dos pescadores com os técnicos causam influências nas práticas tradicionais na pesca. Assim, a análise do diálogo está baseada em planos (subjetivo, objetivo e social) para considerar a complexidade inerente a eles.

Como defendemos desde o início, o saber tradicional é dinâmico. Acrescentamos que o diálogo de saberes ao mesmo tempo em que expõe o conteúdo subjetivo, normativo e objetivo desses saberes incorpora, também, a esses conteúdos outros elementos. Talvez o maior impasse seja em reconhecer o *mundo normativo* no conhecimento tradicional. Acreditamos que o equívoco se encontra em limitarmos à noção de norma a o que está escrito na forma de leis. Contudo, as comunidades tradicionais elaboram instituições informais que são amplamente reconhecidas e respeitadas no âmbito da comunidade, como destacamos no Capítulo 4 inúmeros acordos territoriais que ocorrem na área de estudo. Entretanto no diálogo de saberes, as comunidades tradicionais passam a ter acesso também às normas oficiais do Estado e podem se apropriar delas. Quando as sociedades tradicionais passam a conhecer os seus direitos e não somente os seus deveres observamos o início do processo de empoderamento dessas sociedades frente à sociedade geral.

Observamos que os pescadores artesanais, nos espaços de gestão compartilhada, recorrem, por exemplo, à Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Isto é produto dos diálogos de saberes. Observamos que outros atores agiram comunicativamente sobre esses pescadores com base no mundo social. Os pescadores estabeleceram o diálogo desse *mundo social* com o seu *mundo subjetivo*, e se autoidentificaram como comunidades tradicionais, baseando-se nessa política na busca por resolver suas demandas, como permanecer nos seus territórios.

#### **6.4 Possibilidades e Impasses na Gestão Compartilhada Territorial**

Temos elencado a importância da promoção de espaços para a *gestão compartilhada territorial da pesca artesanal*. Sendo assim, demonstramos na pesquisa que apesar das possibilidades também existem desafios a serem superados nesse tipo de gestão da pesca artesanal.

Presumimos que o sucesso da *gestão compartilhada territorial* depende da existência de sistemas de *gestão comunitária territorial* bem estabelecidos. Estes últimos se configuram, então, tanto como possibilidade quanto como desafio. Entre as possibilidades, destacamos a presença dos *conhecimentos tradicionais territoriais* como instrumentos para a *gestão compartilhada territorial*; estes passam a integrar os diálogos sobre a *gestão compartilhada territorial* e implica em conceber o território da ação como heterogêneo, logo devem ser respeitados os inúmeros arranjos territoriais presentes nele. Além disso, a existência de espaços de *gestão comunitária territorial* possibilita o maior envolvimento das *comunidades tradicionais territoriais* com a gestão da pesca, isso implica no empoderamento dessas comunidades, uma vez que se sentem capazes de questionar os procedimentos habituais de gestão e reivindicar direitos que até então não sabiam que tinham, como os expressos na Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Entretanto, o desafio está em reconhecer as experiências de *gestão comunitária territorial*, que, frequentemente, estão visíveis no âmbito das comunidades, mas que não se expressam nos *espaços de gestão compartilhada territorial*. Nesse contexto, estes últimos se enfraquecem, pois as ações que deliberam não condizem com a realidade territorial vivida pelas comunidades pesqueiras. Destacamos que isso ocorre, principalmente, quando há um grupo mais fortalecido e que expõe sua visão sobre o território como hegemônica. Contudo, na medida em que os espaços de *gestão compartilhada territorial* não reconhecem os territórios e territorialidades pesqueiras, se afastam do seu propósito e acabam promovendo

ações que, desconhecendo as particularidades territoriais, prejudicam as comunidades pesqueiras.

Também reconhecemos a participação nos espaços de *gestão compartilhada territorial* como um fator que implica em possibilidade e desafios. Ao mesmo tempo em que esta possibilita um processo participativo de gestão do território, as rupturas configuram um desafio para que ocorra um diálogo coerente com a realidade e que dê respostas efetivas para a solução das problemáticas em questão. Compreendemos que no caso das rupturas que se dão por parte dos pescadores, estas podem ser minimizadas com o maior reconhecimento da *gestão comunitária territorial*. Uma vez que dialogam no âmbito das comunidades, estes pescadores poderão levar para os espaços de gestão compartilhada demandas concretas, bem como reagir quando houver pressão de outros grupos no processo da ação comunicativa. Compreendemos que o afastamento dos pescadores desses espaços implica em uma ruptura silenciosa e deve ser compreendido como um indicador de insucesso da *gestão compartilhada territorial*.

Em contrapartida, a participação das instituições formais que representam o Estado pode implicar em possibilidades e em impossibilidades. Enquanto existem instituições que participam dos espaços de gestão compartilhada territorial, pois compreendem que os objetivos destes condizem com os da instituição há o diálogo, a ação comunicativa e, assim, a instituição se integra na gestão compartilhada. Contudo, quando as instituições têm objetivos distintos dos desses espaços de *gestão compartilhada territorial* reconhecem nesses espaços um grupo de oposição aos seus projetos e rompem com a gestão compartilhada territorial. Quando essas instituições estão diretamente envolvidas com as pautas em questão essa ruptura implica na impossibilidade da *gestão compartilhada territorial*, uma vez que inviabiliza o diálogo.

De um modo geral temos que destacar que quanto maior a participação dos pescadores artesanais, mais efetiva é a gestão compartilhada territorial, uma vez que serão visibilizados os inúmeros territórios e territorialidades que formam o território da ação. Entretanto, na falta destes a gestão estará mais vinculada aos objetivos das instituições formais de governo que participam e que se apropriam desse espaço para alcançarem seus objetivos, planos e metas.

Finalmente temos que apontar implicações do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros sobre essas iniciativas de *gestão compartilhada territorial*. Em primeiro lugar temos que destacar que a expressão “compartilhada” expressa nesse documento pouco diz respeito à gestão compartilhada que nos referimos até então, mas se refere ao compartilhamento de atribuições entre Ministério da Pesca e Aquicultura e

Ministério do Meio Ambiente. Contudo, quando propõe a criação de espaços de gestão compartilhada, o modelo proposto não coincide com as inúmeras iniciativas que ocorrem em todo o Brasil.

Como já destacamos no Rio Grande do Sul, a gestão compartilhada da pesca tem se dado por meio dos Fóruns de Pesca Artesanal. No referido sistema proposto pelo governo, estes fóruns não configuram um espaço de gestão compartilhada, propõem que a gestão se dê por meio de comitês paritários de gestão, chamados e coordenados pelo governo. Nesse contexto, os fóruns, e demais espaços já existentes, são compreendidos como órgãos consultivos, sem qualquer poder de deliberação. Assim, em vez de implicar em possibilidades, o referido sistema se coloca como desafio para a *gestão compartilhada territorial* a que nos referimos.

Quando o Estado não reconhece os sistemas de *gestão compartilhada territorial* da pesca e, por consequência, a *gestão comunitária territorial*, estes espaços são enfraquecidos, uma vez que suas discussões acabam não resultando em implicações concretas e não correspondem às expectativas dos participantes. Assim, sob nosso ponto de vista, esse sistema de gestão compartilhada funciona como desarticulador dos *espaços de gestão compartilhada* por colocar o governo coordenador e promotor desse processo.

Apesar das implicações negativas do Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros temos que destacar que o mesmo causa reação nos espaços de *gestão compartilhada territorial*, que estão se articulando para serem reconhecidos no referido sistema e, assim, promover a gestão dos seus territórios da ação.

Por fim, temos que destacar que apesar da *gestão compartilhada territorial* ser dependente da *gestão comunitária territorial* o inverso não é uma regra. Enquanto os espaços de *gestão compartilhada territorial* buscam maior visibilidade e reivindicavam políticas públicas, em outro contexto a gestão comunitária territorial efetivamente ocorre nos pesqueiros. Destacamos que apesar do Estado buscar cada vez mais centrar a gestão em si, por meio de leis, decretos, portarias, etc. a falta de infraestruturas inviabiliza a presença efetiva desses nos territórios pesqueiros, onde as comunidades fazem a gestão, estabelecem acordos e reagem às disputas territoriais.



## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Tendo em vista que colocamos em questão propostas teóricas e metodológicas que não são, costumeiramente, adotadas nos estudos sobre os pescadores artesanais, consideramos que este não é o momento de nos determos às conclusões, mas a algumas considerações. Supomos, contribuem para que outros trabalhos abordem os saberes tradicionais territoriais da sociedade tradicional pesqueira, os diálogos de saberes nos espaços de gestão compartilhada territorial, e, assim, promoverem a ressignificação das formas de fazer e saber Geografia.

Compreendemos que a crise ambiental em curso resulta de uma crise do conhecimento. Na medida em que o paradigma científico moderno se fez hegemônico e os saberes tradicionais foram desqualificados, foi acelerado o ritmo de transfiguração da natureza, comprometendo, com isso, a perenidade dos recursos ambientais. Assim, os saberes tradicionais foram renegados e erodidos, uma vez que suas reformulações já não são capazes de acompanhar as mudanças no ambiente, que não ocorrem no tempo da natureza.

Contemporaneamente, observamos os fracasso da administração científica da natureza e o processo de reinvenção dos saberes tradicionais, mais voltado para a dimensão territorial. Então, no meio científico, estes saberes são paulatinamente reconhecidos e os apresentamos como conhecimentos tradicionais. Nas sociedades tradicionais, o saber tradicional é reformulado a partir de relações e estratégias de influência às pessoas e aos recursos presentes no território. Assim, se reinventa nos processos de disputas e conflitos por territórios tradicionais. Por meio da geografia, os compreendemos como conhecimentos tradicionais territoriais.

Entendemos que estão em curso processos de territorialização e de desterritorialização dos pescadores de seus territórios pesqueiros tradicionais. Compreendemos que esses processos ocorrem devido a disputas territoriais tanto entre pescadores, quanto com outras atividades econômicas que se instalam nos territórios e territorialidades dos pescadores artesanais. Destacamos que também ocorrem disputas territoriais quando são instaladas unidades de conservação sobre territórios pesqueiros.

Compreendemos que as territorialidades pesqueiras promovem identidades territoriais. Entendemos que mesmo ocorrendo conflitos entre pescadores por territorialidades, estas coexistem no espaço e estão muito associadas às artes de pesca, espécies alvo, proximidade entre comunidade e pesqueiros. Contudo, a redução da produtividade dos pesqueiros implica

na potencialização das disputas por territórios mais produtivos o que acarreta em conflitos territoriais na pesca.

A desterritorialização dos pescadores artesanais ocorre também devido a instalação de outras atividades econômicas sob os territórios tradicionais dos pescadores. Estas geralmente causam impactos ambientais que prejudicam a qualidade e a quantidade do pescado. Tais atividades econômicas se opõem aos pescadores e desconhecem seus territórios quando se apropriam de áreas que eram pesqueiros tradicionais. Nesse caso se configura em uma disputa pelo território, mas não pelos mesmos recursos, pois vida de regra são empresas que não objetivam os recursos pesqueiros.

Entendemos que a ênfase da questão territorial no conteúdo do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais tem resultado na organização destes em espaços de gestão compartilhada para propor que esta seja territorial, por meio do estabelecimento de um território da ação. Este integra os inúmeros territórios e territorialidades dos pescadores artesanais, bem como as diversas propostas de gestão comunitária territorial. Assim, na gestão compartilhada territorial, pescadores e poder público estabelecem diálogos em busca de respostas para a crise ambiental em curso na pesca artesanal.

Em nosso estudo de caso, buscamos evidenciar o Fórum Delta do Jacuí como espaço de gestão compartilhada territorial da pesca e promotor de um território da ação. Nesse espaço se expressam os arranjos territoriais que existem na sua área de abrangência e ocorrem diálogos entre saberes tradicionais territoriais e conhecimentos técnicos-científicos.

Compreendemos que existem cinco arranjos territoriais na área de abrangência do Fórum Delta do Jacuí e estes integram inúmeras dinâmicas territoriais dos pescadores artesanais. Contudo, são afetados em diversos graus por disputas territoriais, com mineração, agricultura, poluição doméstica e industrial, esportes náuticos, principalmente, e unidades de conservação. Os impactos ambientais das atividades econômicas têm causado o colapso dos recursos pesqueiros e o abandono de territorialidades tradicionais dos pescadores. Ainda, a extinção da pesca nesses pesqueiros tem provocado o aumento da competição entre pescadores por territórios em outras áreas. Ainda foi possível compreender que, enquanto alguns arranjos territoriais são mais influenciados por atividades econômicas, outros são palcos de disputas territoriais entre pescadores locais e pescadores de outras regiões.

Buscamos operacionalizar os diálogos de saberes no Fórum Delta do Jacuí a partir da proposta de análise dialógica de conteúdo. Esta consiste em distinguir os conhecimentos tradicionais territoriais dos pescadores dos conhecimentos técnicos científicos modernos, no plano dos mundos da vida. Isso favoreceu compreender as discussões sobre a gestão

ambiental e sobre a gestão compartilhada da pesca que permearam as pautas das reuniões da assembleia geral do referido Fórum. Constatamos como ocorre a ação comunicativa de falantes e ouvintes ao longo das reuniões, bem como o estabelecimento de consensos, dissensos e rupturas entre os participantes do diálogo.

Finalmente, consideramos relevante declarar que o diálogo de saberes não deve ser um mero figurante nas pesquisas, mas ser compreendido como um meio de ressignificação dos conceitos científicos para que os mesmos estejam adequados à realidade estudada. Quando não há ressignificação dos conceitos científicos nos diálogos de saberes entendemos que foi estabelecido um diálogo unidirecional, ou seja, somente foi reconhecido o científico no não científico. Entretanto, vemos a possibilidade de reconhecer também o não científico no científico por meio dos diálogos de saberes em um processo de ressignificação conceitual que corresponde a uma alternativa para superar o epistemicídio da ciência moderna.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, 2008.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 2007.

BERKES, F. et al. **Gestão de pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: FURG, 2006.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2001. Disponível em: [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br). Acesso em: 2010-08-24.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. D. C. **Espaço e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p. 139-159.

CORTES, S. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Revista Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. 2ª. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DI MÉO, G. Les Territoires de L'action. **Bulletin de la Société géographique de Liège**, Liège, v. 48, p. 7-17, 2006. Disponível em: [www.bsglg.be](http://www.bsglg.be) Acesso em: 2011-08-23.

\_\_\_\_\_. **L'espace social. Lecture géographique dès sociétés**. Paris: Armand Colin, 2007.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Lavradores e Trabalhadores do Mar**. 1º. ed. São Paulo: Ática, 1984.

\_\_\_\_\_. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 1999.

\_\_\_\_\_. **A pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

FLICK, E. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM DELTA DO JACUÍ. **Estatuto Social**. Porto Alegre, 2009.

- \_\_\_\_\_ **Livro de Atas.** Porto Alegre, 2011. 25p.
- \_\_\_\_\_ **Livro de Atas.** Porto Alegre, 2012. 56p.
- GUEDES, E. B. **Território e Territorialidade de Pescadores nas Localidades Céu e Cajuúna Soure – PA.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2009. Disponível em: [www3.ufpa.br](http://www3.ufpa.br) Acesso em: 2010-09-12.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa.** Madrid: Taurus Humanidades, v. I, 2001.
- \_\_\_\_\_ **Teoría de la Acción Comunicativa:** Complementos y Estudios Previos. 4<sup>a</sup>. ed. Madrid: Cátedra, 2001b.
- \_\_\_\_\_ **Teoria do Agir Comunicativo - Racionalidade da Ação e Racionalização do Social.** São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2012A.
- \_\_\_\_\_ **Teoria do Agir Comunicativo - Sobre a Crítica da Razão Funcionalista.** São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012B.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- KALIKOSKI, D.; SEIXAS, C.; ALMUDI, T. Gestão compartilhada ecomunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, jan-jun 2009. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em: 2011-11-20.
- LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1<sup>o</sup> Ed., 1994.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LEFF, E. **Racionalidad ambiental - la reapropiación social de la naturaleza.** México: 2004.
- \_\_\_\_\_ **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- \_\_\_\_\_ Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes: hacia una pedagogía ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. n.16, p. 11-19, jul/dez 2007.
- \_\_\_\_\_ Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, 2009. Disponível em: [seer.ufrgs.br](http://seer.ufrgs.br) Acesso: 10 jan 2011.
- \_\_\_\_\_ **Epistemologia Ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_ Racionalidad Ambiental y Diálogo de Saberes: Significancia y Sentido em la Contrucción de um Futuro Sustentable. **Polis Revista de la Universidad Bolivariana**, Santiago, Chile, 2004.

MAZZETO SILVA, C. E.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Crise Ambiental, Territorialidades e Saberes: Diálogos para Além da Ciência. Disponível em: [www4.fct.unesp.br](http://www4.fct.unesp.br). Acesso 2011-01-05.

MAZZETO-SILVA, E. **Os Cerrados e a Sustentabilidade**: Territorialidades em Tensão (Tese de Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial, 2006.

MCGRATH, D. et al. Manejo Comunitário de Lagos de Várzea e o Desenvolvimento Sustentável ea Pesca na Amazônia. **PEPERS DO NAEA**, Belém, 58, 1996. Disponível em: [periodicos.ufpa.br](http://periodicos.ufpa.br) Acesso em: 2012-01-21.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PORTO-GONÇALVES, C. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. **La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial**, Buenos Aires, p. 217-256, 2002. Disponível em: [biblioteca.clacso.edu.ar](http://biblioteca.clacso.edu.ar) Acesso 2011-01-05.

\_\_\_\_\_ De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, 8 Fev 2010. Disponível em: [www.uff.br](http://www.uff.br). Acesso em: 2013-01-23.

\_\_\_\_\_ **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. 1º. ed. São Paulo: CONTEXTO, 1989.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira: estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 3, p. 139-169, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A., et al. **A Emergência da Multiterritorialidade – A Ressignificação da Relação do Humano com o Espaço**. Canoas, Porto Alegre : ULBRA, UFRGS, 2008. p. 47-60.

\_\_\_\_\_ **Abordagens e concepções de território**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão popula, 2010.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do Rio Ituquara, Breves – PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

SILVA, T. R. D. **Geograficidade, percepção e saberes ambientais dos pescadores do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: POSGEA/UFRGS, 2007.

SOUZA, M. L. D. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, N.93, jul 2001. Disponível em [www.ub.edu](http://www.ub.edu) Acesso em 2010-06-12.

\_\_\_\_\_ Tempos Longos. Tempos Curtos. Na Análise da Natureza. **Geografares**, Vitória, jun 2002. 159-164.

\_\_\_\_\_ Geografia e Interdisciplinariedade. Espaço Geográfico: Interface Natureza Sociedade. **Geosul**, Florianópolis, V.18, N.35, 2003. 43-53.

\_\_\_\_\_ Geografia Física e Geomorfologia: Temas para Debate. **Revista da ANPEGE**, 2009A. 17-26.

\_\_\_\_\_ Pesquisa de Campo e Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, 2009B.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 1, n.1, p. 93-100, 2007. Disponível em: [www.revista.cict.fiocruz.br/](http://www.revista.cict.fiocruz.br/) Acesso em: 2010-09-12.

## LEGISLAÇÃO

Brasil. Rio Grande do Sul. **Portaria SEMA 27**, de 15 de maio de 2012. Institui regras para a pesca no Parque Estadual Delta do Jacuí. Disponível em [www.sema.rs.gov.br](http://www.sema.rs.gov.br). Acesso em 2012-08-23

\_\_\_\_\_ **Decreto N° 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 2010-10-12.

\_\_\_\_\_ **Lei Complementar N° 140**, de 8 de dezembro de 2010. Atribui competências e atribuições para a gestão ambiental. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 2011-02-11.

\_\_\_\_\_ **Portaria MMA/MPA Interministerial N° 2**, de 13 de novembro de 2009. Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Disponível em [www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br). Acesso em 2010-04-03.

\_\_\_\_\_ **Lei N° 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em 2011-05-25.

\_\_\_\_\_ **Decreto 6.981**, de 13 de outubro de 2009. Dispõe sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 2010-4-03.

\_\_\_\_\_ **Instrução Normativa Ibama N° 3**, de 9 de fevereiro de 2004. Estabelece normas para a pesca artesanal no Estuário da Laguna dos Patos. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em 2008-09-11.

\_\_\_\_\_ **Instrução Normativa Ibama N° 29**, de 31 de dezembro de 2002. Estabelece procedimentos para a constituição de acordos de pesca. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em 2010-06-18

\_\_\_\_\_ **Portaria SUDEPE N° 42**, de 18 de outubro de 1984. Institui as regras para a pesca das espécies de bagre. Disponível em: [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br). Acesso em 2011-06-20.

\_\_\_\_\_ **Instrução Normativa Ibama N° 197**, de 2 de outubro de 2008. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em período de reprodução. Disponível em: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em 2011-08-10.

\_\_\_\_\_ **Portaria Ibama N° 25**, de 9 de março de 1993. Dispõe sobre o comprimento mínimo para capturas de espécies de água doce. Disponível em [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em 2011-08-10.

\_\_\_\_\_ **Portaria Ibama N° 8**, de 20 de março de 2003. Dispõe sobre o comprimento mínimo para capturas de espécies marinhas e estuarinas. Disponível em [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br). Acesso em 2010-03-18

\_\_\_\_\_ **Portaria SUDEPE N°15**, de 20 de março de 1986. Estabelece as normas para as embarcações. Disponível em [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br). Acesso em 2011-08-10.



\_\_\_\_\_ **Instrução Normativa Ibama Nº 43**, de 23 de julho de 2004. Proíbe, no exercício da pesca em águas continentais, o uso de aparelhos e métodos previstos nesta instrução. Disponível em: [www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br). Acessado em 2011-12-03.

#### **SITES**

[www.camp.org.br](http://www.camp.org.br)

[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

[www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br)

[www.sema.rs.gov.br](http://www.sema.rs.gov.br)

#### **BANCO DE IMAGENS**

Acervo - CAMP. Projeto Delta do Jacuí: Gestão Integrada de Recursos Pesqueiros (2011-2012).